

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Claudia Ribeiro Defendi

**O lugar das(os) que não são daqui: mediações e possibilidades de integração
das populações imigrantes em São Paulo e o acesso à moradia**

Mestrado em Serviço Social

São Paulo

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Claudia Ribeiro Defendi

**O lugar das(os) que não são daqui: mediações e possibilidades de integração
das populações imigrantes em São Paulo e o acesso à moradia**

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em **Serviço Social** sob orientação do prof. dr. **Rodrigo Aparecido Diniz.**

São Paulo

2024

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Rodrigo Aparecido Diniz
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Profa. Dra. Beatriz Borges Brambilla
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Prof. Dr. Alexandre Branco Pereira
Universidade de Brasília (UnB)

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil
Número do processo: 131086/2022-7

This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brazil
131086/2022-7

À minha filha, Nina América, que me acompanha com muita alegria em cada passo desta jornada e vamos aprendendo juntas a sermos quem quisermos ser, em qualquer lugar. Pelos instantes de sua infância em que não pude ser exclusivamente mãe, mas também trabalhadora, pesquisadora e militante. Seguirei lutando para que você e seus caminhos sejam livres.

Dedico respeitosamente este trabalho ao povo gaúcho, que traz tamanhas perdas em decorrência dos interesses capitalistas, e ao povo palestino, pelas décadas de luta e resistência, que traz agudas expulsões e que segue silenciando perdas de terras e de vidas, em um processo colonialista sem fim. Palestina livre!

AGRADECIMENTOS

Realmente comecei a me entender como pesquisadora quando, explorando o campo de investigação, percebi que tudo o que precisava acontecer ali dependia exclusivamente das minhas iniciativas, mobilizações e capacidades de articulação, que esse processo iria até onde eu desse conta de levá-lo e que, diferente do campo de trabalho, não havia uma rede por trás de todas as ações previstas. Mas não foi um caminho de forma alguma solitário e parece que tudo veio no tempo certo. Na contramão de tantas falas sobre a vida acadêmica, outras mãos seguraram as minhas em cada passo que dei, e sei que seguirão segurando nos próximos que pretendo dar, pois esta e as próximas pesquisas fazem parte de uma luta coletiva.

É difícil alcançar as palavras que descrevam de forma suficiente o presente que recebi da vida ao ter como orientador o Professor Dr. Rodrigo Diniz e sei o privilégio que é ter um verdadeiro orientador, que me acompanhou em cada dia, em cada devaneio, em cada reflexão, em cada conquista, em cada angústia, em cada dúvida, em cada palavra escrita. As orientações do Rodrigo não só deram condições para este trabalho acontecer, mas me fizeram acreditar que sou capaz e me fortaleceram em quem tenho escolhido ser. Imensamente grata por toda paciência e acolhimento! Agradeço também ter retornado a esta minha casa, agora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, a PUC-SP.

Agradeço de todo coração aos meus amores, às companheiras e aos companheiros desta vida: Lucas Ciola, com quem todo dia troco e aprendo que as dimensões do amor e da liberdade repercutem em todos os traços do nosso modo de vida, nas leituras, nas conversas, na militância, no trabalho, na nossa forma de existir na cidade, no campo e nas relações. Obrigada por guiar, também, caminhos para as inquietações trazidas nas páginas que aqui seguem. Dra. Ivaloo Gusmão, que me ensina que é possível ser trabalhadora, militante, pesquisadora, dona de casa, mãe, amiga, viajante, apaixonada e ainda cair no samba às sextas-feiras; Victor Félix e Maria Claudia Paiva, meus exemplos de pesquisadores, que pensaram comigo, escreveram comigo e ainda partilharam tantos abraços e sorrisos; Naiara Dib, que, por incansáveis dias cuida da nossa Nina América, me apoiando em dar conta dos contornos dos compromissos e das crises do cotidiano; Ciro Casique e Alexandre Gonçalves, que tomaram minhas angústias e minhas tarefas como se

fossem também deles, sempre dispostos; Gabriela Leite, minha irmã e melhor revisora de todos os tempos; Macarena Sfeir, que apareceu no final deste processo, mas também o fortaleceu e me ajudou a segurar as pontas; Aline Bianca, Carolina Oliveira, Andrew Roger e Aretha Bley, ter vocês nesses caminhos é sempre força para continuar; e às minhas companheiras de pós-graduação: Carla, Natalia, Juliana e Cléo, que bom termos nos encontrado!

Obrigada à minha aldeia, às amigas e aos familiares que compartilharam os cuidados da Nina por tantos e tantos dias, somando nas oportunidades da infância dela e possibilitando que eu ocupe outros espaços!

Agradeço a oportunidade de ter conhecido e ter sido acolhida pelo CIEJA Perus I, principalmente nas pessoas do professor Diogo Marciano, da diretora Franciele Lima e das coordenadoras Sheila e Silvania. Que o trabalho de vocês frutifique e seja inspiração para outras unidades educacionais pelo país! Também aos amigos do MST, todo respeito e admiração pela luta das(os) trabalhadoras(es) rurais sem terra, principalmente ao querido David Zamory e ao Sergião; às lideranças que me ajudaram a conhecer Perus, Matheus e Claudin, obrigada!

E ainda, agradeço a quem, na trajetória profissional, me ancora, me impulsiona e me dá confiança no que podemos construir juntas(os): à grande amiga Sália Cordeiro, sempre me apoiando onde for; ao CRAI, a melhor escola que tive e que me abriu possibilidades para o resto da vida; ao SEFRAS, que me acolheu e recolheu, principalmente na pessoa da querida Dra. Rosângela Pezoti; e à Rede Interação, principalmente nas pessoas de Altemir Almeida e André Franco, meus grandes mestres!

Por fim, agradeço à disponibilidade dos(as) participantes da entrevista e das demais pessoas que apoiaram esta pesquisa.

El barco

Pero si ya pagamos nuestros pasajes en este mundo
¿por qué, por qué no nos dejan sentarnos y comer?
Queremos mirar las nubes, queremos tomar el sol y oler la sal,
francamente no se trata de molestar a nadie,
es tan sencillo: somos pasajeros.

Todos vamos pasando y el tiempo con nosotros:
pasa el mar, se despide la rosa,
pasa la tierra por la sombra y por la luz,
y ustedes y nosotros pasamos, pasajeros.

[...]

Todos llegábamos del mismo sitio.
Todos veníamos de mujer y de hombre.
Todos tuvimos hambre y pronto dientes.
A todos nos crecieron las manos y los ojos
para trabajar y desear lo que existe.

Y ahora nos salen con que no podemos,
que no hay sitio en el barco,
no quieren saludarnos,
no quieren jugar con nosotros.

[...]

Sin mesa dónde vamos a comer,
dónde nos sentaremos si no tenemos silla?
Si es una broma triste, decídanse, señores,
a terminarla pronto,
a hablar en serio ahora.

Después el mar es duro.

Y llueve sangre.

Pablo Neruda

RESUMO

DEFENDI, Claudia Ribeiro. **O lugar das(os) que não são daqui:** mediações e possibilidades de integração das populações imigrantes em São Paulo e o acesso à moradia

Esta investigação busca analisar as possibilidades e as mediações da integração de imigrantes em São Paulo e o acesso à moradia, tomando a cidade de São Paulo como chão empírico, tendo como amostra as dinâmicas que ocorrem no território do distrito de Anhanguera (extremo noroeste da cidade), região administrativa da Prefeitura Regional de Perus, a partir da comunidade de imigrantes haitianos(as) que ali vive, à luz de uma contraposição do proposto pela Política Municipal para Imigrantes (PMPI) desde sua instituição, no ano de 2016. Objetiva-se a análise de como esta Política movimenta o processo de integração à cidade a partir do acesso habitacional, e, especificamente, objetiva-se, explorar a concepção de acesso à habitação permeada pela PMPI e apontar as contradições do processo de acolhimento às populações imigrantes a partir das iniciativas do poder público municipal. Trata-se de pesquisa de viés metodológico qualitativo, de natureza exploratória que conta com revisão bibliográfica, análise de legislações e normativas e ainda a observação participante. Utiliza também a metodologia da cartografia social que prima pelo contato com os(as) sujeitas(os) e entrevistas semiestruturadas com representantes do poder público e atores do território. Este estudo revela características de provisoriedade inerente às ações ligadas a população imigrante para a sociedade, mesmo do ponto de vista da política. Não tem a intenção de esgotar as possibilidades de resultados, mas aponta para a necessidade de construção de planos de uma política que busque impedir a violação de direitos a partir de constantes aproximações com as demandas da população e estratégias para mapeamento de como as populações estão ocupando a cidade e para a criação e o refinamento de mecanismos de diálogos intersecretariais entre a CPMigTD (SMDHC) e as demais Secretarias.

Palavras-chave: imigração. integração. políticas sociais. acesso à moradia. acesso à cidade.

ABSTRACT

DEFENDI, Claudia Ribeiro. **The place of those who are not from here:** mediations and possibilities for the integration of immigrant communities in São Paulo and their access to housing

This research seeks to analyze the possibilities and mediations of immigrant integration in São Paulo and access to housing, considering the city of São Paulo as an empirical ground, using as a sample the dynamics that occur in the territory of the Anhanguera district (extreme northwest of the city), administrative region belonging to the Perus Regional Prefecture, based on the Haitian immigrant community that lives there, in light of a counter position to what has been proposed by the Municipal Policy for Immigrants (PMPI) since its institution in 2016. The aim is to analyze how this policy drives the process of integration with the city based on access to housing, and specifically to explore the concept of access to housing permeated by the PMPI and point out the contradictions in the process of receiving immigrant populations based on the initiatives of public municipal authorities. This is a study with a qualitative methodological bias, of an exploratory nature, which includes a bibliographical review, analysis of legislation and regulations, as well as participant observation. It also uses the methodology of social cartography, which focuses on contact with the subjects and semi-structured interviews with representatives of the public authorities and actors in the territory. This study reveals characteristics of provisionality inherent in actions related to the immigrant population for society, even from a political point of view. It does not intend to exhaust the possibilities of results, but points to the need to develop policy plans that seek to prevent the violation of rights through constant approximations with the demands of the population and strategies for mapping how the populations are occupying the city and for the creation and refinement of mechanisms for inter-secretarial dialogue between the CPMigTD (SMDHC) and the other Secretariats.

Keywords: Immigration. Integration. Social policies. Access to housing. Access to the city.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1- Igreja evangélica em Perus com placa de informações de cultos em português e em crioulo haitiano, também trazendo desenhos das bandeiras do Brasil e do Haiti..... | 28 |
| Figura 2- Visita ao CIEJA Perus (Centro de Integração de Educação de Jovens e Adultos)- I. Perus..... | 29 |
| Figura 3- Gráfico dos dados aproximados da evolução do número de matrículas em função da nacionalidade no CIEJA Perus I (2016=2023)..... | 30 |
| Figura 4- Visita ao CIEJA Perus I. Recepção expondo bandeiras do Brasil e do Haiti e fotos da comunidade que frequenta o equipamento..... | 32 |
| Figura 5- Seminário "Imigração e Refúgio no Brasil:a construção das políticas públicas". NEPPOS/PPGSS/PUC-SP..... | 34 |
| Figura 6- Audiência Pública sobre Políticas de Moradia para Imigrantes, promovida pela vereadora Luna Zarattini (PSOL). Câmara Municipal de São Paulo..... | 35 |
| Figura 7- Encontro RNCA. Câmara Municipal de São Paulo..... | 36 |
| Figura 8- Distrito de Perus, estação da CPTM..... | 37 |
| Figura 9- Mutirão de atendimento às populações imigrantes em Perus. CEU Perus, São Paulo..... | 38 |
| Figura 10- Visita à Comuna da Terra Irmã Alberta- MST. Anhanguera, São Paulo.. | 39 |
| Figura 11- Reunião RESAPA..... | 40 |
| Figura 12- Visita ao ponto de apoio para atendimento da UBS Parque Anhanguera dentro do assentamento do MST Comuna da Terra Irmã Alberta. Anhanguera, São Paulo- I..... | 41 |
| Figura 13- Visita ao ponto de apoio para atendimento da UBS Parque Anhanguera dentro do assentamento do MST Comuna da Terra Irmã Alberta. Anhanguera, São Paulo – II..... | 42 |
| Figura 14- Visita ao ponto de apoio para atendimento da UBS Parque Anhanguera dentro do assentamento do MSTComuna da Terra Irmã Alberta. Anhanguera, São Paulo – III..... | 43 |
| Figura 15- Visita à ocupação Vila dos Haitianos dentro do assentamento do MST Comuna da Terra Irmã Alberta. Placa de rua improvisada identificando "Rua Haiti", Anhanguera, São Paulo..... | 43 |

| | |
|---|-----|
| Figura 16- Visita à ocupação Vila dos Haitianos dentro do assentamento do MST Comuna da Terra Irmã Alberta. Anhanguera, São Paulo..... | 44 |
| Figura 17- Visita ao CIEJA Perus. Árvore na entrada da unidade de ensino com desenho de maçã em papel, pendurado e protegido com plástico, com a frase "Quero falar portugais e aprender muitas coisas." | 45 |
| Figura 18- Conferência livre sobre acesso habitacional para imigrantes (Comigrar), realizada no Centro Pastoral São José, Belenzinho..... | 46 |
| Figura 19- Observação participante em visita domiciliar da equipe de ESF na comuna da Terra Irmã Alberta, Anhanguera..... | 47 |
| Figura 20- Observação participante em visita domiciliar da equipe de ESF na Vila dos Haitianos. Anhanguera..... | 48 |
| Figura 21- Visita à Vila dos Haitianos. Anhanguera..... | 49 |
| Figura 22- Mobilização de grupo para construção coletiva de cartografia social.Vila dos Haitianos, Anhanguera..... | 55 |
| Figura 23- Museu da Imigração do Estado de São Paulo..... | 58 |
| Figura 24- "Moradia é direito": aniversário da cidade de São Paulo. Ocupação 9 de julho MSTC (Movimento Sem Teto no Centro)..... | 70 |
| Figura 25- Placa de inauguração do primeiro Centro de Acolhida Especial para Imigrantes da cidade de São Paulo, no bairro da Bela Vista..... | 79 |
| Figura 26- Linha do tempo sobre o avanço das políticas migratórias no município de São Paulo..... | 80 |
| Figura 27- Placa externa do Centro de Acolhida Masculino para Imigrantes em São Mateus, identificado como Centro Temporário de Acolhimento (CTA)..... | 86 |
| Figura 28- Gráfico de ocupações com população migrante..... | 88 |
| Figura 29- Empresa Minalba, pertencente à Nestlé, envasadora de água mineral localizada na saída da rodovia Anhanguera, Chácara Maria Trindade, antes do acesso à Comuna da Terra Irmã Alberta..... | 113 |
| Figura 30- Sala de espera improvisada para atendimento médico pela equipe de ESF na área social da Comuna da Terra Irmã Alberta..... | 115 |
| Figura 31- Caminhão entrando em via principal de acesso à Comuna da Terra Irmã Alberta durante as primeiras obras de asfaltamento..... | 120 |
| Figura 32- Fossa comum domiciliar improvisada em barranco na Vila dos Haitianos | 123 |

| | |
|---|-----|
| Figura 33- Reservatório domiciliar de água construído em tijolos de forma improvisada, acrescentando-se os reservatórios em tambor plástico..... | 126 |
| Figura 34- Preparação de ícones para construção de cartografia crítica..... | 129 |
| Figura 35- Grupo de pessoas reunidas para construção de cartografia crítica na Vila dos Haitianos – I..... | 130 |
| Figura 36- Grupo de pessoas reunidas para construção de cartografia crítica na Vila dos Haitianos- II..... | 131 |
| Figura 37- Crianças colorindo desenhos no chão na Vila dos Haitianos durante atividade de cartografia..... | 132 |
| Figura 38- Exposição de mapa da Chácara Maria Trindade e legenda dos ícones pendurado em porta de madeira de casa na Vila dos Haitianos..... | 132 |
| Figura 39- Pessoas reunidas analisando ícones e materiais para construção de cartografia crítica na Vila dos Haitianos..... | 133 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|-----|
| Mapa 1- Mapa político-administrativo da cidade de São Paulo, com destaque para a Prefeitura Regional de Perus..... | 25 |
| Mapa 2- Localização Comuna da Terra Irmã Alberta/ Chácara Maria Trindade. Distrito de Perus/ São Paulo..... | 26 |
| Mapa 3- Distância entre a Comuna da Terra Irmã Alberta e a estação Perus da CPTM..... | 27 |
| Mapa 4- Leis municipais de atenção e/ou apoio a migrantes, refugiados e apátrida..... | 75 |
| Mapa 5- Concentração de imóveis ocupados em São Paulo de acordo com estudo da Prefeitura de São Paulo realizado em 2018..... | 91 |
| Mapa 6- Atendidos pelo CRAI, segundo distrito de moradia..... | 99 |
| Mapa 7- Distritos paulistas de residência dos beneficiários atendidos em 2020 pela Cáritas Arquidiocesana de São Paulo..... | 101 |
| Mapa 8- Famílias imigrantes inscritas no Cadastro Único/ Município de São Paulo..... | 103 |
| Mapa 9- Mapeamento coletivo dos acessos feitos a partir do bairro Chácara Maria Trindade através das técnicas de cartografia..... | 149 |
| Mapa 10- Mapeamento coletivo na escala da cidade de São Paulo através das técnicas de cartografia..... | |
| Erro! Indicador não definido. | |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1- Dados de municípios brasileiros com maior registro de imigrantes com Registro Nacional Migratório, apresentando porcentagem em relação ao número total de imigrantes no Brasil..... | 76 |
| Quadro 2- Ações e metas propostas pelo I Plano Municipal de Políticas para Imigrantes..... | 95 |
| Quadro 3- Análise de ícones e representações utilizadas nas cartografias..... | 134 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|------------|---|
| ACNUR | Agência das Nações Unidas para Refugiados(as) |
| ACS | Agente Comunitário de Saúde |
| APP | Área de Preservação Permanente |
| CadÚnico | Cadastro Único |
| CASP | Cáritas Arquidiocesana de São Paulo |
| CDHIC | Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante |
| CEI | Centro de Educação Infantil |
| CEU | Centro de Educação Unificado |
| CIEJA | Centro Integrado de Educação para Jovens e Adultos(as) |
| CMI | Conselho Municipal para Imigrantes |
| COMIGRAR | Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia |
| Covid- 19 | Coronavírus |
| COVS/SMADS | Coordenação do Observatório de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social |
| CPMig | Coordenação de Políticas para Imigrantes |
| CPMigTD | Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente |
| CPTM | Companhia Paulista de Trens Metropolitanos |
| CRAI | Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| CREAS | Centro de Referência Especializada de Assistência Social |
| CTA | Centro Temporário de Acolhimento |
| D.O. | Diário Oficial |
| ESF | Estratégia de Saúde da Família |
| IBGE | Instituto Brasil de Geografia e Estatística |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| MJSP | Ministério da Justiça e Segurança Pública |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra |
| MSTC | Movimento Sem Teto do Centro |
| NEPO | Núcleo de Estudos da População Elza Berquó |
| OIM | Organização Internacional para as Migrações |

| | |
|----------|--|
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PMPI | Política Municipal para Imigrantes |
| ProMigra | Projeto de Promoção dos Direitos de Migrantes |
| PUC | Pontifícia Universidade Católica |
| RESAPA | Rede Socioassistencial de Perus e Anhanguera |
| RNCA | Rede Nacional de Cidades Acolhedoras |
| SABESP | Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo |
| SAOR | Serviço de Atendimento e Orientação para Refugiados(as) |
| SAS | Supervisão de Assistência Social |
| SEHAB | Secretaria Municipal de Habitação |
| SISMIGRA | Sistema de Registro Nacional Migratório |
| SMADS | Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social |
| SMDHC | Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania |
| SUAS | Sistema Único de Assistência Social |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| TCLA | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| UBS | Unidade Básica de Saúde |
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| APRESENTAÇÃO | 19 |
| Os pés que de outras caminhadas vieram, agora pisam este mesmo território: | |
| Perus e Anhanguera..... | 22 |
| A pesquisa militante e a militante em pesquisa | 32 |
| Perspectivas metodológicas: o uso da cartografia como ferramenta crítica | 50 |
| 1 - PROCESSOS DE EXPULSÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E O (RE)ACESSO ÀS CIDADES GLOBAIS..... | 58 |
| 2 - MIGRAÇÕES EM DIREÇÃO AO BRASIL E A DIREÇÃO DAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS BRASILEIRAS..... | 70 |
| 2.1 A cidade de São Paulo como corpo social protagonista da construção das políticas migratórias brasileiras..... | 77 |
| 3 - MEDIAÇÕES E POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO DAS POPULAÇÕES IMIGRANTES NO ABISMO DA CIDADE | 107 |
| 3.1 o lugar da “vila dos haitianos” no direito à cidade de são paulo | 111 |
| 3.2 a construção coletiva da cartografia como forma de desafiar relatos dominantes e registrar experiência cotidianas..... | 128 |
| 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 153 |
| REFERÊNCIAS..... | 159 |

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa apresenta uma compilação de estudos que justificam e apontam conhecimentos agregados e caminhos traçados durante minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica, que segue sendo constantemente aprimorada e aperfeiçoada, culminando em descobertas, inquietações e possibilidades de desenvolvimento de estudos que explorem cada vez mais a conquista por direitos sociais, civis, políticos e humanos, sobretudo das populações imigrantes, a partir da atuação do Serviço Social.

Ao ingressar no programa de mestrado, trouxe comigo a bagagem que insiste em não se afastar de mim: a possibilidade de desvelar as estruturas que enredam o acesso à moradia para imigrantes nas cidades dentro do sistema capitalista. Os rumos que levam a esta pesquisa vêm moldando minha trajetória desde antes do ingresso no Programa de Pós-Graduação, sendo maturados e lapidados com o tempo. É provável que tenha sido o período em que me afastei de minha construção profissional e acadêmica, de minhas raízes, redes territoriais e sociais, e mergulhei em alternativas de renda e trabalho secundárias para bancar o desejo de integrar-me à *mi tierra querida* Colômbia, no final do ano de 2014, o responsável por sensibilizar meu olhar para os processos migratórios.

Como numa coreografia que leva aos próximos passos que se harmonizam com os anteriores e com os que virão, precisei retornar para São Paulo para concluir o curso de graduação em Serviço Social na PUC-SP e reinserir-me no mercado de trabalho. Retorno muito entusiasmada em acompanhar os espaços de discussão sobre imigração em São Paulo, bem como em acompanhar os avanços do poder público na atenção às populações imigrantes e conhecer melhor como a cidade estava sendo ocupada por essas populações – esse foi exatamente o período entre a inauguração do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes de São Paulo (CRAI-SP) e a implementação da Política Municipal para Imigrantes - mas fui contratada por uma Assessoria de Desenvolvimento Urbano para executar trabalho social junto aos movimentos sociais de luta por moradia, experiência que me enriqueceu quanto ao direito à cidade e à moradia.

Logo em seguida, entre os anos de 2017 a 2019, por ensejo, atuei como assistente social no CRAI-SP (Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes de São Paulo), primeiro equipamento público do Brasil criado especificamente para atender as populações imigrantes. Foi-me dada a incumbência de construir um projeto-piloto de acompanhamento de imigrantes em ocupações de edifícios ociosos na região central da capital paulista, trabalho este que me revelou um mundo de metodologias de trabalho possíveis a partir de uma mesma raiz: a disputa pela cidade.

Naquele momento – com novos fluxos de migração importantes e expressivos desde o ano de 2010 –, a região central de São Paulo apresentava massiva concentração da população imigrante, por possibilitar maior facilidade de acesso a serviços, informação e trabalho.

Desvinculei-me do CRAI-SP em 2020, deixando de viver na capital paulista durante a pandemia de Covid-19, época do nascimento e dos primeiros anos da minha filha. Em 2022 voltei a atuar na área da migração em São Paulo e vi-me no momento ideal para ingressar no mestrado e desenvolver pesquisas com as inquietações que há tempos já me acompanhavam. Percebo então um novo cenário: diversas comunidades de imigrantes vivendo em ocupações às margens da cidade, no município pioneiro e referência em política municipal para imigrantes, comportando grandes comunidades de diferentes nacionalidades, mas que não têm acessos básicos a serviços, direitos ou informação, sem conhecimento das possíveis disputas por terra, enfim, sem acesso à cidade, vivendo em risco.

Observo as políticas migratórias entrando no fluxo de precarização das demais políticas brasileiras e me pergunto como essas comunidades se integram a essa cidade, como a acessam, como dela se apropriam?

É posto que as populações em situação de imigração e refúgio que não possuem, no novo território, vínculos ou redes sociais (TILLY, 1990)¹ e de apoio, muitas vezes não compreendem o idioma ali usado para comunicação, a cultura ali vivida, não conhecem os sistemas de mobilidade e as regiões da cidade, tampouco as políticas sociais existentes. Para além do acesso a direitos básicos de saúde,

¹ Ao usar o conceito de “redes sociais”, Tilly (1990) refere-se a pessoas ligadas por laços de amizade, parentesco ou experiências, redes que, ao migrarem, podem criar novas categorias de sociabilidade.

educação e assistência social em atenção aos imigrantes, quais caminhos e medidas de proteção a cidade oferece para possibilitar integração?

Com tantos modelos de respostas humanitárias de emergência às populações imigrantes e refugiadas ao redor do mundo, somadas a contextos cada vez mais selvagens de expulsões de territórios², desproteção urbana³ e lógicas de promoção do mercado e do crédito habitacional⁴, como reconectar o direito habitacional adequado aos direitos humanos das populações em constante mobilidade?

A fim de investigar essas realidades, este estudo tem como objeto de pesquisa analisar as possibilidades e as mediações da integração de imigrantes à cidade e o acesso à moradia, tomando a cidade de São Paulo como chão empírico, tendo como amostra as dinâmicas que ocorrem no distrito de Anhanguera (extremo Noroeste da cidade), a partir da comunidade de imigrantes haitianas(os)⁵ que ali vive, à luz de uma contraposição do proposto pela Política Municipal para Imigrantes (PMPI) desde sua instituição, no ano de 2016, até os dias atuais.

Objetiva-se a análise de como a Política Municipal para População Imigrante movimentou o processo de integração à cidade a partir do acesso habitacional e, especificamente, objetiva-se explorar a concepção de acesso à habitação permeada pela PMPI, apontar as contradições do processo de acolhimento às populações imigrantes a partir das iniciativas do poder público municipal.

² Como veremos no primeiro capítulo, trabalharemos o conceito de expulsões de Saskia Sassen (2016), que nos leva a compreender as patologias do capitalismo global para além das desigualdades crescentes, mas também analisando as formas de exploração de territórios que terminam por produzir águas e terras mortas, ocasionando grandes deslocamentos populacionais forçados.

³ A desproteção urbana abordada aqui trata-se então do conjunto de exclusões e de impedimentos que torna as(os) sujeitas anuladas(os) no processo da vida civil, do acesso à cidadania, da negação à integração à vida socialmente referenciada pelos valores e direitos democráticos, onde as desproteções são constantes e atravessam os modos de vida das populações, não permitindo o acesso aos direitos sociais, civis, políticos que devem ser inerentes ao direito à cidade, à urbe, à urbanidade com valor e materialidade cidadina.

⁴ Essas lógicas ligadas à promoção do mercado e crédito habitacional estão relacionadas aos processos de privatizações que tornam o direito de morar objeto de consumo, venda e financiamento.

⁵ A escolha do uso dos dois gêneros, feminino e masculino, na escrita desta dissertação de mestrado, é intencional e política, rompendo com uma convenção da língua portuguesa de coletivizar grupos sempre utilizando apenas a forma masculina, seja dos pronomes, dos substantivos ou dos adjetivos. Aqui, busca-se textualmente apontar o gênero feminino nas sentenças com o objetivo de explicitar a visibilidade da mulher como agente e protagonista de processos sociais e políticos, dentre os quais circunscreve-se o fenômeno da migração, de nenhum modo deixando de reconhecer as pessoas não binárias, porém, este trabalho não alcançaria a abordagem desta temática.

O presente trabalho demonstra a importância de um debate sobre as novas faces e as múltiplas expressões da questão social, sobretudo em países de capitalismo, a fim de compreender a percepção das populações imigrantes sobre os desafios da integração na cidade e discutir sobre como o acesso habitacional às populações imigrantes interfere na integração à cidade e na materialização dos direitos sociais.

Há a hipótese de que o município de São Paulo, mesmo sendo pioneiro em iniciativas do poder público em prol das populações imigrantes, reproduz modelos de assistência de caráter emergencial, gerando contradições, e encontra dificuldades para a efetivação das políticas de integração e direito à cidade, de forma que, não se acessando moradia digna, também não se acessa dignamente outros direitos básicos como saúde, educação, assistência social e trabalho. Não há como estabelecer meios de vida e integrar-se a um novo território sem acessar condições de habitar dignamente. Mais do que em qualquer outra circunstância, trabalho e habitação possuem uma relação de dependência mútua. Quando a cidade não proporciona condições para ser acessada, coloca as populações que a ocupam em um nível ainda mais profundo de desproteção e desigualdades.

Os pés que de outras caminhadas vieram, agora pisam este mesmo território: Perus e Anhanguera

Dada a dimensão da cidade de São Paulo, escolheu-se o território da região administrativa da Prefeitura Regional de Perus para produzir a ação relacional da pesquisa, oportunizando que o percurso metodológico possa ser movimentado, pois entende-se que este território apresenta um conjunto de dinâmicas que contêm e revelam as mediações do objeto da pesquisa proposta, qual seja, pensar as dinâmicas de habitar São Paulo enquanto população imigrante.

A região administrativa da Prefeitura Regional de Perus está localizada no extremo Noroeste do município de São Paulo, caminho para os municípios de Campinas e Jundiaí; faz divisa com os municípios de Caieiras, Santana do Parnaíba

e Cajamar; é servida pela Linha 7 - Rubi da CPTM, pela Estrada Velha de Campinas, pela Rodovia dos Bandeirantes, pela Rodovia Anhanguera e pelo Rodoanel Mário Covas.

De acordo com o IBGE (2023), conta com uma área total de 57,21 km², a terceira maior região da cidade, e um contingente populacional de 178.253 habitantes, a segunda região com menor densidade demográfica do município, atrás apenas da região da subprefeitura de Parelheiros, no extremo Sul da cidade, que conta com uma área total de 360,80 km². Observando também os dados disponibilizados pela Coordenação do Observatório de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SAS Perus/COVS/SMADS, São Paulo, 2023), é possível extrair algumas análises: desde o último censo, houve um aumento populacional de 22% na região de Perus, além do surgimento de novos loteamentos, como Ninho Verde e Jardim Rosinha, novos condomínios verticais, como Vila Caiuba e Jardim Adelfiore, e ampliação de ocupações nos territórios, como “EMEF Badra”, “barroca Vila Caiuba”, Jardim Jaraguá, Favela da 16, Vale do Sol (Morro da Mandioca), Vila dos Haitianos (Chácara Maria Trindade) e Sítio Formiga.

A região, que conforma o território da Supervisão de Assistência Social (SAS) Perus, possui um IDH baixo em relação à cidade, ocupando a posição 83^a na classificação, e está entre as dez prefeituras regionais com menores médias de renda da população. É considerada uma região com alta concentração de negras(os), representando 49% de sua população, enquanto essa concentração equivale a 37% do total populacional do município. A expectativa de vida da população residente em Perus é de 60 anos, o que quer dizer morte 21 anos mais cedo do que em distritos do Centro expandido e da Zona Oeste, como Jardim Paulista e Alto de Pinheiros, onde a expectativa de vida é de 81 anos (SAS/COVS/SMADS, São Paulo, 2023).

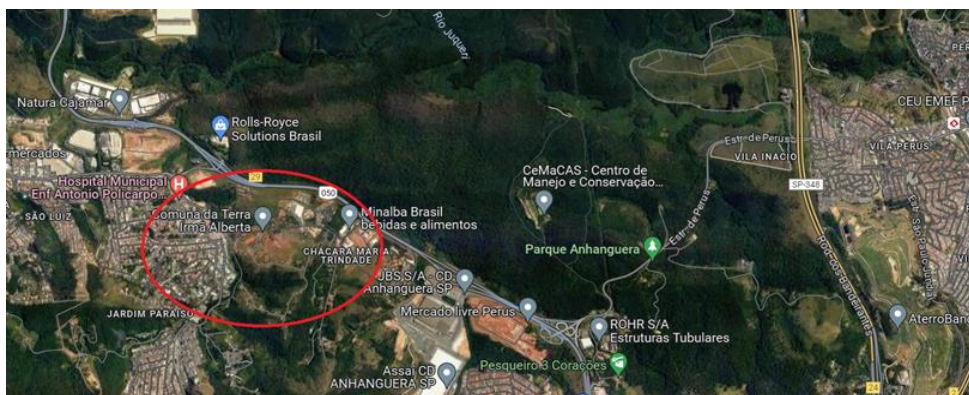
A região da subprefeitura de Perus divide-se em dois distritos: Perus e Anhanguera. Durante o processo de pesquisa houve diálogo e mapeamento das diversas articulações políticas, sociais ou relacionais que acontecem em Perus como um todo, de modo a perceber de que forma o território é ocupado pela população imigrante e em quais espaços ela está. Contudo, o distrito de Anhanguera foi observado mais de perto, especificamente o território da Chácara Maria Trindade, bairro bem próximo à fronteira com o município de Cajamar e da

Rodovia Anhanguera, ocupado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), há mais de 20 anos, com o projeto de assentamento “Comuna da Terra Irmã Alberta”, proposto como área de compensação ambiental pelas obras do Rodoanel em área que pertence a SABESP e que, nos últimos quatro anos, foi “sobreocupada” por uma comunidade de cerca de 130 haitianas e haitianos. Ou seja, na área convivem duas ocupações, uma sobre a outra, sem alinhamento político entre si.

No Mapa 1 a seguir podemos observar a localização dos distritos Perus/Anhanguera em relação ao município de São Paulo e à região metropolitana. O território circulado em vermelho pontilhado corresponde à localização da Chácara Maria Trindade, como uma última ponta do território paulistano, a Noroeste:

Rodovia Anhanguera cortando o distrito e no canto direito da imagem está o distrito de Perus, onde é possível observar a localização da estação de trem da CPTM.

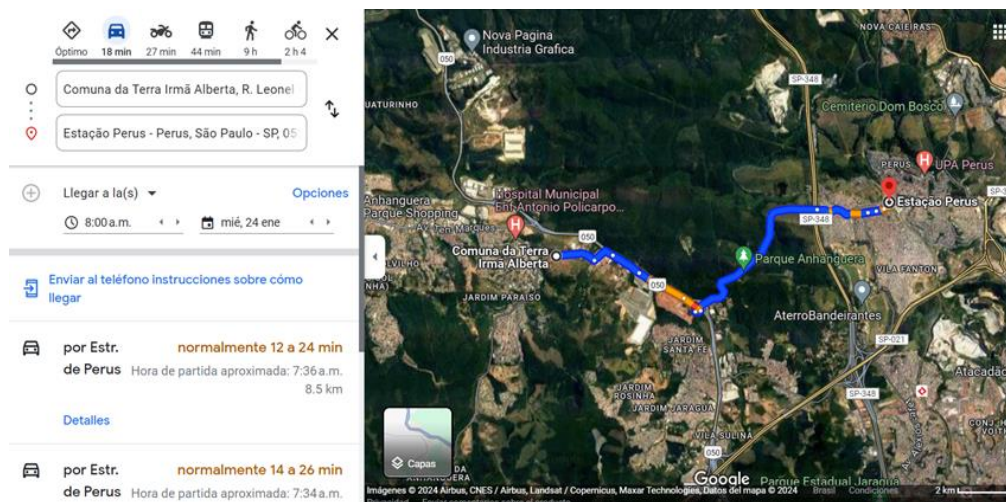
Mapa 2- Localização Comuna da Terra Irmã Alberta/ Chácara Maria Trindade. Distrito de Perus/ São Paulo



Fonte: Imagem do Google Maps (jan./24).

O Mapa 3 possibilita entender um pouco melhor as dimensões do território em pauta:

Mapa 3- Distância entre a Comuna da Terra Irmã Alberta e a estação Perus da CPTM



Fonte: Imagem do Google Maps (jan./24).

Conforme o Google Maps, uma pessoa que more na Comuna da Terra Irmã Alberta e necessite chegar à estação de trem mais próxima para acessar o centro da cidade às 8 horas da manhã em um dia de semana, terá que percorrer 8,5 quilômetros, trajeto que dura cerca de 18 minutos de carro ou 44 minutos de transporte público, o que exige 15 minutos de caminhada até a rodovia e um ônibus intermunicipal no valor de R\$ 9,00, ou dois ônibus municipais de São Paulo que custam R\$ 4,40 cada, podendo fazer integração do valor entre eles quando do uso do bilhete único municipal.

Figura 1- Igreja evangélica em Perus com placa de informações de cultos em português e em crioulo haitiano, também trazendo desenhos das bandeiras do Brasil e do Haiti



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

A região administrativa de Perus, da qual faz parte a Chácara Maria Trindade, onde está localizado o território da “Comuna da Terra Irmã Alberta” e onde moram cerca de 130 pessoas de nacionalidade haitiana, conta com importantes equipamentos públicos que registram altos números de atenção às comunidades imigrantes, como o CRAS Anhanguera, o CEI que compõe o Centro Unificado de Educação de Perus, entre outros equipamentos de educação e convivência, dos quais se destaca o CIEJA Perus, equipamento municipal de Educação para Jovens e Adultos que se apresenta hoje como a escola pública com maior número de imigrantes matriculadas(os) no Brasil, sendo que, em 2023, de um total de 800 matrículas, mais da metade correspondia a estudantes haitianas e haitianos. O CIEJA encontra-se a 800 metros de distância da estação de trem de Perus, o que equivale a 15 minutos caminhando.

A região destaca-se há pelo menos seis anos pela grande concentração de populações imigrantes, sobretudo de haitianas(os), o que, apesar de não contar com dados oficiais que registrem essa ocupação, pode ser comprovado por movimentos que demandaram às redes organizacionais dedicadas às migrações em São Paulo diversos esforços de atendimento em conjunto com as redes públicas de educação ou saúde, principalmente a partir do interesse da coordenação e do corpo

docente do CIEJA Perus I, que começou a dar visibilidade para este cenário a partir do ano de 2016. A unidade de ensino recebeu, nos últimos oito anos, predominantemente alunas(os) haitianas(os), mas também colombianas(os), bolivianas(os), paraguaias(os), afegãs(os), marroquinas(os) e venezuelanas(os).

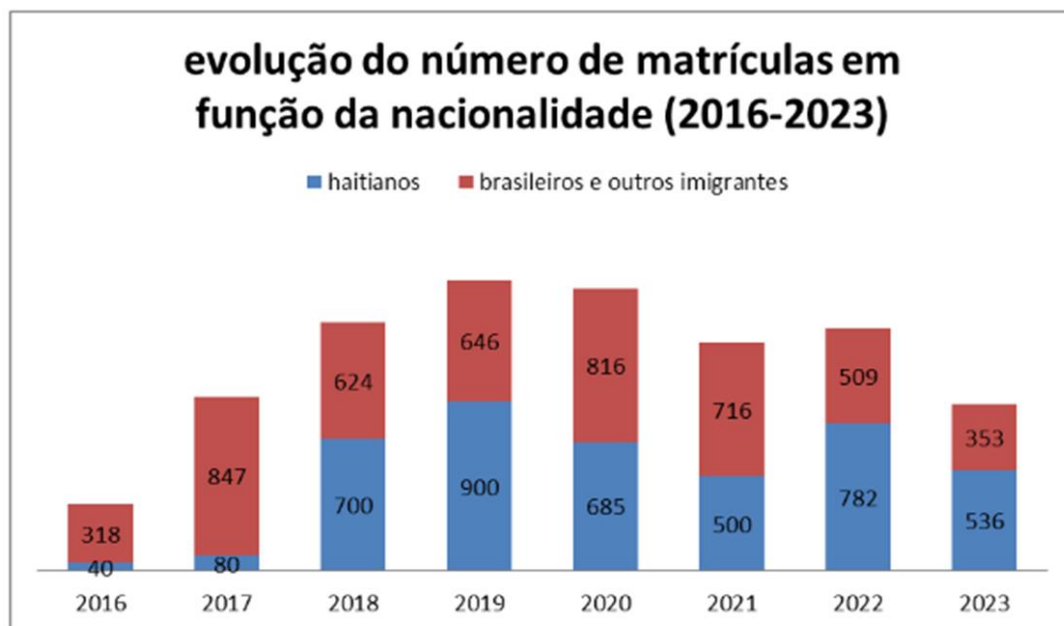
Figura 2- Visita ao CIEJA Perus (Centro de Integração de Educação de Jovens e Adultos)- I. Perus



Fonte: Acervo da pesquisadora (05/dez/2023).

Podemos observar na Figura 3 a seguir um gráfico com os dados comparativos da evolução do número de matrículas em razão da nacionalidade.

Figura 3- Gráfico dos dados aproximados da evolução do número de matrículas em função da nacionalidade no CIEJA Perus I (2016-2023)



Fonte: Marciano (2024). Produção técnica.

No ano de 2015, a coordenação do CIEJA Perus I participou do projeto “ Migração como direito: rompendo o vínculo com o trabalho escravo”, da ONG Repórter Brasil, recebendo formações para educadoras(es) que resultaram, a partir do ano de 2016, em iniciativas de acolher e elaborar processos de aprendizado específicos para as(os) haitianas(os), reorganizando seu currículo de forma mais integradora, entendendo que as(os) alunas(os) buscavam a unidade de ensino, em sua maioria, não para a formação básica escolar, pois muitas(os) já a haviam concluído no Haiti, mas para aprendizado do português e também como espaço de convivência. O novo currículo formou turmas de ensino reforçado do português, história e geografia do Brasil, além de aspectos da cidade de São Paulo e do distrito de Perus, atento às demandas do território e também proporcionando vivências culturais de socialização, como oficinas ou festas, que abriam espaço para a cultura haitiana dentro da escola, junto aos processos de aprendizado da cultura brasileira.⁶

⁶ Em 2017, o CIEJA Perus I recebeu o prêmio “Territórios educativos” do Instituto Tomie Ohtake pelo trabalho que iniciou e segue desenvolvendo até os dias atuais.

No ano de 2018, a unidade criou o projeto “O Haiti é aqui... em Perus!”, que realizou intensa pesquisa sobre o território e que também produziu alguns registros audiovisuais valiosos sobre a realidade local, disponíveis no canal do Youtube do Instituto Tomie Ohtake e da ONG Repórter Brasil. Também no ano de 2018, em uma parceria entre a ONG Repórter Brasil e o CRAI, houve a contratação de um trabalhador haitiano que, como extensão da equipe do CRAI, mas com atendimento presencial exclusivo dentro do espaço do CIEJA Perus, realizou orientações de regularização migratória e documental às(aos) imigrantes interessadas(os). Nos anos que seguiram, outras organizações, projetos de extensão e pesquisadoras(es) da temática de imigração se aproximaram do território para desenvolver trabalhos. Em 2023, a partir de demandas e também do apoio da rede pública de saúde, principalmente do bairro Recanto dos Humildes, o CRAI e as Secretarias de Saúde e de Direitos Humanos lançaram a “Cartilha de Apoio à Assistência Pré-Natal para as mulheres haitianas”, disponível no site da Prefeitura de São Paulo em português e em crioulo haitiano⁷.

Até os dias atuais, o CIEJA Perus I é referência para a comunidade haitiana em toda a grande São Paulo e conta com alunas(os) haitianas(os) matriculadas(os) que se deslocam de outras cidades, como Francisco Morato ou Osasco, e também de outras regiões do município de São Paulo, como Brás ou Guaianazes, e escolhem cruzar a cidade pela oportunidade de estudar em um local que as(os) acolhe. Entretanto, apesar de estar localizado em distrito vizinho a Anhanguera, fazendo parte da mesma prefeitura regional, o acesso ao território e às informações é demasiado complexo para aquelas(es) que residem na Chácara Maria Trindade.

Até o final do ano de 2023, o corpo docente do CIEJA Perus refere ter tido pouquíssimas(os) ou nenhuma aluna(o) haitiana(o) vinda(o) da Chácara Maria Trindade.

⁷ Perus registra elevado número de mortalidade materna, cerca de 122,8 para cada cem mil crianças nascidas vivas. Esse número coloca o distrito na classificação de quarto distrito com maior mortalidade materna. Em Anhanguera, essa cifra chega a 60,9 para cada cem mil crianças nascidas vivas. Está na posição trigésimo oitava em relação à mortalidade materna no município (DataSUS/SMS, 2019).

Figura 4- Visita ao CIEJA Perus I. Recepção expondo bandeiras do Brasil e do Haiti e fotos da comunidade que frequenta o equipamento



Fonte: Acervo da pesquisadora (05/dez/2023).

Não há, na pesquisa aqui proposta, qualquer intenção de buscar uma particularidade na nacionalidade ou na cultura haitiana, apenas a busca por amostras que correlacionem as dinâmicas vividas pelas populações imigrantes na cidade de São Paulo pensando as relações tecidas pelas(os) imigrantes no acesso às políticas públicas, sociais e a sua integração à cidade a partir do território de Anhanguera/Perus. Desta forma, busca-se, a partir da particularidade da amostra da pesquisa, analisar suas relações com a totalidade da questão estudada, ou seja, compreender as dinâmicas, contextos e mediações que se inserem na relação entre a população migrante, seu morar e a integração à cidade.

A pesquisa militante e a militante em pesquisa

Para fins de compreender as dinâmicas existentes no território estudado, delimitar escolhas que melhor dialogassem com o objeto proposto e direcionar esforços para o que pudesse ir ao encontro dos objetivos da pesquisa, o período

inicial de identificação, aproximação e articulação com atores relevantes no território e com espaços pertinentes foi de suma importância para lapidar os caminhos delineados e os resultados a serem alcançados pela pesquisa. Isso porque há nesta pesquisa uma preocupação central em vincular-se ao território e às(os) sujeitas(os) que o ocupam, pois os percursos metodológicos eleitos pretendem dar corpo à pesquisa militante⁸, isto é, que não pretende ter fim em si, mas que pretende apresentar problemáticas da realidade e propor enfrentamentos e saídas dialogadas e construídas conjuntamente às(aos) sujeitas(os) de investigação. Nesse sentido, a pesquisa não é neutra, pois possui um viés de posicionamento político. Torna-se importante perguntar: de que lado estamos? Junto a quais lutas pensamos e desenvolvemos nossas pesquisas?

Toda nova produção de conhecimento afeta e modifica as subjetividades e as relações objetivas, observando a dialética que compõe o real. Dessa forma, os estudos e pesquisas podem incidir sobre os pensamentos e ações daquelas(es) que coletivamente deles participam e com eles dialogam, podendo contribuir para a construção e/ou fortalecimento de sujeitas(os) rebeldes e de práticas coletivas e transformadoras.

Esta produção de conhecimento pretende dar corpo também à militante em pesquisa, que, a partir de seu posicionamento ético-político e do projeto societário pelo qual luta, não poderia fazer destas páginas meros registros de informações, mas, a começar por se dispor a construir vínculos de confiança, entende esta pesquisa como instrumento de luta por acesso a direitos, direcionada pelas construções coletivas.

Considero o percurso metodológico como um caminho que foi se tecendo desde o início de minha trajetória profissional, um percurso que fez curvas, parou, amadureceu, como um rio que nasce, passa por seus afluentes e encontra onde desaguar. Portanto, o percurso aqui traçado resulta de sucessivas aproximações à temática nos últimos dez anos, acompanhando e participando dos passos que

⁸ “Militante es quien está atravesado por una decisión así (decisión como materia de una nueva política del deseo que se inserta, insistente, en la búsqueda de nuevos mundos). E investigación militante es aquel proceso de reapropiación de nuestra capacidad de creación de mundos que, impulsado por una obstinada decisión militante a lo que no le valen los a-prioris, los deber-ser, los modelos (nuevos ni viejos), interroga, problematiza y empuja lo real a través de una serie de procedimientos concretos” (MALO, 2004, p. 92).

deram (ou não) as políticas migratórias em São Paulo e no Brasil. Requereu de observação participante, ocupação e apreensão da cidade e do território estudado.

Alinhado com novas perspectivas políticas para o país, mesmo no âmbito do município de São Paulo, o ano de 2023 destaca-se como um ano de muito trabalho, para a sociedade civil e para o poder público rumo ao avanço das políticas migratórias. Isso porque, no início do ano, o Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MJSP), a partir do Departamento de Migração, começou a mover esforços pela construção da Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia. No mês de maio de 2023, a partir do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Política Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (NEPPOS/PPGSS/PUC-SP), foi possível organizar um seminário intitulado "Imigração e Refúgio no Brasil: a construção das políticas públicas", que contou com representantes do poder público (a níveis federal e municipal) e também com lideranças migrantes que apresentaram os passos da conjuntura em questão.

Figura 5- Seminário "Imigração e Refúgio no Brasil: a construção das políticas públicas". NEPPOS/PPGSS/PUC-SP

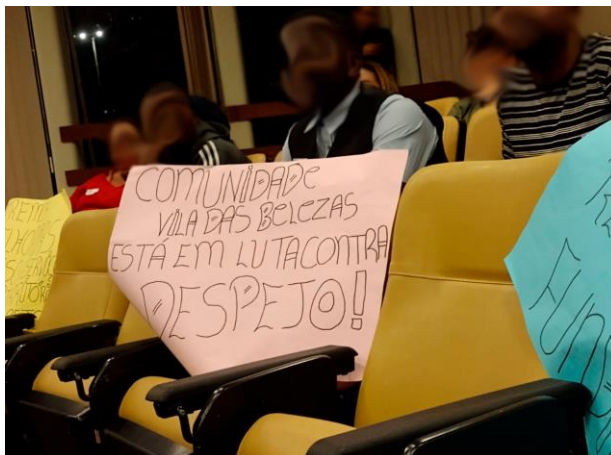


Fonte: Acervo da pesquisadora (17/maio/2023)

O mês de junho oportunizou o acontecimento da primeira audiência pública na Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo sobre políticas de moradia para

imigrantes e contou com ampla presença de movimentos sociais de luta por moradia e organizações sociais que trabalham com a pauta migratória.

Figura 6- Audiência Pública sobre Políticas de Moradia para Imigrantes, promovida pela vereadora Luna Zarattini (PSOL). Câmara Municipal de São Paulo



Fonte: Acervo da pesquisadora (23/jun/2023).

Também houve, na Câmara Municipal, um encontro da Rede Nacional de Cidades Acolhedoras⁹, que discutiu boas práticas e possibilidades de avanço das políticas migratórias em diversas cidades brasileiras. Ocupar cada um desses espaços foi de extrema relevância para a reflexão do objeto aqui proposto.

⁹ “A Rede Nacional de Cidades Acolhedoras (RNCA) é um fórum colaborativo de livre adesão e participação das gestões municipais para sugestões, debates e proposições sobre políticas, programas e ações para pessoas migrantes, refugiadas e apátridas, em articulação com órgãos da administração pública federal, agências internacionais e organizações da sociedade civil.” (BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. s.d.)

Figura 7- Encontro RNCA. Câmara Municipal de São Paulo



Fonte: Acervo da pesquisadora (26/jun/2023)

Dado o acompanhamento do contexto de construção de políticas migratórias e devido ao fato de que esta pesquisa se deu à luz da Política Municipal para Imigrantes de São Paulo, desde o início foram elencadas as primeiras interlocutoras a serem entrevistadas: trabalhadoras representantes da Secretaria de Habitação e da Coordenação de Políticas para Imigrantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

Em agosto do mesmo ano, deu-se início às conferências regionais e municipais de Assistência Social, onde, a partir de discussão de grupo do eixo “Serviços, Programas e Projetos”, ouvimos o primeiro relato sobre a comunidade haitiana que mora na Chácara Maria Trindade e as dificuldades que as equipes de equipamentos públicos do território têm em prestar atendimentos básicos, como a inscrição no Cadastro Único, devido ao fato de que a localização geográfica deste território o isola da oferta de serviços, principalmente em razão de ser atravessado pela Rodovia Anhanguera e por um pedágio no valor de R\$ 12,40.

Figura 8- Distrito de Perus, estação da CPTM



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Com esses impulsos, a partir do mês de setembro, houve aproximação com dirigentes do MST, quando tivemos acesso ao Projeto de Assentamento da Comuna da Terra Irmã Alberta, além de conversa com a equipe do CRAI, a fim de entender contatos, informações e iniciativas ocorridas recentemente no território para atendimento da comunidade haitiana. Em outubro, houve um mutirão de atendimento às populações imigrantes em Perus, ação sediada pelo CEU Perus.

Figura 9- Mutirão de atendimento às populações imigrantes em Perus. CEU Perus, São Paulo



Fonte: Acervo da pesquisadora (21/out/2023).

Para prestar atendimento, estavam presentes a ACNUR, a OIM, o CRAI, a Defensoria Pública da União (DPU), a União Social dos Imigrantes Haitianos (USIH), o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), a Associação de Mulheres Imigrantes Luz e Vida (AMILV), a Visão Mundial, a Cruz Vermelha, o Projeto de Extensão da Faculdade de Direito da USP de Promoção de Direitos de Migrantes (ProMigra), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Perus (CREAS) e outras equipes de serviços socioassistenciais de média complexidade do território. Durante a observação do atendimento, foi possível perceber a predominância das nacionalidades haitiana e boliviana. Conversando com algumas das trabalhadoras presentes, também foi possível observar que há muitos relatos de percepção de grande quantidade de imigrantes pelo território, mas, de fato, nos serviços ali presentes, os atendimentos cotidianos correspondem a números baixíssimos.

A observação participante no mutirão permitiu a aproximação com o CREAS Perus e com o ProMigra (responsável pela organização da ação), com quem

agendamos algumas conversas que permitiram ampliar o conhecimento das dinâmicas presentes e receber indicações de equipamentos e lideranças que poderiam contribuir para o caminho a ser percorrido nessa pesquisa. O contato com a coordenação do CRAS Anhanguera também surge neste momento e estabelece-se como uma relação importante para compreensão da realidade territorial. A partir de então, houve o convite para participação das reuniões de uma das redes ativas no território, a RESAPA - Rede Socioassistencial de Perus e Anhanguera.

Ainda no mês de outubro, fizemos a primeira visita à Comuna da Terra Irmã Alberta, a partir de contato com dirigente do MST e obtivemos o convite para partilhar de um dia de mutirão de plantio, aberto a quem quisesse apoiá-lo. Na foto a seguir, vemos um dos loteamentos, com um pequeno barraco de um dos trabalhadores, que está começando a ser construído. O acampamento encontra-se em área que pertence à SABESP e está enfrentando processo de reintegração de posse desde setembro do mesmo ano.

Figura 10- Visita à Comuna da Terra Irmã Alberta- MST. Anhanguera, São Paulo



Fonte: Acervo da pesquisadora (29/out/2023).

Essa primeira visita ainda não se pautava em conhecer a comunidade haitiana que ocupou o terreno destinado à Comuna da Terra Irmã Alberta, mas em aproximar-se das dinâmicas presentes no território, o que primordialmente incluiu diálogos com lideranças do MST. Torna-se evidente aqui que, para contextualização do território, fez-se importante a escolha por entrevistar um coordenador do MST nesta pesquisa.

No mês de novembro, ocorreu a inserção na RESAPA, na última reunião de 2023, com a presença de trabalhadoras e trabalhadores de equipamentos da Assistência Social e da Educação, que teve como pauta o planejamento das atividades do ano de 2024. Foi possível escutar algumas percepções das(os) trabalhadoras(es) sobre a presença de imigrantes no território, mas ainda apresentando-se como uma preocupação secundária, visto que poucas pessoas em situação de imigração parecem chegar a serem atendidas nos equipamentos. Houve a defesa, por parte de um professor do CIEJA Perus e da Assistente Social do CREAS, que essa pauta fosse abordada com mais profundidade no próximo ano e ficou acordado que, no mês de junho de 2024 (mês em que se comemora o Dia do Refugiado), com o apoio do professor do CIEJA, poderíamos partilhar esta temática com a Rede.

Figura 11- Reunião RESAPA



Fonte: Acervo da pesquisadora (21//2023).

Após iniciar aproximações com a Rede de trabalhadoras(es) dos serviços de referência para atendimento a imigrantes na cidade de São Paulo, dos equipamentos públicos do território de Perus e com lideranças de movimentos sociais ali atuantes, foi possível entender históricos e articulações importantes que perpassam a ocupação conhecida como “Vila dos Haitianos” na Chácara Maria Trindade.

Naquele momento, foi possível identificar um relevante ponto de ancoragem seguro e propício para o desenvolvimento da pesquisa: o ponto de apoio utilizado

pela Unidade Básica de Saúde (UBS) Parque Anhanguera para atendimento da população residente na área da Chácara Maria Trindade, em imóvel disponibilizado pelo MST dentro da Comuna da Terra Irmã Alberta. A articulação entre a UBS e o MST se deu com o intuito de levar o atendimento até a população, uma vez que o deslocamento da área até a unidade de saúde corresponde a cerca de 4 quilômetros e não encontra vias seguras para o que o trajeto seja feito a pé.

Figura 12- Visita ao ponto de apoio para atendimento da UBS Parque Anhanguera dentro do assentamento do MST Comuna da Terra Irmã Alberta. Anhanguera, São Paulo- I



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Mediante indicação da coordenadora do CRAS Anhanguera, pudemos conhecer um dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que é referência da Chácara Maria Trindade. O ACS é morador do Morro da Mandioca, vizinho à Vila dos Haitianos, há mais de 20 anos. Tive a honra de escutar detalhes sobre seu ponto de vista em relação ao histórico de ocupação da área, visto que o trabalhador já vivia ali desde o início da história da Comuna da Terra Irmã Alberta.

Figura 13- Visita ao ponto de apoio para atendimento da UBS Parque Anhanguera dentro do assentamento do MST Comuna da Terra Irmã Alberta. Anhanguera, São Paulo - II



Fonte: Acervo da pesquisadora (24/nov/2023).

O ACS conta que, no ano de 2019, a UBS Parque Anhanguera buscou o MST solicitando apoio com a cessão de um espaço para atendimento e essa parceria foi muito importante, principalmente durante o período de pandemia da Covid-19 (2020 a 2022). No início da parceria, o MST também solicitou ajuda para troca do telhado da área social, área que seria cedida para atendimento de saúde, para que o local tivesse uma estrutura mais adequada para receber as pessoas e protegê-las de sol e chuva. O ACS, então, mobilizou cerca de 10 haitianos moradores da ocupação que, em um dia de almoço coletivo preparado pelo MST, levantaram o telhado juntos.

Figura 14- Visita ao ponto de apoio para atendimento da UBS Parque Anhanguera dentro do assentamento do MSTComuna da Terra Irmã Alberta. Anhanguera, São Paulo - III



Fonte: Acervo da pesquisadora (24/nov/2023).

No dia da visita, o ACS, que também se tornou uma liderança no território, considerou importante levar-nos para conhecer o loteamento de algumas das famílias no entorno da área social da Comuna.

Figura 15- Visita à ocupação Vila dos Haitianos dentro do assentamento do MST Comuna da Terra Irmã Alberta. Placa de rua improvisada identificando "Rua Haiti", Anhanguera, São Paulo



Fonte: Acervo da pesquisadora (24/nov/2023)

Ainda em companhia do ACS pudemos caminhar pela “Vila dos Haitianos”, encontrando algumas famílias com crianças logo na entrada da área, onde todos o cumprimentavam — era conhecido por todas(os).

Figura 16- Visita à ocupação Vila dos Haitianos dentro do assentamento do MST Comuna da Terra Irmã Alberta. Anhanguera, São Paulo



Fonte: Acervo da pesquisadora (24/nov/2023).

Ainda no mês de novembro, houve contato também com a Coordenação de Políticas para Imigrantes (CPMigTD/SMDHC) para entender articulações já realizadas em relação às demandas da comunidade haitiana à Chácara Maria Trindade e outras articulações em Perus. Por meio de contato com o CRAI, tomamos conhecimento de que há alguns meses houve uma visita da equipe do CRAI e da CPMigTD, junto à Defensoria Pública do Estado (DPE) e outras organizações para conhecer a ocupação e pensar alternativas de atendimento social e habitacional para a comunidade, também impulsionadas pela ameaça de reintegração de posse da área. Esta visita e outros movimentos do território culminaram em formações sobre política migratória em São Paulo para as(os) ACS em Perus, promovidas pelo CRAI e pela CPMigTD, para as quais a pesquisadora solicitou, via e-mail, participar como observadora.

Através da participação na RESAPA, houve aproximação com o professor de geografia do CIEJA Perus, que abriu as portas para a primeira visita à unidade de ensino e também compartilhou um pouco das iniciativas da escola em prol do acolhimento das comunidades imigrantes.

Figura 17- Visita ao CIEJA Perus. Árvore na entrada da unidade de ensino com desenho de maçã em papel, pendurado e protegido com plástico, com a frase "Quero falar português e aprender muitas coisas."



Fonte: Acervo da pesquisadora (05/dez/2023).

O ano de 2023 encerra-se com uma porta aberta no CIEJA Perus, com possibilidades de trocas, apoio e construções para os tempos que seguem. A retomada, em 2024, inicia-se com trocas de e-mail com as Secretarias de Direitos Humanos e de Saúde, enviando documentações para participar das formações para agentes de saúde em Perus, mas sem sucesso, pois o processo burocrático exigido não alcançaria o prazo desta pesquisa. Este período também foi marcado pelo acontecimento das conferências livres para preparação da II Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (Comigrar), anunciada pelo Governo Federal para acontecer ainda este ano. No mês de fevereiro, a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo realizou a conferência livre sobre acesso habitacional para imigrantes.

Figura 18- Conferência livre sobre acesso habitacional para imigrantes (Comigrar), realizada no Centro Pastoral São José, Belenzinho.



Fonte: Acervo da pesquisadora (24/fev/2024).

A participação nos processos conferenciais permite acompanhar qual o nível de discussão sobre uma temática e os principais assuntos que estão sendo pautados pela sociedade civil a respeito. No caso do acesso habitacional para imigrantes, é nítido como o tema é amplamente discutido ainda numa escala muito inicial, que se refere mais às iniciativas de acolhimento e da recepção temporária, do que às possibilidades de oferta habitacional numa perspectiva de integração, de quem precisa reconstruir uma vida na cidade. Houve um esforço da equipe de mediação para levar as(os) participantes a pensarem sobre política habitacional.

No início do ano de 2024 também foi possível firmar vínculos e a possibilidade de acompanhar o trabalho de ESF da UBS Pq. Anhanguera na Comuna da Terra Irmã Alberta. Houve diálogo mais aproximado com o médico e a enfermeira responsáveis pela equipe, bem como o envio do projeto de pesquisa e o alinhamento das possibilidades a partir dos objetivos expostos.

Com o objetivo de proteger a identidade das(os) interlocutoras(es) desta pesquisa, foi feita a opção de trazê-las(os) para este trabalho com codinomes escolhidos pelas(os) próprias(os) sujeitas(os).

Figura 19- Observação participante em visita domiciliar da equipe de ESF na comuna da Terra Irmã Alberta, Anhanguera.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024).

As idas ao território passaram a ser semanais, em ocasiões, duas ou três vezes por semana. Acompanhar a equipe de ESF tratava-se de constante observação e revelava pistas importantes de como construir a pesquisa, as metodologias, as perguntas e as representações. Foi possível entender a importância de perceber as formas de convivência, os conflitos territoriais e as demandas cotidianas de acesso à saúde, à assistência social, à educação e ao trabalho das famílias não imigrantes que moram no território, sobretudo as famílias agricultoras que fazem parte do MST. Foi possível acompanhar visitas domiciliares que revelaram as dificuldades de acesso à vacinação, curativos, exames, consultas com especialistas, demandas as quais a ESF atendia semanalmente, entretanto, que, para a comunidade haitiana, era acrescida de fatores como a dificuldade de comunicação em português e menor conhecimento sobre o SUS e sobre a cidade.

Figura 20- Observação participante em visita domiciliar da equipe de ESF na Vila dos Haitianos. Anhanguera.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024)

Durante todo o primeiro semestre de 2024, em cerca de 300 horas em campo, seguiram as participações nas reuniões da RESAPA, houve visita ao CRAS Perus e retomada do contato com o CIEJA. A partir de indicação do CIEJA, entrei em contato com uma liderança haitiana que mora em Perus e conhece a realidade da “Vila dos Haitianos” e da Comuna da Terra Irmã Alberta. Ele será chamado de Mackendy, quem foi também eleito como interlocutor de pesquisa a ser entrevistado. Após explicar a Mackendy o percurso e os objetivos desta pesquisa e junto a ele entender o contexto do território e as principais demandas, as visitas a campo tomaram outras dimensões.

Mackendy acompanhou-me até a “Vila dos Haitianos” e, na primeira visita juntos, logo ao chegarmos, apresentou-se para o primeiro haitiano que ocupou o território e que, com a consolidação da comunidade, construiu um bar e uma mercearia na entrada da ocupação, fazendo-se conhecido nos arredores. Oportunamente, apesar de nosso encontro ter demorado meses, já havia tomado ciência de muitas referências a respeito dele, enquanto pessoa que tentou se fazer liderança local, mas atualmente não se institui desta forma devido a inúmeros conflitos. Ser apresentada enquanto pesquisadora por uma liderança conhecida foi essencial como acordo de circulação no território.

Figura 21- Visita à Vila dos Haitianos. Anhanguera



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024).

Em um dos primeiros momentos em que fui apresentada às(aos) moradoras(es) da Vila dos Haitianos, identifiquei-me como quem exerce função de trabalho junto às populações imigrantes em São Paulo e fui questionada por um homem haitiano se eu integrava a Polícia Federal. Essa fala me marcou profundamente por desvelar o desconhecimento dessa comunidade a tantos serviços oferecidos para as populações imigrantes no município, tendo como única referência a Polícia Federal.

Para direcionar as visitas às principais demandas de habitabilidade da “Vila dos Haitianos”, Mackendy acionou amigos e conhecidos que fizeram questão de me receber em suas casas, pedindo que eu tirasse fotos das condições estruturais da comunidade, evidenciando a problemática da qual gostariam de tratar antes de qualquer outra: a falta de acesso à água. Com escuta ativa sobre as formas de ocupação do território, possibilidades de deslocamento, ofertas de trabalho e outros temas, a escolha pela última interlocutora de pesquisa foi confirmada: uma mulher haitiana moradora da ocupação. Com o apoio de Mackendy, deu-se o planejamento e a mobilização coletiva para a aplicação desta pesquisa.

As incursões a campo, o encantamento das descobertas e a complexidade das demandas identificadas, reafirmaram a necessidade de me apresentar no território com a disposição de construir coletivamente a partir das dinâmicas apresentadas.

Esta forma de compreender o território deixou nítido que muitas demandas poderiam ser respondidas a partir da costura entre atores presentes e atuantes em Anhanguera e Perus, mas que ainda não se conheciam ou ainda não enxergavam caminhos possíveis de construção coletiva entre si, ou seja, havia articulações necessárias a serem feitas. Aprendi a me fazer como pesquisadora em um cotidiano de fusão entre vida pessoal e intelectual e entendi, no elo da práxis, o que li alguns semestres antes nas palavras de Wright Mills: “Procurei cercar-me de todo ambiente relevante — social e intelectual — que julguei pudesse levar-me a pensar dentro das linhas de meu trabalho” (MILLS, 1982, p. 218).

Como forma de encaminhar possibilidades para as problemáticas desveladas durante o reconhecimento do território, também foi possível direcionar esforços de minhas áreas de trabalho como assistente social para os distritos de Perus e Anhanguera, promovendo diálogos e alçando recursos que os espaços institucionais possibilitam, resultando em articulações com parlamentares, rodas de conversas sobre acesso a direitos com mulheres haitianas, debates sobre trabalho de educação de base no meio rural-urbano e acesso a alimentos sem veneno e outras ações que seguem sendo fortemente apoiadas pelos atores identificados.

Perspectivas metodológicas: o uso da cartografia como ferramenta crítica

Para alcançar os objetivos propostos, intencionamos como percurso metodológico, a partir do método do materialismo histórico-dialético, analisar o concreto, aquilo que é resultado da relação com o real. Como afirmam Marx e Engels (2007, p. 94): “Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui se eleva a terra ao céu”, isto é, a pesquisa aqui proposta será realizada a partir dos processos da realidade de sujeitas(os) ativas(os). O método dialético proporcionará, justamente, a busca das relações concretas e efetivas por trás dos fenômenos, como neles se manifestam e como se escondem (KOSIK, 1976). Compreender o fenômeno é justamente atingir a essência da coisa. Em oposição ao singular, a essência é extraída da complexidade do real.

Trata-se de pesquisa de viés metodológico qualitativo, de natureza exploratória, que conta com revisão bibliográfica, análise de legislações e normativas e, ainda, com observação participante. Utilizaremos também a metodologia da cartografia social, que prima pelo contato com as(os) sujeitas(os) e entrevistas semiestruturadas com representantes do poder público e atores do território.

É importante dilucidar que pesquisas quantitativas e qualitativas não são opostas, mas se complementam. Para fins da justificativa do estudo, apresentam-se os dados de caráter quantitativo pertinentes à temática percorrida por esta pesquisa, pois estes nos instrumentalizam, mas, de acordo com Martinelli (1999):

o dado numérico [...] não nos equipa para trabalhar com o real em movimento, na plenitude que buscamos. [...] não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que essas(es) sujeitas(os) têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa (MARTINELLI, 1999, p. 23;26).

A cartografia social, inspirada nas proposições dos Iconoclasistas¹⁰ e baseada nos aportes da socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (1986), justifica-se por articular, por meio de mapeamento coletivo, leituras de resistências dessas(es) sujeitas(os) rebeldes ativas(os) que constroem práticas de sobrevivência cotidiana.

O mapeamento coletivo, com base nas técnicas de cartografia social, poderá demonstrar maneiras de ocupação do território, espaços de resistência e construção coletiva, itinerários habituais, formas de trabalho, acesso a transporte público, educação, saúde, assistência social, saneamento básico, energia elétrica, entre outros aspectos, mas também o significado afetivo do lugar, assinalando vivências e práticas sociais, o que revela prazeres ou mal-estares. Trata-se de apontar como esse espaço foi ocupado, o que havia antes, desde quando foi ocupado, como foi que se transformou com o tempo, como habitar esse território possibilita encontros

¹⁰ "Iconoclasistas é uma dupla formada por Julia Risler (Doutora em Ciências Sociais) e Pablo Ares (artista gráfico autodidata) em maio de 2006, que se inicia como um laboratório de comunicação social a partir do qual produzem artes gráficas (posters, publicações, cartografias, etc.) e intervenções urbanas. Na atualidade, a atividade da dupla desdobra-se em três dimensões de saberes e práticas: artísticas (poéticas de produção e dispositivos práticos), políticas (ativismo territorial e derivas institucionais) e acadêmicas (pedagogias críticas e pesquisa participativa)." (NOSOTRXXS, Tradução nossa)

ou desencontros com a cidade e quais concepções de política pública e de acesso a direitos as comunidades imigrantes acedem a partir do lugar onde agora habitam.

O uso da cartografia propõe desvelar as redes de ação e de resistência produzidas na cidade quando esta não produz liberdade, enfrentando os mecanismos de rigidez das hierarquias sociais e gerando processos coletivos de solidariedade (SOUZA, 1994).

Para a elaboração desta cartografia, parte-se do pressuposto de que a cartografia social pode ser considerada uma categoria metodológica, bem como uma categoria crítica (RIBEIRO, 1986), possibilitando construir representações gráficas das lutas populares cotidianas, das trajetórias e dos modos de vida, de novos símbolos, novos mapas e normas sociais extraídas do comum.

Portanto, a escolha pela metodologia da cartografia social enquanto parte central do percurso metodológico desta dissertação pretende evidenciar as possibilidades e romper os ocultamentos a partir dos lugares vividos, compreendendo conflitos e subjetividades nos territórios, orientando a ação e denunciando a necessidade de políticas públicas sólidas para imigrantes que estejam voltadas à integração e ao acesso a direitos, sempre enredando o seu objeto e as(os) sujeitas(os).

Vemos em Santos (1994):

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. [...]

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas.

Esse acontecer simultâneo, tornado possível graças aos milagres da ciência, cria novas solidariedades: a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares. [...]

Ao longo da história é a informação que vai ganhando essa função, para ser hoje o verdadeiro instrumento de união entre as diversas partes de um território (SANTOS, 1994, pp. 15-17).

O território é o espaço socialmente construído. Os mapas são representações ideológicas¹¹ e podem ser utilizados de maneira crítica apontando para instâncias de intercâmbio coletivo, elaborando narrativas e representações que disputem e impugnem aquelas instaladas desde diversas instâncias hegemônicas (RISLER, Ares, 2013). São as pessoas que habitam os territórios que realmente os criam e transformam, moldando-os no diário habitar, transitar, perceber, em relações sociais contínuas e complexas de seu tempo histórico, econômico e social, nem sempre alcançando criá-lo como querem, mas como podem.

Assim, o mapeamento coletivo é também um modo de construir o território, é um processo de criação que pode desafiar os relatos dominantes, a partir dos saberes e experiências cotidianas, podendo conter experiências, espaços de organização e transformação, redes de solidariedades e afinidades, entre outras possibilidades. Por conseguinte, dialogar e construir conjuntamente com as pessoas que vivem no território e o ocupam torna-se sumariamente importante.

Como afirma Ribeiro (1986):

[...] a cartografia, assim como a análise, submete-se à ação, sendo os seus sentidos procurados através de discursos registrados pela imprensa e, também, através da literatura especializada e de outros instrumentos de pesquisa, tais como observação participante e entrevistas. Essa representação deve favorecer o registro de táticas, demonstrando a existência do sujeito inesperado, da ação espontânea e da resistência prática da sociedade.

[...] Assim, na cartografia da ação, adquirem especial relevância os espaços praticados, os espaços usados e a geografia da resistência social (RIBEIRO, 1986, p. 43- 47).

Na cartografia da ação, os espaços praticados e os espaços usados tornam-se a geografia da resistência social (RIBEIRO, 1986). Na pesquisa aqui desenvolvida, a cidade de São Paulo é parte importante da investigação, apresentando-se como o chão empírico à luz da Política Municipal para Imigrantes.

¹¹ La confección de mapas es uno de los principales instrumentos que el poder dominante ha utilizado históricamente para la apropiación utilitaria de los territorios. Este modo de operar supone no sólo una forma de ordenamiento territorial sino también la demarcación de nuevas fronteras para señalar los ocupamientos y planificar las estrategias de invasión, saqueo y apropiación de los bienes comunes. De esta manera, los mapas que habitualmente circulan son el resultado de la mirada que el poder dominante recrea sobre el territorio produciendo representaciones hegemónicas funcionales al desarrollo del modelo capitalista, decodificando el territorio de manera racional, clasificando los recursos naturales y las características poblacionales, e identificando el tipo de producción más efectiva para convertir la fuerza de trabajo y los recursos en ganancia (RISLER, Ares, 2013, p. 5).

Em seu processo sócio-histórico, São Paulo possui relação dialética demasiadamente relevante com as populações imigrantes e torna-se aqui também um ator social, de disputa, convívio e experiências também permeadas por diversos outros atores políticos.

Ainda, para desenvolvimento de uma cartografia social que registre em elementos gráficos as dinâmicas cotidianas da população imigrante no território estudado, a observação participante no território fez-se elemento de importância central para tecer articulações em rede, estabelecer relações e compreender as movimentações do território, bem como identificar atores e lideranças comunitárias.

A proposta desta pesquisa passou previamente por autorização do Comitê de Ética da PUC-SP através da Plataforma Brasil. Após seis meses de observação participante e visitas a campo explicando para a comunidade quais os objetivos da pesquisa e como a construção da cartografia poderia se dar, com o apoio de liderança local, foi realizada mobilização comunitária para um encontro coletivo em um domingo pela manhã, horário indicado pelas(os) sujeitas(os) como o melhor possível para reunir as pessoas e aplicar a pesquisa em grupo. Além da liderança haitiana, a atividade também foi apoiada por lideranças do MST, outras pesquisadoras da temática migratória e professores do CIEJA.

O grupo contou com a presença de mais de 30 haitianas e haitianos, iniciando-se majoritariamente com homens, mas aos poucos timidamente contando com a participação ativa das mulheres. O espaço onde foi possível organizar a reunião tratava-se de uma via comum na parte mais alta da ocupação, em chão de terra, que contava com a sombra de uma árvore e um pequeno banco de madeira. A atividade se iniciou com uma fala da liderança à comunidade, reunida em roda, sobre as condições habitacionais da ocupação e as disputas territoriais e logo contou com uma breve contextualização do objeto e dos objetivos de pesquisa, explicando o uso da cartografia e a importância de sua construção de forma coletiva.

Figura 22- Mobilização de grupo para construção coletiva de cartografia social. Vila dos Haitianos, Anhanguera



Fonte: Acervo da pesquisadora (maio/ 2024).

Foi aplicado termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), explicando que as pessoas não seriam identificadas nominalmente e solicitando autorização para fotografar a atividade. Para o preparo da atividade, houve organização do espaço com objetos que pudessem proporcionar um pouco mais de sombra, dada a recorrência dos dias de sol forte, panos que pudessem acolher quem quisesse se sentar no chão, desenhos e gizes de cera para atender as crianças e a partilha de frutas, água, suco, bolos, biscoitos e pães. A construção da cartografia se deu a partir da divisão de dois pequenos grupos, nos quais participaram efetivamente de 5 a 7 pessoas em cada. Um dos grupos pensou o mapeamento na escala da cidade de São Paulo e o outro na escala do bairro Chácara Maria Trindade.

Havia materiais previamente preparados, como mapas do território e da cidade em tamanho A1 e A0, símbolos gráficos, colagens, desenhos, canetas coloridas, adesivos, barbantes, tesouras e colas. Para incentivar a participação, iniciou-se com partilha de informações, troca de reflexões e perguntas a respeito dos acessos a direitos e serviços públicos ao morar naquele território. Mas o grande mote disparador que realmente estimulou o entendimento e a participação foram os ícones gráficos que haviam sido criados e preparados previamente a partir das percepções daquilo que há de relevante no território a ser registrado e das trocas coletivas feitas durante o período de observação.

Já o segundo eixo do caminho metodológico a ser percorrido diz respeito a entrevistas semiestruturadas que visam encontrar pistas para reflexão, cruzando os

resultados das cartografias com a riqueza das experiências de trabalhadoras(es) que atuam em espaços relevantes para a construção de políticas migratórias na cidade de São Paulo, além dos relatos de sujeitos do território, como lideranças do MST e da comunidade haitiana, bem como de uma das mulheres haitianas que mora na Chácara Maria Trindade.

Foram cinco as(os) sujeitas(os) entrevistadas(os): 1. Representante da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente inserido na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (CPMigTD/SMDHC); 2. Representante da Secretaria Municipal de Habitação que já participou do Conselho Municipal de Imigrantes e/ou trabalhou com a pauta do acesso habitacional para imigrantes; 3. Liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, Regional Grande São Paulo, coordenação da Comuna da Terra Irmã Alberta; 4. Liderança da comunidade haitiana que mora na ocupação da Chácara Maria Trindade; 5. Mulher haitiana que mora na ocupação da Chácara Maria Trindade.

Quivy e Campenhoudt (2005) nos lembram que “[...] não se trata tão de reunir informações precisas como de fazer sobressair os aspectos importantes do problema, alargar as perspectivas teóricas, encontrar ideias, dar-se conta da forma como o problema é vivido, etc.” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005, p. 75).

As entrevistas foram gravadas, após aplicação do termo de consentimento livre e esclarecido e autorização das(os) participantes, aconteceram em ambiente e contexto confortáveis para o desenvolvimento da conversa e seguiram todos os protocolos éticos envolvendo pesquisas com seres humanos. O roteiro de perguntas semiestruturadas serviu como baliza para o diálogo, mas foi também movimentado por outras indagações e disparadores a partir do diálogo tecido com as(os) participantes.

Para a análise das entrevistas, tomou-se por base o questionário semiestruturado que tinha como objetivo compreender a relação entre os acessos de pessoas migrantes às políticas públicas e a PMPI de São Paulo. Para tal, foram elencados alguns eixos de análise, diferenciando-os entre roteiros para representantes das Secretarias Municipais, roteiros para liderança do MST e roteiros para imigrantes. São eles: eixo sobre a Política Municipal para Imigrantes e as metas do I Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (2021-2024); eixo sobre

a ocupação territorial e as dinâmicas relacionais na Chácara Maria Trindade; eixo sobre o acesso a serviços e políticas sociais a partir do recorte habitacional.

As seções desta pesquisa estão organizadas em aproximações teóricas e resultados de pesquisa: encontramos no primeiro capítulo uma breve contextualização teórica das concepções de migração eleitas e apresentadas neste trabalho, intitulado Processos de expulsão, desterritorialização e o (re)acesso às cidades globais. Por ser tratar de um conceito cercado de polêmicas e polissemia, optou-se pela escolha dos apontamentos dos autores Sassen e Santos sobre como o capitalismo promove processos de expulsão e exploração, os quais impulsionam fluxos migratórios internacionais e novas perspectivas de ocupação das cidades globais.

O segundo capítulo traz como título Migrações em direção ao Brasil e a direção das Políticas migratórias brasileiras, no qual discute-se sobre a evolução das políticas em favor de pessoas refugiadas, migrantes e apátridas no Brasil e em seus entes federativos, com enfoque no município de São Paulo, apresentando dados quantitativos da concentração de pessoas provenientes de outros países no Brasil.

O terceiro e último capítulo, Mediações e possibilidades de integração das populações imigrantes no abismo da cidade, revela um breve histórico de ocupação do território de amostra estudado, traz discussões relacionadas ao acesso habitacional na Chácara Maria Trindade a partir de dados primários e secundários, e de entrevistas semiestruturadas realizadas com lideranças comunitárias imigrantes e brasileiras, e com representante do poder público municipal da capital paulista, além do registro da construção coletiva da cartografia e análises de seus resultados.

1 - PROCESSOS DE EXPULSÃO, DESTERRITORIZAÇÃO E O (RE)ACESSO ÀS CIDADES GLOBAIS

Figura 23- Museu da Imigração do Estado de São Paulo



Fonte: Acervo da pesquisadora - 28/dez/2022

“Como é que ao longo dos últimos 2 mil ou 3 mil anos, nós construímos a ideia de humanidade? Será que ela não está na base de muitas escolhas erradas que fizemos, justificando o uso da violência? A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela ideia de

que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em certos períodos da história.

[...] Somos mesmo uma humanidade?”

Ailton Krenak

Segundo Bourdieu (1998), o imigrante na Grécia Antiga era observado como átopos, aquele que não tem lugar, deslocado e inclassificável, e, portanto, distante da condição de estrangeiro ou cidadão, mas próximo do lugar social do “bastardo”, na fronteira do ser e o não ser social, no sentido do incongruente, dificultoso e importuno embaraço da dificuldade que se experimenta em pensá-lo no espaço socialmente criado da inexistência incômoda. Segundo o autor, tanto em sua sociedade de origem quanto em sua sociedade receptora, o imigrante nos obriga a repensar a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre o Estado, Nação ou nacionalidade.

Nas palavras de Bourdieu (1998):

Presença ausente, ele nos obriga a questionar não só as reações de rejeição, que, ao considerar o Estado como uma expressão da Nação, justificam-se pretendendo fundar a cidadania na comunidade de língua e de cultura (quando não de “raça”), como também a “generosidade” assimilacionista, que, confiante em que o Estado, armado com uma educação, saberá produzir a Nação, poderia dissimular um chauvinismo do universal. Entre as mãos de semelhante analista, o “imigrante” funciona, como podemos notar, como um extraordinário analista das regiões mais obscuras do inconsciente (BOURDIEU, 1998, p. 11-12)

Como afirma Sayad (1998), imigração refere-se a um processo de uma sociedade como um todo, processo esse que deve ser dimensionado diacronicamente pela perspectiva histórica (demográfica e política), assim como por sua extensão sincrônica (do ponto de vista das estruturas presentes da sociedade e de seu funcionamento).

(...) o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante

“nasce” nesse dia para a sociedade que assim o designa. Dessa forma, ela se arvora o direito de desconhecer tudo o que antecede esse momento e esse nascimento. (SAYAD, 1998, p.16)

Ainda para Sayad (1998), trata-se de uma outra versão do etnocentrismo, onde busca-se apenas se conhece o que se tem interesse em conhecer, entende-se apenas o que se precisa entender, onde a necessidade cria o conhecimento e o interesse intelectual por um objeto social cria a condição de que esse interesse seja levado e encontre outros interesses de outra espécie.

É certo que, ao falarmos de populações imigrantes estamos falando de diversos grupos heterogêneos, permeados por suas subjetividades e particularidades. Sendo a questão migratória o centro do objeto desta pesquisa, não se pretende, neste estudo, classificá-la como um problema para as sociedades. Pelo contrário, pretende-se dar-lhe luz como a maior riqueza da constituição da humanidade, uma capacidade inerente ao processo de humanização e construção das sociedades e territórios, pois permite ao gênero humano se humanizar, movimentar suas capacidades ontológicas como liberdade, universalidade, sociabilidade e consciência. Dessa forma, migrar compõe o salto ontológico.

Cabe refletir aqui o deslocamento como uma das características intrínsecas ao desenvolvimento da humanidade. Em todos os períodos da história humana é possível observar diferentes processos migratórios. Os primeiros seres humanos se constituíram de forma nômade, deslocando-se sempre que necessitavam buscar melhores condições climáticas, oferta de alimentos e outras condições da natureza favoráveis para sua sobrevivência. A espécie humana sempre teve disposição para sair de um lugar a outro, por curtos ou longos períodos. Com o passar da história, outras razões levaram os seres humanos a se deslocarem, seja voluntariamente — em busca de novas oportunidades de trabalho, estudo, explorar novos lugares, conhecer novas paisagens, apaixonar-se, sonhar, ter um melhor salário — ou forçadamente - em busca de sobrevivência econômica, fugindo de perseguições, intolerância, guerras, miséria, conflitos políticos, desastres consequentes de mudanças climáticas.

Portanto, é possível afirmar que migrar é um direito humano e deveria ser considerado direito universal. Este debate deve estar para além de notícias midiáticas ou fluxos específicos; as migrações construíram as sociedades globais,

contribuíram com as formas de cultura, conhecimento, organizações e relações políticas e sociais.

Apesar disso, sua aceitação difere a depender do contexto histórico e político. Para entender a condição de habitar, viver, trabalhar, acessar direitos e migrar nas diversas fases da história, há que se entender como está correlacionada aos cenários que geram as relações políticas, econômicas nacionais ou internacionais e os interesses geopolíticos em controlar e regular fronteiras, territórios e nacionalidades. Em inúmeros contextos esses processos são considerados um problema, uma ameaça a ser contida.

Há que se ter em conta que, apesar de a universalidade, o direito à vida e à liberdade serem princípios das concepções modernas de Direitos Humanos, observam-se contradições e incompatibilidades que não permitem a materialização de tais valores, sobretudo para as(os) pobres, trabalhadoras(es), mulheres, imigrantes, negras(os) e indígenas, pois se sustentam na perspectiva liberal, voltada para as lógicas privadas e privatizantes da vida em sociedade, contexto que obstaculiza, impede e mascara o acesso aos direitos civis, sociais e políticos na sociedade que se sustenta através do modo de produção capitalista.

Para se entender os processos de deslocamento humano, especificamente para se compreender o objeto da presente pesquisa, consideramos importante compreender as particularidades dos conflitos de uso da terra perante o sistema capitalista, — dos territórios de origem e dos novos territórios ocupados — e o processo de privatização da vida.

Nesse sentido, propomos compreender a ideia de expulsões de Saskia Sassen (2016), para quem o conceito está além das familiares compreensões sobre as crescentes e patológicas desigualdades do capitalismo atualmente global, mas também nas origens das longas cadeias de transação que terminam em expulsões. Para a autora, o aumento das técnicas avançadas de mineração, o fraturamento hidráulico, o poder de transformar ambientes naturais em terras mortas, já causam uma expulsão de fragmentos de vida da biosfera, entretanto, são expulsões causadas, pois os instrumentos para sua realização vão desde políticas elementares até a formulação de instituições, sistemas e técnicas que requerem conhecimentos especializados e formatos organizacionais específicos. Nesse sentido, nossas economias políticas avançadas criaram um mundo em que a complexidade tende a produzir brutalidades com demasiada frequência, onde os

canais da expulsão variam muito e passaram a incluir políticas de austeridade e negligentes políticas ambientais.

Ainda segundo Sassen (2016), os diversos processos e condições sob o conceito de expulsão possuem como aspecto comum a agudização: pessoas que vivem em pobreza abjeta no mundo inteiro, o empobrecimento das classes médias nos países ricos, a expulsão de milhões de pequenos agricultores em países pobres em decorrência das terras adquiridas por investidores e governos estrangeiros, as práticas destrutivas de mineração e, além disso, inúmeras pessoas deslocadas, armazenadas em campos formais e informais de refugiados, os grupos convertidos em minorias nos países ricos e que são amontoados em prisões e os homens e mulheres em boas condições físicas que estão desempregados e armazenados em guetos e favelas.

São expulsões que ocorrem há muito tempo, entretanto, há um aumento nessas escalas, conforme a agudização dos processos e das crises relacionadas ao desenvolvimento econômico.

A globalização do capital e o aumento brusco das capacidades técnicas produziram enormes efeitos em escala. O que na década de 1980 podia ter sido deslocamento e perda menor, como a desindustrialização no Ocidente e em vários países africanos, tornou-se desastre na década de 1990 (vide os exemplos de Detroit e da Somália). Entender esses efeitos como mais da mesma desigualdade, pobreza e capacidade técnica é perder de vista a tendência maior. Situação similar ocorre com o meio ambiente. Usamos a biosfera e causamos danos localizados há milênios, mas somente nos últimos trinta anos esses danos se tornaram tão grandes que se transformaram num acontecimento planetário, e que, na volta, como um bumerangue, atinge com frequência lugares que não tiveram nada a ver com a destruição original, como o degelo permanente do Ártico. O mesmo acontece em outros domínios, cada qual com as próprias especificidades. (SASSEN, 2016, p. 11-12)

Sassen (2016) afirma que o capitalismo avançado de nossa era, marcado pela extração, destruição e por relações não muito distintas do capitalismo tradicional das economias pré-capitalistas que, em suas formas extremas leva à miséria e à exclusão de cada vez mais pessoas que deixaram de ter valor como produtoras(es) e consumidoras(es), também leva à desvalorização de atores socioeconômicos que outrora foram cruciais ao desenvolvimento do capitalismo. As

burguesias tradicionais deixaram de ter valor para o sistema, uma tendência não anômala ou resultante de uma crise, mas parte do aprofundamento sistêmico das relações capitalistas.

Para Sassen (2016):

[...] Historicamente, os oprimidos com frequência se levantaram contra seus senhores. Mas, hoje os oprimidos, em sua maioria, foram expulsos e sobrevivem a uma grande distância de seus opressores. Além do mais, o 'opressor' é cada vez mais um sistema complexo que combina pessoas, redes e máquinas, sem ter um centro visível. E apesar disso há lugares em que tudo se reúne, onde o poder se torna concreto e pode ser desafiado, e onde os oprimidos são parte da infraestrutura social pelo poder. As cidades globais são um desses lugares." (SASSEN, 2016, p. 20)

Nos processos de expulsão, o deslocamento deixa de ser um plano voluntário e se torna a única opção para a sobrevivência, um ato de luta pela vida. Trata-se ainda de um direito humano, porém, permeado por uma série de violações de direitos anteriores, durante e após a migração.

Um dos principais desafios políticos no capitalismo contemporâneo é a migração. Correspondendo aos ciclos econômicos, à mobilidade da força de trabalho ou a sua restrição, criam-se fronteiras associadas à globalização dos mercados da economia capitalista. Há que se instaurar políticas sociais que não façam distinção das(os) humanas(os) enquanto migrantes, mesmo em meio a contextos financeiros e econômicos que subordinam Estados a condições de austeridade fiscal, ações de retratação dos investimentos do fundo público em políticas sociais e de direitos humanos que se justificam a partir de uma noção de crise econômica e que operam sérias consequências na vida social e política dos Estados.

O capital, as relações de poder e suas consequências, não possuem nacionalidade ou fronteira. Um projeto societário que vise a igualdade, a justiça e a paz deve defender o bem-estar de toda a classe trabalhadora, advinda de qualquer parte do mundo, não cabendo diferenças entre as pessoas (SILVA, 2016).

Entendendo a construção e a adaptação de políticas sociais como essenciais para a garantia do acesso a direitos para as comunidades imigrantes, propondo um olhar sobre as tensões da experiência urbana, tendo como premissa a moradia

como fator preponderante para o pertencimento e o acesso à cidade, compreende-se que o exercício da cidadania completa é praticado em um território, sobre um “chão”. Portanto, enquanto as políticas migratórias não contemplarem o acesso à moradia digna¹², não haverá avanço integral na perspectiva dos Direitos Humanos¹³. Relaciona-se aqui o direito à moradia ao direito à cidade (Lefebvre, 2008), permitindo-se refletir sobre as condições de acesso à moradia digna e sobre as estratégias de segregação espacial das grandes metrópoles.

Como afirmam Koga e Diniz (2019):

[...] problematizar o território dos direitos sociais e dos bens coletivos significa pensar o tempo social em que se vive – a contemporaneidade, o estágio atual do modo de produção capitalista e suas relações com o espaço, a intrínseca relação com a vida cotidiana das classes na produção e reprodução da vida nos lugares. É necessário entender como as mediações do lucro, da exploração e da propriedade privada se manifestam diretamente no cenário ativo da vida dos sujeitos, como a reprodução da sociedade de classes compõem e constrói os territórios. É imperativo pensar de que forma ocorre a mediação dos acessos ou não aos direitos, sejam civis, políticos, sociais e humanos (KOGA; DINIZ, 2019, p. 236).

O direito à vida se reconhece como direito humano supremo, cuja proteção é necessária para o exercício de todos os outros direitos humanos. A relação entre o direito à vida, o direito a migrar e o direito à moradia adequada se desconectam com muita facilidade no contexto social, econômico e político contemporâneo, passando o acesso à moradia e a possibilidade de mover-se pelo mundo como direitos a serem submetidos aos interesses financeiros e mercadológicos e não mais vistos como direitos fundamentais, que exigem respostas eficazes baseadas no acesso aos Direitos Humanos e à justiça.

¹² Como moradia digna aqui se entende o estabelecido pelo Comitê das Nações Unidas sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, constando das seguintes características: segurança de posse, disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura, economicidade, habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural (BRASIL, 2013).

¹³ De acordo com Barroco (2008), a concepção moderna de Direitos Humanos vincula-se à universalidade, ao direito natural à vida, à liberdade, ao pensamento e à noção de que o Estado e as leis são capazes de garantir justiça. A luta pelos Direitos Humanos incorpora-se como conquista do gênero humano, não pertencente apenas à burguesia. Sua história social é resultado constante da luta de classes e se conecta às lutas anticapitalistas, revolucionárias, de defesa da liberdade e da justiça social.

Há um profundo antagonismo que coloca em contradição o capitalismo e os Direitos Humanos e conforma a questão social, dando ao senso comum o papel de legitimar a ideologia dominante que o movimenta, naturalizando a violação de direitos e ocultando a omissão do Estado. Ao movimentar o senso comum, a ideologia dominante mantém — reproduzindo o pensamento conservador por meio de modos de vida e notícias midiáticas — a discriminação em relação às pessoas em situação de imigração e refúgio, que seguem sendo vistas como estranhas, estrangeiras.

Apesar de contarmos com avanços na perspectiva dos Direitos Humanos na luta contra a desigualdade, estes apresentam profundas contradições, pois, instalados na lógica da sociedade capitalista, esbarram em limites estruturais que não permitem a efetivação da universalidade no acesso a tais direitos (BARROCO, 2008). Contudo, dentro da esfera dos interesses do capital e das delimitações geopolíticas, temos, historicamente e cada vez mais, vivido contextos em que o processo desigual engendrado pela sociedade capitalista escolhe aquelas(es) que serão candidatas(os) legítimas(os) a viver com decência ou não.

Diversas podem ser as definições de migração. A seguir contamos com a definição encontrada no Glossário sobre migração da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2009):

Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos (OIM, 2009).

Trata-se de conceito amplo e geral, que se faz suficiente no contexto desta pesquisa, mas é importante atentar-nos para outras definições possíveis de pessoas em deslocamento, para além de acordos e conceitos estabelecidos por países e sociedades coloniais, que podem não levar em conta os processos humanos em sua totalidade.

Para contextualizar e embasar a pesquisa aqui sugerida, observar-se-á o fenômeno da imigração perpassado pelo sistema capitalista a partir dos seguintes

aspectos: histórico, geográfico, econômico, político e social, com ênfase no contexto da América Latina explorada e movimentada pelo capital periférico. O gênero humano movimenta-se em busca de sua produção e reprodução social, constituindo, então, a migração como um ato ontológico próprio do ser social. Não é possível analisar a migração desvinculada da ordem econômica vigente. As migrações, ao longo da história, caminharam paralelamente ao advento do capital em seu processo de exploração do gênero humano e do meio ambiente, em situações de precarização e violência.

Abdelmalek Sayad (1998), sociólogo argelino, conceituou a imigração como um “fato social completo”, pois entende que a imigração

é o cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas, história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia e psicologia social e até mesmo das ciências cognitivas, antropologia em suas diversas formas (social, cultural, política, econômica, jurídica, etc.), linguística e sociolinguística, ciência política, etc. Por certo, a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico; nisto, encontra-se relacionada, prioritariamente, com as ciências que buscam conhecer a população e o espaço, ou seja, grosso modo, a demografia e a geografia, e principalmente porque esta, ao tratar da ocupação dos territórios e da distribuição da população, inclina-se a anexar aquela — não é por nada que a demografia é uma questão, em parte, dos geógrafos e, em parte, dos historiadores. Mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através das suas realizações culturais que são a língua e a religião) etc. Cada uma dessas especificações e cada uma das variações dessas mesmas especificações podem ser objeto de uma ciência particular (SAYAD, 1998, p. 15).

Entender por qual razão as pessoas migram é uma indagação tradicional que tem dado elementos para um sem-fim de publicações e debates, envolvendo principalmente fatores de expulsão e de atração e como se equilibram. É importante destacar que, com exceção de poucas pessoas que anseiam por mudanças, aventuras, paixões, a maioria das pessoas em situação de migração não escolheria deixar suas terras de origem se pudessem escolher. As condições de sobrevivência econômica constituem o fator de expulsão mais importante, que se vincula ao uso e exploração de terra, além das condições políticas e sociais. Nessa constante, o acesso à terra está inteiramente ligado ao acesso ao alimento e à moradia, além da

variação de produtividade da terra e do número de membros da família que precisam ser mantidos (FAUSTO, 2000).

A pessoa em situação de imigração situa-se nesse lugar de constante expulsão, de constante deslocamento, visto como “o outro”, o “sem lugar”, demarcando relações que, ao buscarem novos territórios, parecem confiar que o Estado saberá produzir cidadania. Os diversos processos migratórios “refletem-se como um espelho” (SAYAD, 1998) nos períodos históricos da humanidade e nas transformações ocorridas ao longo do transcurso de desenvolvimento nacional e internacional. As migrações mudam de indesejadas a desejadas quando há necessidade de ocupar um território ou de satisfazer relações internacionais e interesses geopolíticos.

Não obstante, são as cidades globais que, em sua maioria, recebem essas populações que buscam recomeçar suas vidas e se reterritorializar. Essas grandes cidades, que por sua vez combinam sistemas opressores, redes e máquinas cada vez mais invisíveis, fazendo das(os) oprimidas(os) parte de sua infraestrutura social de poder (SASSEN, 2016), tornam-se também atores sociais dentro do sistema de exclusão. Essa forma de fazer a cidade construiu a crença de que os mercados podem dominar a destinação de terras e de moradia, levando as políticas públicas a abandonarem os esforços para garantir o acesso habitacional como um bem social e da cidade como o lugar de todas e todos, segregando territórios (ROLNIK, 2019).

Ao discutir-se a integração dessas pessoas aos novos territórios, às novas cidades, leva-se em conta um processo dialético e multidimensional (AGER; STRANG, 2008) de troca entre as relações sociais, em que aquela(e) que chega encontra espaço para seguir exercendo seus costumes e sua cultura, mas também deve encontrar espaço para adaptar-se a novas perspectivas do local e da comunidade onde passa a habitar, bem como compreende-se que a comunidade local fortalece seu modo de viver coletivo já instituído, oportunizando abrir-se para receber os novos modos de viver daquelas(es) que chegam.

A integração necessária às populações migrantes, além destes aspectos, também necessita pautar-se na integração na sociedade; estar aceita(o) socialmente, poder acessar e contar com a cidade em todas as suas dimensões, transporte e mobilidade, informação, moradia, lazer, segurança, assistência social, saúde, educação, dentre outras tantas esferas. Desta forma, a noção de integração desta dissertação está alicerçada a partir de uma perspectiva de totalidade das

relações e não somente em ações de acolhida emergencial, temporárias, fundadas em uma perspectiva humanitária de recepção.

Nesse sentido, focaremos essa definição não em relação às pessoas que integram as comunidades, mas sob o olhar das políticas públicas, que sejam fortalecidas, ampliadas e de acesso universal (ONU, 1998) e que trabalhem novas formas de acolhimento, atendimento e inserção às especificidades das comunidades imigrantes que ora a acessam, entendendo-as como primordiais para integração local total, com recorte para o acesso às políticas habitacionais, garantindo autonomia e possibilidades de participação e desenvolvimento.

Como então é possível construir políticas públicas que garantam o acesso a direitos sociais básicos, a cidades e a territórios? Como as populações migrantes — que, ao serem expulsas de seus territórios de origem têm vínculos familiares fragilizados, falta de redes de apoio, desconhecimento inicial da nova cultura, do idioma local, das políticas que ali são ofertadas, das formas de mobilidade na cidade — podem integrar-se plenamente e construir uma nova vida digna? O capital se globaliza livremente, inclusive invadindo territórios internacionais sem medir os custos das vidas, mas, para as pessoas, segue-se havendo cada vez mais fronteiras.

A falta de acesso a direitos e condições para uma vida digna — geradas pelas relações da sociedade capitalista e pelo próprio Estado às pessoas em situação de imigração e refúgio — revela não apenas desproteção social, mas também o que traremos aqui como a ideia de desproteção urbana, condição que emerge em situações de violação de direitos e revela a própria cidade como sujeito-político na correlação de forças do sistema capitalista, expondo essas pessoas à vulnerabilidade socioeconômica e civil (KOWARICK, 2009), segregando cada vez mais os territórios e impedindo o acesso a direitos básicos como saúde, assistência social, educação, cultura, trabalho e moradia.

Como possibilidade de fortalecimento e luta perante o inacessível modo de vida das grandes cidades, Santos (2006) aponta a importância do papel da vizinhança na produção da consciência. Ao mover relações nos novos territórios habitados, a vizinhança é capaz de organizar alternativas de resistência cotidianas que ultrapassam as fronteiras da desigualdade e proporcionam novos modos de fazer e de viver para além daquilo que é ofertado pelo Estado. Acerca do lugar onde se habita, Santos (2006) afirma:

No lugar — um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições — cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a continuidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. [...] Com a modernização contemporânea, todos os lugares se mundializam. Mas há lugares globais simples e lugares globais complexos. Nos primeiros, apenas alguns vetores da modernidade atual se instalam. Nos lugares complexos, que geralmente coincidem com as metrópoles, há profusão de vetores: desde os que diretamente representam as lógicas hegemônicas, até os que a elas se opõem. São vetores de todas as ordens, buscando finalidades diversas, às vezes externas, mas entrelaçadas pelo espaço comum. Por isso a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir (SANTOS, 2006, p. 218).

Pessoas em situação de imigração e refúgio são atores em potencial para fortalecer os territórios das grandes cidades. Trazendo em sua bagagem a gana de recomeçar seus meios de vida e reconstruir possibilidades de estar no mundo, restabelecem o olhar para o novo, por diferentes caminhos possíveis. A partir da presença e da ocupação de populações imigrantes e refugiadas nas grandes cidades sobre os escombros da desterritorialidade e da luta de classes, novos territórios estão sendo transformados.

2 - MIGRAÇÕES EM DIREÇÃO AO BRASIL E A DIREÇÃO DAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS BRASILEIRAS

Figura 24- "Moradia é direito": aniversário da cidade de São Paulo. Ocupação 9 de julho MSTC (Movimento Sem Teto no Centro)



Fonte: Acervo da pesquisadora 25/jan/2023

Os fluxos migratórios em direção ao Brasil no século XXI têm se mostrado diversificados e aumentado significativamente ao longo dos anos. Em 2000, havia cerca de 941 imigrantes registradas(os) no país (UN DESA, 2023), enquanto em

2022 havia aproximadamente 1,8 milhão de indivíduos provenientes de outros países (Observatório das Migrações, 2023); um aumento de mais de 150% em pouco mais de duas décadas. Contudo, ainda é um percentual de apenas 0,8% do total da população residente no país.

Os dez principais países de origem são Venezuela, Haiti, Bolívia, Estados Unidos, Colômbia, Argentina, China, Uruguai, Peru e Paraguai, cujos nacionais totalizam mais de 60% das(os) imigrantes no Brasil, isto é, cerca de 1,1 milhão de pessoas. Nota-se que são indivíduos majoritariamente oriundos de países do sul global, em um notório fenômeno de migração Sul-Sul.

Sobre a Migração Sul-Sul, Baeninger et al. (2018) afirma o seguinte:

O cenário das migrações internacionais no século XXI tem sido marcado por movimentos migratórios que incluem percursos, cada vez mais intensos, entre os países do Sul global. As restrições impostas pelos países do Norte para a entrada e permanência de migrantes internacionais consistem em importante elemento na reconfiguração das migrações e seus destinos no mundo hoje. As migrações Sul-Sul entre e em direção aos países da América Latina, na última década, demonstram a complexidade e heterogeneidade da imigração internacional. [...] De fato, as migrações Sul-Sul se consolidam no bojo de processo mais amplo das migrações transnacionais, da divisão internacional do trabalho e da mobilidade do capital. Refletem e (re)configuram condicionantes que ocorrem fora das fronteiras nacionais, com impactos na conformação da imigração no âmbito de cada país (BAENINGER et al., 2018, p. 13).

Diante dos fluxos intensos, há pouco mais de seis anos contamos com um relevante avanço legislativo no Brasil, a Lei nº 13.445/2017, que substituiu o antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980), legislação produzida ainda no período da ditadura civil-militar brasileira que não considerava a pessoa imigrante como cidadã, mas como um perigo potencial para o Estado. A chamada “nova” lei de migração é o marco legal segundo o qual a pessoa imigrante passa a ser vista não mais como uma questão de segurança nacional, mas como uma possibilidade de contribuição econômica, social e cultural e como sujeita(o) de direitos.

A nova lei de migração prevê, em seu artigo 120, a criação de uma Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, no entanto, o primeiro passo para a construção da mesma foi dado apenas em 23 de janeiro de 2023, mais de cinco anos após a instituição da lei. A partir da Portaria MJSP nº 290 criaram-se Grupos

de Trabalho (GTs) com o objetivo de regulamentar o disposto no artigo 120. Entre os anos de 2023 e 2024 houve avanços significativos em prol da construção desta Política, como a criação da Rede Nacional de Cidades Acolhedoras e a construção da COMIGRAR, mobilizando mais de 15 mil pessoas pelo país com propostas concretas para a criação da Política.

Art. 120. A Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia terá a finalidade de coordenar e articular ações setoriais implementadas pelo Poder Executivo federal em regime de cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com participação de organizações da sociedade civil, organismos internacionais e entidades privadas, conforme regulamento.

§ 1º Ato normativo do Poder Executivo federal poderá definir os objetivos, a organização e a estratégia de coordenação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia.

§ 2º Ato normativo do Poder Executivo federal poderá estabelecer planos nacionais e outros instrumentos para a efetivação dos objetivos desta Lei e a coordenação entre órgãos e colegiados setoriais.

§ 3º Com vistas à formulação de políticas públicas, deverá ser produzida informação quantitativa e qualitativa, de forma sistemática, sobre os migrantes, com a criação de banco de dados (Brasil, 2017).

Entre os estados que compõem a federação, até o final de maio de 2023, havia seis políticas para imigrantes estaduais, institucionalizadas nos estados de Mato Grosso¹⁴, Pernambuco¹⁵, Rio Grande do Norte¹⁶, Pará¹⁷, Espírito Santo¹⁸, Santa Catarina¹⁹ e Paraná²⁰. Ceará, Piauí, Acre, Amazonas, Roraima, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul também possuem comitês ou conselhos de

¹⁴ Lei Estadual nº 11.162/2020.

¹⁵ Lei Estadual nº 17.350/2021.

¹⁶ Lei Estadual Complementar nº 729/2023.

¹⁷ Lei Estadual nº 9.662/2022.

¹⁸ Lei Estadual nº 11.420/2021.

¹⁹ Lei Estadual nº 18.018/2020.

²⁰ Lei Estadual nº 18.465/2015.

atenção aos imigrantes, refugiadas(os) e apátridas que também foram institucionalizados por meio de Decreto e estão em vigência até o momento. Nota-se que a consolidação de políticas estaduais para a população imigrante ainda é um movimento incipiente e recente no Brasil.

Embora a coordenação e articulação dessas políticas nos níveis federal e estaduais sejam primordiais, são as cidades que estão na linha de frente da acolhida das pessoas imigrantes e possuem papel de promover formas de vida autônomas, possibilidades de reconstrução de vínculos, oportunidades econômicas, acesso a serviços públicos, caminhos para diversidade cultural, entre outros acontecimentos do cotidiano em cada território habitado. Conforme o I Relatório de Cidades Solidárias produzido em 2022 pela Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR):

São os municípios que hospedam os sistemas de políticas públicas e fornecem os serviços dos quais as pessoas refugiadas e migrantes dependem para sobreviver e prosperar – moradia, educação, saúde, assistência social. Frequentemente, as ações relevantes de proteção e integração são concebidas, executadas e financiadas pelo nível local. (ACNUR, 2022, p. 7)

Diversos marcos normativos internacionais têm sublinhado a crescente urbanização e a necessidade de construir novas formas de se relacionar e produzir em espaços urbanos. Tais marcos reconhecem a urgência de se buscar respostas adequadas aos desafios impostos pelos deslocamentos humanos, assim como a necessidade de dar centralidade ao papel desempenhado pelas cidades e pelas autoridades locais (ACNUR, 2022, p. 7).

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de dados de 2018 do Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic), apenas 5,5% dos municípios com a presença de imigrantes contam com algum tipo de serviço focado no atendimento das demandas específicas dessa população (GOMES, 2019).

Segundo o Atlas Temático de Migrações Venezuelanas, produzido pelo Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/Unicamp) em 2020, principalmente a partir do Programa de Interiorização da população venezuelana dirigido pelo Governo Federal com o apoio das agências da ONU, OIM e ACNUR,

era possível notar a presença de venezuelanas(os) em 23% (1.291) dos municípios brasileiros. Se levarmos em consideração municípios que tenham a presença apenas de outras nacionalidades, podemos considerar que, pelo menos um quarto dos municípios brasileiros, em todas as regiões e em todos os estados, contam com imigrantes residentes entre sua população.

De acordo com levantamento investigativo apresentado por Defendi e Silva (2023), foi possível encontrar apenas 22 políticas locais para imigrantes institucionalizadas por meio de legislação entre os anos de 2016 e 2022, o equivalente a apenas 0,4% do total de municípios no país. É importante mencionar políticas, planos, princípios, diretrizes de trabalho ou comitês instituídos por via de decretos, projetos de lei em tramitação ou iniciativas que foram aprovadas já no ano de 2023, o que nos leva a um total de 36 municípios no Brasil com iniciativas que apontam para cidades mais acolhedoras e mais inclusivas para as populações imigrantes.

Observamos no Mapa 4 a seguir quais são os municípios que instituíram Políticas Municipais para Imigrantes no Brasil entre 2016 e 2022.

Mapa 4- Leis municipais de atenção e/ou apoio a migrantes, refugiados e apátridas

CIDADES COM POLÍTICA PARA IMIGRANTES NO BRASIL

Pernambuco - Recife
Lei Municipal n.º 18.798/2021

Mato Grosso - Cuiabá
Lei Municipal n.º 6.691/2021

Mato Grosso do Sul- Campo Grande
Lei Municipal n.º 6.925/2022

Mato Grosso do Sul - Rochedo
Lei Municipal n.º 909/2022

São Paulo - São Paulo
Lei Municipal n.º 16.478/2016

São Paulo - Carapicuíba
Lei Municipal n.º 3.563/2019

São Paulo - Campinas
Lei Municipal n.º 16.038/2020

São Paulo - Ribeirão Preto
Lei Municipal n.º 14.714/2022

São Paulo - Sumaré
Lei Municipal n.º 6.955/2022

Rio de Janeiro - Niterói
Lei Municipal n.º 3.711/2022

Rio de Janeiro - Rio de Janeiro
Lei Municipal n.º 7.730/2022

Paraná - Maringá
Lei Municipal n.º 10.653/2018

Paraná - Dois Vizinhos
Lei Municipal n.º 2.478/2021

Santa Catarina - Florianópolis
Lei Municipal n.º 10.735/2020

Santa Catarina - Chapecó
Lei Municipal n.º 7.729/2022

Santa Catarina - São Lourenço do Oeste
Lei Municipal n.º 2.618/2021

Santa Catarina - Videira
Lei Municipal n.º 4.063/2022

Rio Grande do Sul - Esteio
Lei Municipal n.º 7.517/2020

Rio Grande do Sul - Caixas do Sul
Lei Municipal n.º 8.748/2021



Fonte: Defendi e Silva (2023)

Ao cruzarmos essas informações com os dados de municípios que possuem presença mais significativa de população imigrante residente, registradas no Sistema de Registro Nacional Migratório, o SISMIGRA, podemos perceber que essa não é a regra para a implementação de políticas para imigrantes. Vejamos relacionados no Quadro 1 abaixo os municípios com presença significativa de população imigrante residente:

Quadro 1- Dados de municípios brasileiros com maior registro de imigrantes com Registro Nacional Migratório, apresentando porcentagem em relação ao número total de imigrantes no Brasil

| Estado | Cidade | Qtd. Imigrantes | Porcentagem |
|-------------------|----------------|------------------------|--------------------|
| São Paulo | São Paulo | 394818 | 22% |
| Rio de Janeiro | Rio de Janeiro | 149996 | 8,4% |
| Roraima | Boa Vista | 131560 | 7,4% |
| Amazonas | Manaus | 71659 | 4% |
| Paraná | Curitiba | 40806 | 2,3% |
| DF | Brasília | 34575 | 1,9% |
| Roraima | Pacaraima | 30424 | 1,7% |
| Rio Grande do Sul | Porto Alegre | 27707 | 1,5% |
| Santa Catarina | Florianópolis | 25815 | 1,4% |
| Minas Gerais | Belo Horizonte | 24301 | 1,4% |
| Bahia | Salvador | 22823 | 1,3% |
| São Paulo | Campinas | 20972 | 1,2% |

Fonte: Elaboração própria com base nas informações dispostas pelo Observatório das Migrações em São Paulo (jul/2023).

Ao cruzar os dados do mapa e do quadro é possível notar que regiões fronteiriças do norte do país, representadas pelas capitais Manaus/AM e Boa Vista/RR e pelo município de Pacaraima/RR, apesar da forte presença de populações imigrantes, não possuem iniciativas de construção de políticas locais. Acrescento a esta análise outras capitais que foram polos atrativos para essas populações como Belo Horizonte/MG, Salvador/BA e Curitiba/PR, nas quais também não é possível encontrar esses mecanismos de proteção.

2.1 A cidade de São Paulo como corpo social protagonista da construção das políticas migratórias brasileiras

A história da cidade de São Paulo está intrinsecamente relacionada à história das migrações internas e internacionais no Brasil. Entende-se, nesta pesquisa, a cidade de São Paulo também como um sujeito político. Há uma relação dialética entre as populações migrantes e a cidade de São Paulo.

São Paulo é, historicamente, a cidade que mais recebe imigrantes no país. Do total de imigrantes no Brasil, cerca de 22% buscaram-na como destino, o que equivale a 3,5% da população paulistana. Durante décadas, São Paulo vem se mantendo como a cidade que mais apresenta imigrantes residentes em seu território. Como principal polo econômico no Brasil e na América Latina, o município de São Paulo tem atraído diferentes fluxos migratórios internacionais que, por meio de dinâmicas diversas, integram-se e redefinem constantemente a identidade sociocultural da cidade. Segundo os dados mais recentes do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP), a comunidade imigrante em São Paulo é composta por 394.818 indivíduos regularizados²¹, registrando-se mais de 150 nacionalidades. Diante disso, São Paulo apresenta-se, em sua essência, como uma cidade cosmopolita, que tem a migração internacional como um fator importante na construção de seus cenários político, social, econômico e cultural.

Essas migrações têm gerado desafios para a sociedade civil organizada e, principalmente, para o poder público, que se vê na incumbência de lidar com demandas emergenciais para os grupos recém-chegados e de integração. Isso ocorreu com a imigração haitiana, a partir de 2010, com a imigração síria, a partir de 2015, e, atualmente, com a imigração venezuelana e afegã, fluxos que impactaram e impulsionaram a construção de políticas migratórias.

Neste cenário, as respostas dadas pela Prefeitura de São Paulo se configuram efetivas na tentativa da construção de políticas públicas para a população imigrante. De forma pioneira no país, entra em vigor a Lei nº 16.478 de 8 de julho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 57.533/2016, no qual se institui a

²¹ É importante destacar aqui que, referente aos dados sobre quantidade de imigrantes em determinado local, não é possível encontrar números precisos, pois tratam-se de populações em constante movimento e grande parte ainda sem registro regularizado.

Política Municipal para Imigrantes da cidade de São Paulo. Contando com a presença de organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais na construção de suas diretrizes, a política outorga o reconhecimento da(o) imigrante como sujeita(o) de direitos, que deve ser acolhida(o), não criminalizada(o) e respeitada(o) diante de suas interculturalidades. Embora tenha apenas coordenação a nível local, visa ser transversalizada entre as diversas secretarias do município e é referência entre as iniciativas construídas por cidades brasileiras nos últimos 10 anos.

A iniciativa da Prefeitura de São Paulo se fortalece a partir de maio de 2013, com a criação da Coordenação de Políticas para Imigrantes (CPMig), dentro da estrutura da também recém-criada Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). Segue avançando, criando centros de acolhida específicos para a população imigrante no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e, em novembro de 2014, inaugura o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI-SP), coordenado pela SMDHC, em convênio com o SEFRAS (Ação Social Franciscana). Trata-se do primeiro equipamento público criado no país, visando garantir o acesso a direitos pela população imigrante por meio de um atendimento especializado em diversas línguas. Sobre as funções da Coordenação de Políticas para Imigrantes (CPMigTD), a coordenadora Mônica compartilha em entrevista:

Penso muito na noção de que imigrantes têm direito e também a gente [CPMigTD] tem um papel importante em fazer enxergar isso não só pra esses atores que encontramos na política, mas também o tempo inteiro de poder facilitar que a população se sinta com as ferramentas apropriadas para conseguir essa garantia. Isso também faz parte da integração: que as pessoas conheçam os mecanismos, quais são os elementos que precisam para fazer sentido determinados processos, determinadas lutas, determinadas necessidades e demandas. (Trecho entrevista Mônica, CPMigTD, maio de 2024).

A Política Municipal para Imigrantes na cidade de São Paulo tornou-se referência de política local que busca garantir o acesso de imigrantes aos direitos e serviços públicos em toda América Latina. A construção dessa política avançou

muito, principalmente entre os anos de 2013 e 2016, criando serviços e programas específicos para as demandas das comunidades imigrantes. Enquanto outras experiências pelo mundo tratavam imigrantes como uma questão de segurança nacional (incluindo as leis federais brasileiras, que, neste período ainda contavam com o Estatuto do Estrangeiro) e criavam campos de concentração, remetendo o espaço de estadia como um lugar que defende a população local das(os) consideradas(os) estrangeiras(os), São Paulo criou centros de acolhimento.

Figura 25- Placa de inauguração do primeiro Centro de Acolhida Especial para Imigrantes da cidade de São Paulo, no bairro da Bela Vista



Fonte: Acervo da pesquisadora (agosto/2014)

A linha do tempo a seguir ilustra os principais momentos históricos das populações imigrantes versus o avanço das iniciativas do poder público no município de São Paulo, colocando em diálogo movimentos da sociedade civil versus o avanço da política municipal:

Figura 26- Linha do tempo sobre o avanço das políticas migratórias no município de São Paulo



Fonte: Elaboração da própria pesquisadora, 2024

Desde a Segunda Guerra Mundial, o ano de 2014 foi considerado o mais crítico quanto às necessidades de pessoas em deslocamento forçado, excedendo 50 milhões de pessoas a nível mundial (UNHCR, 2014), situação que repercutiu também na chegada dessas pessoas no Brasil e, principalmente, em São Paulo.

Vê-se na política municipal para a população imigrante de São Paulo, em seu art. 1º, a expressa garantia de acesso a direitos sociais e a serviços públicos e o respeito à diversidade e à interculturalidade, independentemente da situação documental ou migratória da(o) imigrante. Por meio do decreto municipal nº 57.533, de 15 de dezembro de 2016, criam-se competências para distintas Secretarias Municipais visando sua efetiva implementação. Mônica conta a respeito da perspectiva de integração para a PMPI:

Acho que quando a gente está pensando em reconhecer a diversidade cultural, quando a gente está pensando em atender as especificidades da população imigrante, quando a gente está pensando em enfrentar as violações de direitos, definir as responsabilidades que temos como Governo local, a gente tá pensando que esse é um trabalho de muitas áreas, de muitas camadas e de muitas perspectivas, é mais ou menos isso que eu quero dizer. Não como uma visão romântica da integração, [...] de que as pessoas só adquirindo tal e x questão então estão 100% integradas. [...] me parece que a Política tenta colocar de forma muito explícita, uma visão disso, ampla, das complexidades, das diferentes dimensões, das atribuições que temos enquanto governo local, enquanto áreas que também têm sua responsabilidade, e reconhecer também o papel dos Movimentos, das coletividades e de outras organizações que vão somar a esse processo de integração. (Trecho entrevista Mônica, CPMigTD, maio de 2024).

Há aqui uma necessidade de repensar a oferta de serviços e programas que atendam a necessidade de morar da(o) imigrante de forma contínua e permanente, que não apenas reproduza respostas semelhantes às oferecidas a população em situação de rua, homogeneizando as particularidades das populações, sem reconhecer de fato as questões da migração.

As respostas oferecidas devem atender às especificidades das populações imigrantes e trabalhar mecanismos de integração à cidade, garantir acesso às políticas e aos serviços mínimos que as demandas do cotidiano apresentam, tais como adequação cultural, reconhecimento do transporte público e das dinâmicas da cidade, somadas às realidades de cada território possível para o novo habitar, reconhecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Sistema Único de

Saúde (SUS), inserção no sistema de educação, acesso ao trabalho, acesso ao ensino da língua portuguesa, convivência em espaços que possibilitem a criação de novos vínculos e, então, possibilidade de acesso à moradia e à habitação adequada. A CPMig também reconhece essas necessidades como intrínsecas para os acessos a direitos das populações imigrantes:

Quando estamos pensando na população imigrante, essa socialização por exemplo de entender como funciona, onde estão as coisas, como elas chamam, podemos dar um exemplo simples, estamos falando de características muito mais diversas, mais amplas e mais complexas que quem tem uma mínima chance de adquirir essa informação por estar dentro de um território no qual nasceu. (Entrevista Mônica, CPMigTD, maio de 2024).

Passados quase dez anos, a PMPI ainda não alcançou sua plena efetivação para garantir o atendimento das demandas habitacionais e, conseqüentemente, de integração das populações imigrantes na cidade, por seguir reproduzindo apenas respostas muito próximas aos modelos tradicionais de assistência social, ou assistência humanitária com respostas emergenciais praticadas por organismos internacionais, colocando a população imigrante entre as margens da população em situação de rua ou das famílias sem teto.

Ao retomarmos a obra de Sayad (1998), é possível perceber que as mesmas lógicas coloniais seguem sendo reproduzidas quando se trata de atendimento às populações imigrantes:

A habitação do imigrante só pode ser o que o imigrante é: uma habitação excepcional, como é 'excepcional' a presença do imigrante; uma habitação de emergência para uma situação de emergência; uma habitação provisória - duplamente provisória, porque os ocupantes só a habitam provisoriamente e porque ela mesma se constitui uma resposta para uma situação pensada para ser provisória - para um residente provisório, pois é sempre assim que se imagina o imigrante; uma habitação econômica, sóbria (para não dizer sumária), para um ocupante que não dispõe de uma grande renda e que, além disso, se força a economizar; uma habitação pobre e uma habitação de pobre para um ocupante conhecido como pobre, uma habitação 'educativa' para um ocupante estrangeiro que, levando em conta suas

origens [...] e suas características sociais [...] merece uma ação educativa. [...]

O imigrante só pode ser alojado em regime de emergência. É certamente por causa dessa 'emergência', mais do que por algum outro limite técnico [...] que as únicas formas de habitação colocadas à disposição de trabalhadores imigrantes [...] foram - e continuam sendo, em muitos casos - locais improvisados. [...]

Residente provisório por definição, o imigrante só deve ser alojado provisoriamente; trabalhador pobre, só deve ser alojado pobremente. Entretanto, posto que o caráter provisório do imigrante e de sua imigração não passa de uma ilusão coletivamente mantida, ele permite a todos que se sintam contentes com a habitação precária, degradada e degradante, que se atribui ao imigrante. Isso mostra a que ponto a dissimulação (i.e., a ilusão do provisório) que se encontra no próprio princípio da perpetuação da imigração é, aqui, necessária. E quando a imigração deixa, de fato, de ser provisória enquanto a habitação continua sendo esta, é ainda a ilusão do provisório que permite mascarar o paradoxo de uma habitação para sempre provisória. (SAYAD, 1998, p. 73-78).

Apesar de que o CRAI, equipamento gerenciado pela SMDHC, não deixou de seguir recebendo investimentos e adaptações que aumentaram sua capacidade de atendimento, com ampliação de local de atendimento e equipe, houve também a criação de um CRAI Móvel que pudesse levar atendimento a diversos territórios do município de São Paulo. Muitos dos avanços propostos pela PMPI foram sendo desmontados ou desmobilizados, como a contratação de agentes comunitários de saúde imigrantes, a oferta de cursos de português em escolas da rede pública através do programa "Portas Abertas", a presença das diversas Secretarias Municipais no Conselho Municipal de Imigrantes e a manutenção dos Centros de Acolhida para Imigrantes com respeito à diversidade cultural e religiosa. Em entrevista com Maricarmen, são ressaltadas outras características específicas do trabalho com as populações imigrantes e o acesso à moradia:

Só pelo fato do migrante ser migrante, a gente tem que entender que ele vai começar a jornada no país de destino sem casa. Todo migrante começa sem casa. Aí vai entrar a diferença de classe, acesso, país de origem. Uma pessoa que vem da Europa vai demorar sem casa duas horas, porque ela já sabe pra onde vai, e uma pessoa que não sabe se tem casa ou não, não vai ter acesso, pode ser que vire também uma pessoa com mais

características e mais similitudes juntamente com a população de rua, com quebra de vínculos e todas essas particularidades, ou pode ser que vá pra um centro de acolhida, que fique lá temporariamente, depois vá pra rua, ou não, porque conseguiu uma casa ou vá pra uma ocupação, mas eu acho que, eu vejo o fenômeno migratório muito junto com o ponto de partida de fato de acesso à moradia, de base pra mim. Então, eu acho que essa é uma particularidade que na população de rua, é uma população que já nasceu no Brasil, pode vir de contextos muito fragilizados também, pode inclusive nascer na rua ou pode acontecer uma quebra de vínculos também, pode partir de uma migração interna também, muitas das vezes, acho que no último censo saiu que a grande maioria da população de rua que temos aqui não é de São Paulo, então também tem a migração como um vínculo com a falta de acesso à moradia de base, de chegar num território, de não conseguir se vincular, de não conseguir o acesso à trabalho e de ficar sem essa moradia que, na sua perspectiva também dá essa falta de acesso ao resto de políticas, de direitos e tudo mais. E aí tem outra coisa que eu acho que diferencia, que é um pouco teórica assim, não tão pragmática, mas, eu acho que se entende - não na nossa Política -, falando de uma questão mais psicológica-social, como, um nacional tendo mais direito... Não é mais direito... Sendo mais merecedor de recursos e de coisas do que uma pessoa que vem de fora. A pessoa que vem de fora se vê como uma pessoa que fez uma escolha pra vir, então, na hora da fila vai ter que ficar mais atrás antes de resolver. Isso não necessariamente é o que acontece na aplicação das políticas, eu tô falando de uma questão mais social, não tem nada a ver, mas eu vejo que se conflita aí o sentimento nacional e a questão migratória como uma questão que vem de fora e que ameaça o sentido de nacionalidade e ela perpassa quando a gente vai entender que a gente precisa também atender as necessidades da população imigrante. Então pra mim esse é um conflito também, uma coisa latente que é preciso também ter muito cuidado pra se trabalhar. (Entrevista Maricarmen, CPMigTD, maio de 2024).

No que tange aos serviços oferecidos pela SMADS, segundo informações encontradas no site oficial (São Paulo, 2020), há cerca de 572 vagas (2020)²² em centros de acolhida específicos para imigrantes da Prefeitura de São Paulo, totalizando cinco equipamentos, dos quais dois estão localizados na região central, nos bairros da Bela Vista e Pari e os outros três na zona leste, nos bairros da Penha, Vila Nhocuné e São Mateus. Há também alternativas de centros de acolhimento na cidade que não fazem parte da rede municipal, gerenciados pelo Estado de São Paulo ou autonomamente pela sociedade civil.

²² O número de vagas que consta no *site* da Prefeitura de São Paulo está desatualizado, visto que o total deveria ser 772 vagas após a implantação emergencial do Centro de Acolhida Especial para Famílias Ebenezzer, disponibilizando mais 200 vagas no ano de 2022, na Vila Nhocuné, zona leste da cidade, com vistas a suprir parte da demanda de afegãs e afegãos chegando a São Paulo, conforme disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/imigrantes/index.php. Acesso em: 29 jan. 2024.

Os Centros de Acolhida para Imigrantes seguem sendo entendidos pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) como equipamentos similares àqueles que atendem à população em situação de rua²³ e sua gestão não permitiu o avanço do atendimento às demandas específicas das populações imigrantes. A partir de experiência de atuação profissional é possível notar que os Centros de Acolhida recebem majoritariamente imigrantes recém-chegadas(os) ao país e por um curto período de três a seis meses, critério insuficiente para a construção e manutenção de alternativas de moradia autônoma e inclusão social, também não priorizam a contratação de equipe técnica capaz de se comunicar em outros idiomas, não possuem espaço adequado para armazenamento de bagagem e em sua maioria não ofertam espaço físico que possibilite a reunião de famílias, reforçando a norma patriarcal de que são as mulheres que devem se responsabilizar pelos cuidados cotidianos das(os) filhas(os).

Estes equipamentos não chegaram a ser tipificados com as provisões necessárias para o atendimento das populações imigrantes, o que acarreta inclusive sua identificação externa não estar padronizada como Centros de Acolhida específicos para imigrantes, estando alguns identificados com placa que os nomeia Centro de Acolhida para População em situação de rua, Centro Temporário de Acolhimento ou Centro de Acolhida Especial para famílias, o que vulnerabiliza a garantia do atendimento específico. A quantidade de vagas ofertadas também se faz insuficiente, o que leva imigrantes a terem que optar por pernoites em outros centros de acolhida para a população em situação de rua, situação que não necessariamente respeita as particularidades e necessidades das populações imigrantes em suas particularidades, podendo se confundir com a população em situação de rua. Quando isso ocorre há agravos de situações de preconceito, violência, roubos, furtos e drogadição, e também de concepção da questão migratória e da proteção social a esta população.

23 Conforme o Decreto nº 7.053/2019, “considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a extrema pobreza, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.” (BRASIL, 2009)

Figura 27- Placa externa do Centro de Acolhida Masculino para Imigrantes em São Mateus, identificado como Centro Temporário de Acolhimento (CTA)



Fonte: Google Street View (abr/ 2024)

Neste sentido, o momento mais delicado é quando estes indivíduos e famílias são desvinculadas(os) dos equipamentos de acolhimento e não têm condições de arcar com as burocracias solicitadas para locação de uma casa, como valor caução antecipado, fiador, documentação regular, os preconceitos de agentes imobiliários e proprietários, além, é claro, dos altos custos do aluguel — situação muito parecida com a que é enfrentada por camadas da classe trabalhadora brasileira, sobretudo, aquelas que buscam por movimentos sociais de luta por moradia para, com luta e resistência, alcançar a efetivação de seus direitos.

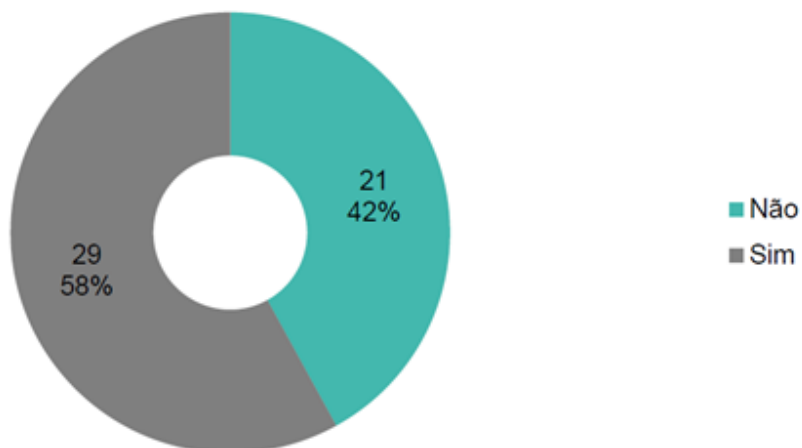
A política de Assistência Social aborda com frequência a tratativa de que os serviços por ela oferecidos se configuram como porta de entrada para as políticas sociais. Mas onde encontramos então as portas de mediação e de saída, dialogando com as demais políticas?

Embora haja processos de avanços na atenção aos imigrantes nas políticas sociais de Saúde, Educação e Assistência Social na cidade de São Paulo, os contornos são diferentes na política de Habitação.

Na ausência do Estado, as ocupações em propriedades ociosas entram em cena como alternativa para moradia também para imigrantes, levados sobretudo pela necessidade imediata de um teto e nem sempre alinhados com a luta pela moradia ou com disposição e compreensão suficientes para engajar-se nas

atividades políticas, mais ainda quando sua permanência na cidade pode ser temporária ou incerta. Ressaltem-se também as diferenças culturais que fazem com que o alinhamento e a adesão aos movimentos sociais sejam mais complexos, visto que essas comunidades podem deparar-se com organizações políticas completamente distintas às de sua referência em seu país de origem. Nesse sentido, ocupar está relacionado a resistência em prol da luta pela moradia digna, mas, ainda sem a plena dimensão dos caminhos para acesso a direitos básicos, o despertar da consciência política toma outras proporções e, por muitas vezes, pessoas em situação de imigração passam a fazer parte de ocupações sem a ciência das disputas pela cidade ou dos conflitos de terra que envolvem o local onde estão vivendo.

Um estudo elaborado pela Prefeitura de São Paulo a partir de visitas técnicas realizadas em 51 imóveis localizados principalmente nas áreas centrais da cidade, mas também em alguns distritos das zonas leste e oeste, entre os meses de maio e junho de 2018, encontrado no relatório analítico da situação das ocupações em imóveis no município (São Paulo, 2021), demonstra que 58% das ocupações visitadas apresentavam a presença de populações imigrantes, conforme o Gráfico 28 abaixo:

Figura 28- Gráfico de ocupações com população migrante

Base: 51 imóveis

Fonte: Prefeitura de São Paulo (2021)

O estudo é uma amostra da totalidade de ocupações possíveis na cidade e aponta como as ocupações vêm se expandindo como alternativa habitacional para as populações imigrantes devido à dificuldade em acessar a moradia na cidade de São Paulo. A partir de entrevista com Maria, ex-trabalhadora da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), podemos entender como se deu o início do acompanhamento a essas ocupações e às demandas das populações imigrantes:

Entre 2018, 2020, 2021, algumas articulações foram construídas entre SEHAB e o CRAI, nesse processo de acompanhamento. Acho que é importante destacar que esse trabalho foi feito por parte de SEHAB - o acompanhamento às famílias que estavam nas ocupações - com a intencionalidade de mitigação de risco no que diz respeito a incêndios, no que diz respeito a desastres, é... não é “desastre ambiental” a palavra que eu quero usar, mas evitar novos acidentes a partir do que a gente teve em 2018, no Wilton Paes de Almeida. Então eu acho que nasce esse trabalho pioneiro dentro da Secretaria da Habitação de olhar para as famílias que estão dentro dessas ocupações. [...] Não que não tivesse havido antes, mas acho que muito mais fortemente de 2018 até 2020, fizemos várias ações conjuntas, e quando eu falo “fizemos”, foram as equipes técnicas, não necessariamente por uma intencionalidade da gestão enquanto

governo, enquanto aquele partido político que estava dentro da Secretaria da Habitação. E aí a gente se aproxima, a Secretaria da Habitação também se aproxima das demandas da população imigrante, para além dessa questão de mitigação de risco, para além da questão de organização dessas famílias dentro dessas ocupações. Organização no sentido tanto dos direitos sociais, quanto de legislação, que a gente fez um pouco sobre isso... as questões de reintegração de posse, porque também acho que é importante destacar isso, que todos esses prédios que foram acompanhados nesse período - na verdade eles continuam sendo, porque esse trabalho continua existindo, só eu que não trabalho mais lá - são prédios públicos e particulares com alguma ação de reintegração de posse. Então esse trabalho também era orientativo no sentido da ação, em que pé que tava o andamento da ação, e se a gente identificava que as famílias não tinham representação jurídica, a gente fazia essa ponte, de representação jurídica, e com a população imigrante a gente foi identificando também outros desafios, seja de regularização de documento, que também entra a articulação com o CRAI, seja de articulação de acesso a outras políticas - é... matricular as crianças na escola, encaminhamento para o posto de saúde mais próximo, UBS mais próxima -, a gente foi construindo essa articulação intersecretarial. Mas eu volto a repetir, entre as equipes atuando dentro desse programa, desse projeto. [...]

Então, quando essas populações, quando a população imigrante, quando as famílias que estão residindo nas ocupações, elas vão enfrentando também os mesmos obstáculos, que as... não quero fazer essa distinção né, entre as famílias imigrantes e as famílias de pessoas brasileiras, mas o que eu tô tentando dizer é de, tentando demonstrar, é dificuldade no acesso, e aí vai também encontrar outras barreiras, que é a do idioma, que é a da cultura, que é a de conhecimento mesmo. [...]

A gente foi percebendo que a discussão sobre política social ou políticas públicas e o acesso à essas políticas tá no campo da cultura né, eu acho que tá no campo da cultura e no campo de uma construção da sociedade brasileira. [...]

Quando a gente identificava a presença dos movimentos de moradia, o acesso das famílias às políticas sociais, então ao Cadastro Único, ao próprio CRAI, ou alguma orientação do ponto de vista habitacional, já estava um pouco melhor consolidado. Ainda que no ponto da política de habitação, o que a gente tem hoje, o que a gente falava, o que a gente conseguia orientar as famílias, porque de fato é muito pouco, era o cadastro habitacional da COHAB e só né, e algumas famílias... a Secretaria de Habitação tem hoje o auxílio aluguel, mas não necessariamente as famílias

que estão nas ocupações conseguem acessar o auxílio aluguel, então, orientação pra acesso à moradia - porque não existe Política Habitacional, volto a dizer - era muito pouco, e acho que no campo da Assistência Social, pros serviços, ou seja, pra proteção básica, a gente tava dialogando acho que muito mais no campo da proteção básica, porque como a gente não fazia o acompanhamento contínuo dessas famílias das ocupações, então, a gente em alguns casos não foi possível identificar questões que, sei lá, precisavam ser encaminhadas pra CREAS, pra NPJ [...] Mas acho que essas primeiras orientações mais básicas né, eu vou colocar dessa forma, elas foram feitas dentro dos limites de possibilidade de atendimento, não do acesso, porque bem ou mal o acesso ainda a gente consegue viabilizar, orientar UBS, orientar com relação ao CRAS, orientar com relação à própria SEHAB, ou à própria Secretaria de Direitos Humanos. Agora a efetivação das políticas né, enfim, acho que já são “outros 500”... (Trecho entrevista Maria, SEHAB, abril de 2024).

A data de primeiro de maio de 2018 marcou o tema do acesso à moradia para imigrantes na cidade de São Paulo, e sobretudo chamou atenção da agenda da cidade para as condições estruturais das ocupações na região central, devido ao incêndio e desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida, no Largo do Paissandu, que deixou sete mortos e dois desaparecidos. As equipes de SEHAB e do CRAI haviam visitado a ocupação no edifício poucos dias antes do desabamento, a fim de cadastrar informações das/os ocupantes, das/os quais grande parte era imigrante. Devido à grande visibilidade do acontecimento, este foi um marco propulsor de ações mais diretas e empenhadas no acompanhamento de imigrantes em ocupações entre as diversas Secretarias, o que se pode perceber nas falas das entrevistas das representantes de SEHAB e também da CPMigTD/SMHDC. As iniciativas de acompanhamento e o diálogo entre as equipes do CRAI, CPMigTD e SEHAB foram um trabalho pioneiro que começou a perceber pontos importantes como é evidenciado na fala de Maria, que nota a necessidade de responder às demandas pertinentes sob a perspectiva de diversas culturas, diversos idiomas e que precisa estar articulado entre o acesso habitacional e as diversas políticas sociais.

No Mapa 5 a seguir é possível visualizar onde estavam concentrados os imóveis que fizeram parte do estudo elaborado pela Prefeitura:

Mapa 5- Concentração de imóveis ocupados em São Paulo de acordo com estudo da Prefeitura de São Paulo realizado em 2018



Fonte: Prefeitura de São Paulo (2021)

Como trazido por Maria em entrevista, todos os imóveis estavam enfrentando ação de reintegração de posse. Há uma concentração desses imóveis na região central e também há algumas presenças nas regiões leste e oeste da cidade.

No artigo 22 do Decreto nº 57.533/2016 estabelecem-se as competências da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) na transversalização da política municipal para a população imigrante, conforme segue:

Art. 22. Cabe à Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB promover o direito à moradia digna para a população imigrante, em uma abordagem que compreenda tanto a moradia transitória, de curto e médio prazo, quanto a definitiva, por meio das seguintes ações, sem prejuízo de outras:

I - adaptar programas e instrumentos legais da política habitacional municipal de modo que possam contemplar os imigrantes, inclusive com adaptação das exigências documentais, nos termos do artigo 2º deste decreto, e dos sistemas de cadastro;

II - garantir ao imigrante acesso à informação sobre os programas de habitação e ao cadastro nesses programas;

III - possibilitar o acesso da população imigrante a programas de moradia transitória, com a adaptação das exigências para inscrição em tais programas às especificidades desta população;

IV - inserir a população imigrante nos programas vigentes de acesso à casa própria, inclusive aqueles do Governo Federal intermediados pelo Município;

V - celebrar parcerias com associações, cooperativas de crédito, financiamentos de interesse social, dentre outros, para apoio à construção de unidades habitacionais;

VI - atuar na relação entre a população imigrante e o mercado imobiliário, promovendo a sensibilização de agências imobiliárias e proprietários para que não obstem a assinatura de contratos de locação com imigrantes nem lhes imponham condições discriminatórias de contratação;

VII - promover a divulgação e a fiscalização das condições mínimas de habitabilidade nas residências de aluguéis coletivos, nos termos da legislação municipal, em articulação intersecretarial e com as Subprefeituras;

VIII - promover campanhas voltadas para a população imigrante sobre direito à moradia digna e mercado habitacional na Cidade de São Paulo (São Paulo, 2016).

Percebe-se, portanto, que o decreto municipal busca assegurar o acesso da população imigrante às políticas sociais. Apesar da base normativa, a concretização da política municipal para a população imigrante está condicionada às adaptações técnicas e burocráticas e, principalmente, aos interesses de cada Secretaria Municipal em dispor suas equipes e seus serviços às adaptações e compreensões de novas demandas. Além disso, por se tratar de um instrumento jurídico relativamente recente, nota-se que a lei municipal e o decreto ainda são desconhecidos por muitas(os) gestoras(es) e equipes técnicas dos serviços públicos. Sendo assim, a implementação da política municipal para a população imigrante, apesar de ser um avanço, ainda apresenta diversos impasses e desafios a serem superados. Maria detalha:

Partindo dessa experiência que eu tive dentro da Secretaria de Habitação, a chegada dessas populações com essa expectativa e a cidade completamente despreparada, do ponto de vista - ainda que a gente tenha decreto, e ainda que a gente tenha uma legislação interessante, pioneira -, mas do ponto de vista da execução, do ponto de vista do atendimento às famílias ou os indivíduos que chegam em São Paulo com essa intenção, seja de permanecer por um longo período de tempo ou seja de fato como uma transição pra ir pra uma outra região do país ou uma outra região do planeta, ainda é muito incipiente, na verdade é muito insatisfatório. [...]

É, do ponto de vista do trabalho específico das equipes técnicas - eu quero deixar demarcado, o trabalho das equipes técnicas, especificamente dessas duas Secretarias, fazendo uma diferenciação entre a equipe técnica que tá no atendimento, atuando, apanhando, das pessoas que estão dentro dos gabinetes elaborando as legislações e que não necessariamente vão ser aplicadas na prática. Depois do Decreto 57.533 de 2016, 2018-2019 mais ou menos, a gente (equipe técnica, eu vou dizer), nós fizemos algumas reuniões entre as duas Secretarias, Secretaria de Habitação e Secretaria de Direitos Humanos, para olhar especificamente pra população imigrante. [...] A gente tem a legislação, ela está no papel, foi muito bem

desenhada, mas não tem sido efetivada, a gente ainda encontra dificuldade, a gente, bom, foi possível observar, famílias com dificuldade, com interesse de sair das ocupações, mas com dificuldade para, por exemplo, alugar, um... primeiro pelo valor do aluguel, eu acho que o mercado imobiliário em São Paulo tá super aquecido [...] seja no que diz respeito à formulação desses contratos, a gente chegou a desenhar uma proposta de fazer um levantamento das imobiliárias aqui da região central, conversar com esses donos das imobiliárias, para ver enquanto poder público o que era possível a gente flexibilizar desses contratos, isso acabou não indo para frente infelizmente, seja pelas mudanças de Secretário, seja porque outras prioridades foram surgindo. Na minha experiência eu aponto, os trabalhos iniciam, não necessariamente eles vão finalizar. [...] A entrega de unidade habitacional em São Paulo também é muito devagar, nos últimos anos, eu não tenho esses número aqui, não me recordo de cabeça, mas pouquíssimas unidades habitacionais foram entregues, o programa de locação social tem também as suas dificuldades e as suas limitações para as famílias acessarem. Então, nas ocupações, pelo menos aí dentro nesse número de ocupações que foram acompanhadas, na verdade continuam sendo acompanhadas por esse departamento de SEHAB, as famílias, pelo menos conseguem permanecer, têm conseguido permanecer, exceto aquelas ocupações que já sofreram reintegração de posse, elas têm conseguido permanecer porque tem presença de movimento social, tem articulação das próprias famílias, que foi aquilo que eu falei na resposta anterior, dessa articulação de se tornar pontos de referência, então, você e a sua família permanecem aqui, a gente vai enfrentar as dificuldades juntos, vão se organizando para conseguir sobreviver em São Paulo [...] Do ponto de vista da vontade política, tá muito aquém da efetivação de todos esses dispositivos legais. Vontade política seja de Secretário, seja de Chefe de Gabinete, seja dos coordenadores dos trabalhos dentro da Secretaria de Habitação. E aí isso acaba limitando também a atuação profissional, porque em alguns aspectos a gente vai ficando com as mãos atadas, de não conseguir de fato encaminhar para que as famílias saiam daquela situação de maior vulnerabilidade ou de maior pobreza. (Trecho entrevista Maria, SEHAB, abril de 2024).

No crescente caminho de construção da política municipal para a população imigrante de São Paulo, em 2020, através do Decreto Municipal nº 59.965/2020, publicado em Diário Oficial (D.O.), foi instituído o I Plano Municipal de Políticas para Imigrantes 2021-2024, elaborado a partir de propostas definidas em consulta pública

por meio da 2ª Conferência Municipal para população imigrante no ano de 2019. No eixo II do Plano, referente ao acesso à Assistência Social e à Habitação, encontramos o Quadro 2 abaixo:

Quadro 2- Ações e metas propostas pelo I Plano Municipal de Políticas para Imigrantes

| Nº | Ação | Indicador (com linha de base) | Meta | Responsáveis | Referências da PMPI/Conferência |
|----|--|---|---|----------------|--|
| 23 | Produzir o levantamento, mapeamento e a análise de dados sobre o acesso à habitação da população imigrante, incluindo dados desagregados por nacionalidade e gênero. | # de relatórios produzidos por semestre Linha de base: 0 | 01 relatório por semestre com informação de famílias atendidas desagregada por nacionalidade e gênero produzido | SEHAB SMDHC | Lei 16.478/2016: Art. 7º, Inciso VI Decreto 57.533/2016: Art. 22º Proposta 12 da 2ª Conferência |
| 24 | Promover espaços de diálogo periódico e acesso à informação sobre o direito à moradia junto à população imigrante residente em ocupações, em articulação intersetorial com as secretarias municipais e a sociedade civil. | % de ocupações com residentes imigrantes contempladas com espaços de diálogo promovidos pela Prefeitura. Linha de base: a definir | 80% das ocupações com residentes imigrantes. | SEHAB SMDHC | Lei 16.478/2016: Art. 7º, Inciso VI Decreto 57.533/2016: Art. 22º Proposta 12 da 2ª Conferência |
| 25 | Assegurar o acesso de imigrantes aos programas de moradia, aquisição e/ou locação sociais, com especial atenção para mulheres vítimas de violência, considerando as diversas formações familiares e as características da população, e a legislação específica em vigor (Decreto 57.533/16). | % de população imigrante pleiteante incluída em programas de moradia por ano. Linha de base: a definir | 60% da população imigrante atendida por ano | SEHAB | Lei 16.478/2016: Art. 7º, Inciso VI Decreto 57.533/2016: Art. 22º Propostas 13 e 15 da 2ª Conferência |
| 26 | Apoiar e articular espaços de discussões junto à SMDHC e ao Conselho Municipal de Imigrantes sobre o acesso da população imigrante ao mercado imobiliário, por meio de espaços de diálogo, materiais informativos e sensibilização voltados ao setor imobiliário para flexibilização documental e facilitação da inclusão de pessoas imigrantes. | Material de informação e sensibilização para o setor imobiliário disponibilizado (Sim/Não) Linha de base: Não # de espaços de diálogo com o setor imobiliário para sensibilização sobre imigrantes realizados por ano Linha de base: 0 | Sim 01 espaço de diálogo realizado por ano | SEHAB SMDHC | Lei 16.478/2016 Proposta 12 da 2ª Conferência |
| 27 | Articular diálogo junto à Defensorias Públicas do Estado e da União, com o objetivo de garantir o acesso à informação e orientação sobre direitos e deveres de locação e compra de imóveis para pessoas imigrantes. | Parceria estabelecida com a Defensoria Pública do Estado. (Sim/Não) Linha de base: Não. Parceria estabelecida com a Defensoria Pública da União. (Sim/Não) Linha de base: Não. | Sim Sim | SMDHC SEHAB | Lei 16.478/2016: Art. 7º, Inciso VI Decreto 57.533/2016: Art. 22º Proposta 14 da 2ª Conferência |
| 28 | Fomentar a participação da população imigrante na Conferência Municipal de Habitação, incluindo suas etapas preparatórias, por meio de divulgação direcionada. | # de pessoas imigrantes participantes nas Conferências Municipais de Habitação, incluindo suas etapas preparatórias Linha de base: desconhecida | Mínimo de 60 pessoas imigrantes participantes | SEHAB SMDHC | Lei 16.478/2016: Art. 7º, Inciso VI; Art. 3º, Inciso VIII Decreto 57.533/2016: Art. 22 Proposta 20 da 2ª Conferência |

Fonte: Prefeitura de São Paulo (2020)

A coordenadora da CPMigTD comenta a respeito das metas do plano:

A gente tem uma análise em certa medida, de que, por muito que se faça, nos termos em que aparece no Plano, é inalcançável. [...] Eu diria que nos últimos tempos as diferentes Secretarias, essas que você menciona, principalmente da Assistência, tem tido uma postura de mais reconhecimento, cada vez mais desse plano, e parece que parte do que a gente tem feito é sempre levado pro lado como um trabalho e uma corresponsabilidade, isso tem ajudado. E ecoa mais em Secretarias como a SMADS, por exemplo, mas que não significa que o reconhecimento demonstra uma tradução desse objetivo da mesma maneira que a gente enxerga. Então, “criar mecanismos...”, por exemplo, ações que são de um jeito pra gente, são aplicadas de outro, por muitos motivos. Eu acho que, já mais na perspectiva da Habitação, por ser uma Secretaria também com outras características, com níveis de mudança de gestão que nos últimos anos também tem sido bem variável, essa apropriação da Assistência por exemplo do Plano, como do Decreto, não é tão próxima. O que não significa, de novo, que não se esteja fazendo ações e aplicando algumas questões que sim estão intrinsecamente, direta ou indiretamente mencionadas no Plano. (Trecho entrevista Mônica, CPMigTD, maio de 2024).

É possível observar no quadro que algumas das ações propostas dialogam com o estabelecido em decreto como função das Secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social e de Habitação, outras ainda estimulam o avanço daquilo que já foi alcançado, destacando impedimentos na efetivação das políticas. O quadro diz respeito às metas estabelecidas em um quadriênio do qual restam apenas 5 meses. A partir da prática profissional e da observação enquanto pesquisadora, é possível notar que, no que diz respeito à SEHAB, nenhuma das ações foram alcançadas. Ao verificar as atas de participação das reuniões do Conselho Municipal para Imigrantes (CMI) desde que este foi instituído²⁴, observa-se que a representação de servidoras(es) atuantes na SEHAB vai se reduzindo com o passar dos anos, até se apresentar completamente nula no mandato atual. Maria comenta a respeito de como essa participação era encarada dentro da SEHAB:

É explícita a falta de interesse, de quem tá no Gabinete, seja do Secretário de Habitação, seja das pessoas que foram designadas pra assumir cargos de chefia, dentro da própria Secretaria de Habitação, de fato ocupar este espaço e construir conjuntamente com outras Secretarias uma Política para a População Imigrante em São Paulo. Por que eu tô dizendo isso? Porque a representação, se deu [...] Foi primeiro por uma insistência muito grande da Secretaria de Direitos Humanos, o que a gente recebeu de Ofício, o que a gente recebeu de ligação, o que a gente recebeu de uma insistência, e

24 Atas das reuniões do CMI disponíveis em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/conselho_municipal_de_imigrantes/index.php?p=279137. Acesso em: 29 jan. 2024.

uma insistência no sentido “a presença de vocês aqui é mais do que importante pra gente fazer essa discussão”. E aí, as pessoas que foram designadas para isso, não tinham autonomia, não tinham poder de decisão [...] só foi indicado porque tinha que indicar. [...] E por que que eu tô falando que só foi indicado porque tinha que indicar? Porque era obrigatório, a gente tinha um decreto [...] Porque eu acho que é uma das tarefas, uma das obrigações de SEHAB a partir do decreto, e também dentro da Política Municipal para Imigrante, é dizer: olha, essa população, seja quem tá nas ocupações, seja quem tá nos serviços da Assistência, nos centros de acolhida que, dentre todas as demandas que se tem, uma das demandas principais é a da moradia, a gente vai designá-las para tal empreendimento. Isso não existia. (Trecho entrevista Maria, SEHAB, abril de 2024).

Por um lado, também a partir da prática profissional, noto que as(os) imigrantes que buscam alternativas de moradia estão presentes em todos os tipos de ocupações, sejam elas lideradas por movimentos de luta por moradia organizados ou não. Alguns movimentos estruturam-se de fato como movimentos sociais de luta por moradia, com características de organização política e disputa por edifícios e territórios, com fins de buscar subsídios para viabilizar moradia popular digna. Outros, porém, atuam com caráter de inquilinato, aproveitando-se da falta de informação e/ou extrema necessidade das(os) ocupantes, chegando a alugar espaços precários sem intermediação de discussão coletiva, omitindo riscos e possibilidades que podem dar-se a partir da ocupação. De forma heterogênea, há uma questão de não alinhamento entre as(os) imigrantes e as respectivas lideranças. Maria comenta a respeito das capacidades da SEHAB em realizar acompanhamento de imigrantes em ocupações e do cumprimento das metas estabelecidas no I Plano Municipal de Políticas para Imigrantes:

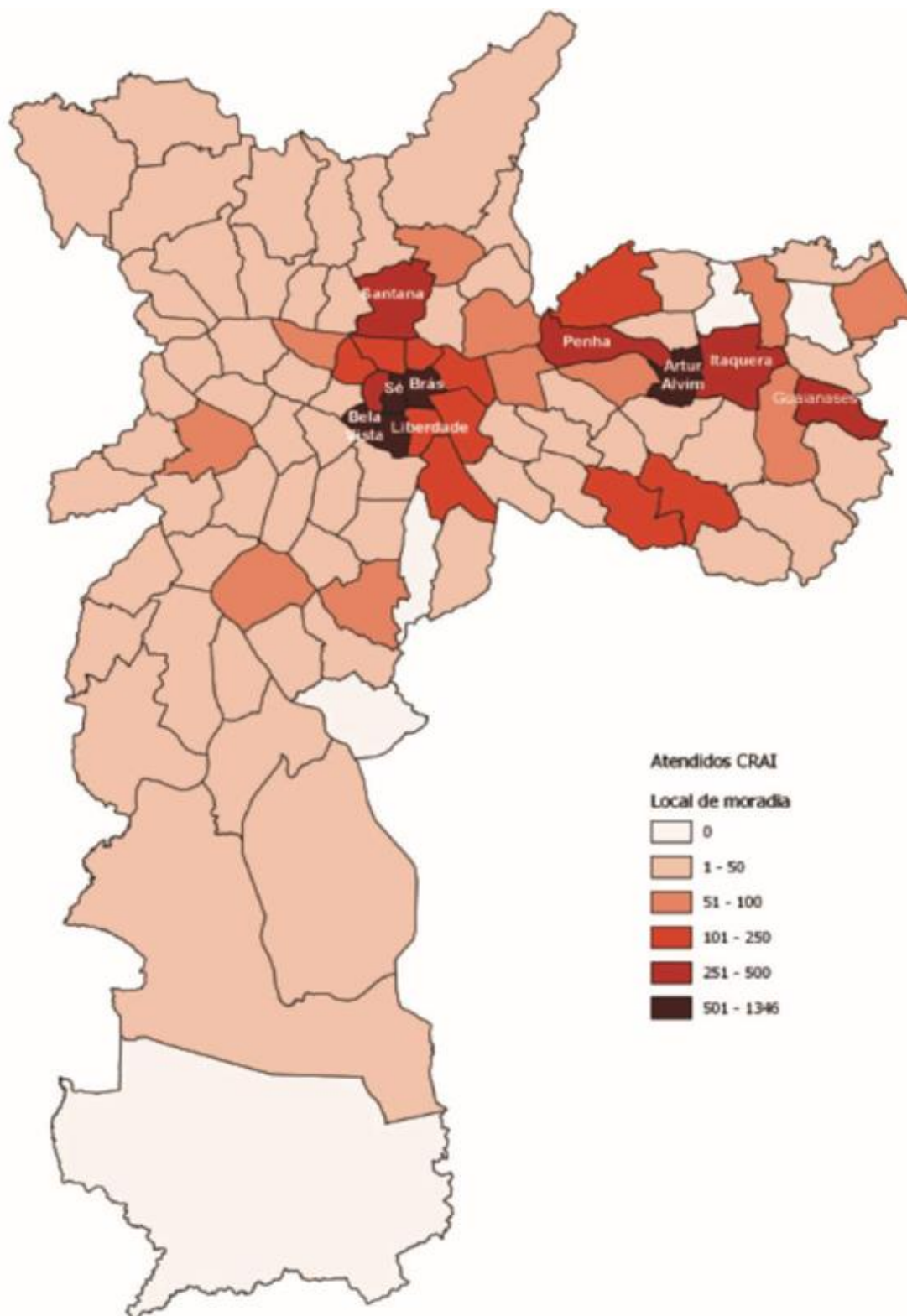
Não dá pra dizer que não houve em alguns aspectos um olhar pra essas ações, mas, no conjunto total delas - são uma, duas, três, quatro, cinco, seis -, pouco, ou quase nada - volto a fazer esse recorte temporal da minha fala né - pouco ou quase nada se avançou. [...] É tudo muito tímido, de uma maneira pouco incisiva, de uma maneira quase que se esquivando de fato de cumprir o que tá no decreto e de cumprir o que tá no, tanto nesse decreto de 2020, quanto no decreto de 2016. [...] São Paulo tá muito atrasada do ponto de vista da execução, do ponto de vista da ação no atendimento à população imigrante. Tá muito atrasada, eu volto a dizer. A gente tem uma legislação ousada, que se de fato ela fosse executada, não teria tantos problemas habitacionais como tem em São Paulo, mas entre fazer a legislação sair do papel e a vontade - aquilo que eu tava falando - política dos Gabinetes e a atuação de quem tá lá na ponta para fazer valer o direito das populações atendidas, das pessoas atendidas, esse caminho é tortuoso e São Paulo tá deixando muito a desejar. (Trecho entrevista Maria, SEHAB, abril de 2024).

No que se refere ao papel exercido pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) junto às(os) moradoras(es) imigrantes em ocupações, verifica-se que sua atuação ainda é muito incipiente, considerando o estabelecido no art. 22 do decreto municipal nº 57.533/2016. Em relação às ocupações, a SEHAB cumpre, em certa medida, o dever de fiscalização das condições de habitabilidade dessas residências, assim como o cadastro das(os) imigrantes moradoras(es). As políticas habitacionais, em cenários limitados, não impedem necessariamente o acesso de imigrantes ao pleito pela moradia, mas há diversas questões de adaptação que devem ser levadas em consideração, desde a documentação exigida, até a perspectiva de tempo de permanência na cidade para cada família. Esses obstáculos fazem com que, de certa forma, essa população não esteja “nem dentro, nem fora” das políticas habitacionais.

Para entender melhor as dinâmicas das populações imigrantes na cidade de São Paulo, destacamos os três mapas a seguir.

O mapa 6 nos mostra os distritos de moradia das pessoas em situação de imigração atendidas pelo CRAI em 5 anos de atendimento (2014-2019), principalmente concentrados nos distritos Sé, Bela Vista, Liberdade e Brás da região central, mas também no distrito de Artur Alvim, na zona leste da cidade, e de forma relevante também no centro expandido da cidade e nos distritos de Santana, na zona norte, Penha, Itaquera e Guaianazes na zona leste. Já nos distritos de Cursino, Pedreira e Marsilac, a presença de populações imigrantes é nula.

Mapa 6- Atendidos pelo CRAI, segundo distrito de moradia



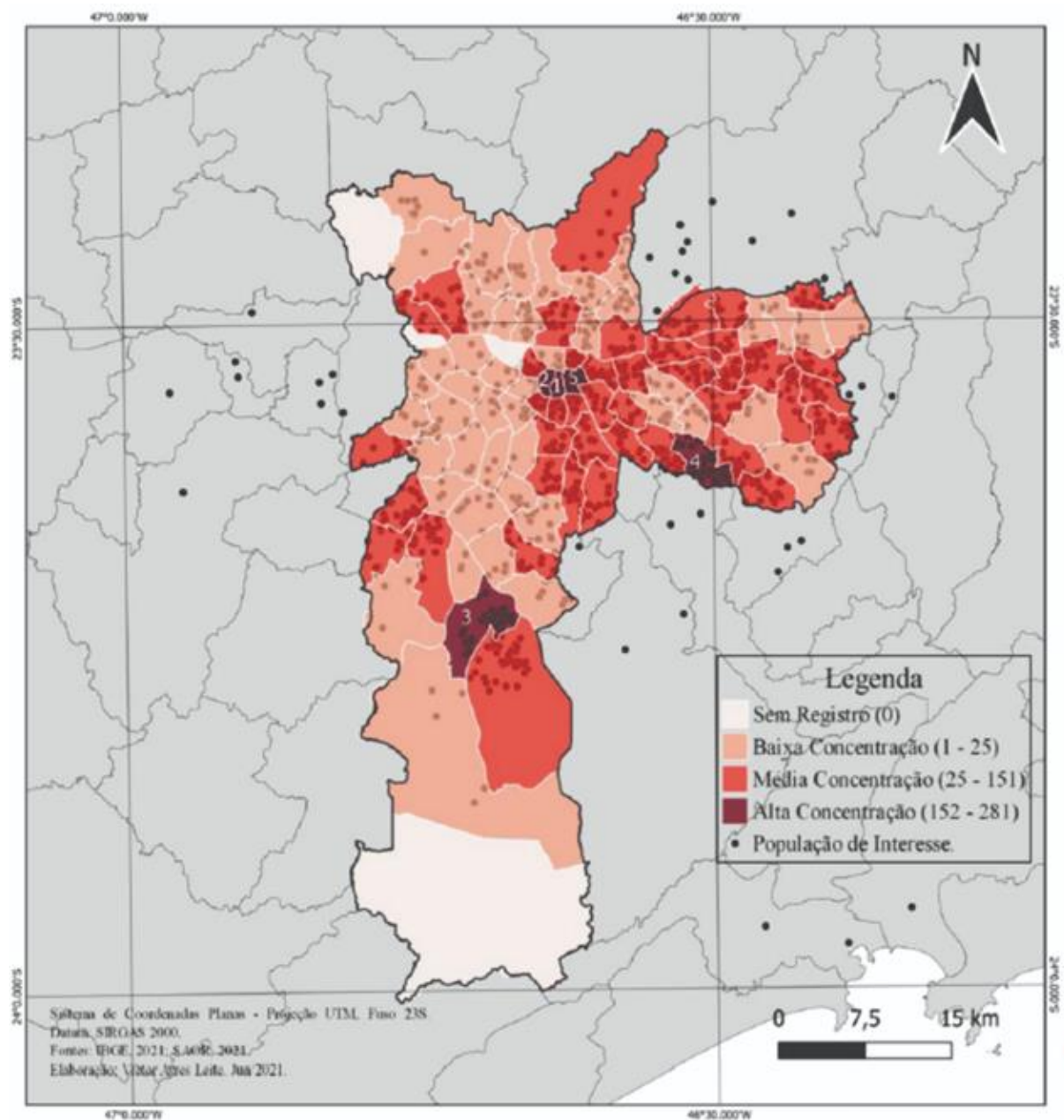
Fonte: Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (2019)

Segundo o Informe Urbano de atendimento do CRAI, elaborado pela Prefeitura de São Paulo (São Paulo, 2019), o serviço realizou 11.834 atendimentos de inúmeras nacionalidades e levantam-se hipóteses com relação ao local de moradia:

1) proximidade com os Centros de Acolhida de Imigrantes, majoritariamente localizados nas regiões centro e leste e que indica os vínculos sociais já estabelecidos, 2) acesso a eixos de transporte de massa (com destaque para o Metrô) e 3) a presença de aluguéis mais baratos e informais na zona leste. Ainda traçando hipóteses, a alta concentração da subprefeitura da Sé pode denotar maior facilidade de acesso a serviços públicos e estratégias de procura de emprego. Por outro lado, dado que o aluguel nessa região central é maior, possivelmente tais imigrantes moram de forma precária, especialmente em cortiços e ocupações (São Paulo, 2019, p. 9).

O Mapa 7 abaixo nos possibilita analisar os distritos paulistas de residências das pessoas em situação de refúgio atendidas no ano de 2020 pelo Serviço de Acolhida e Orientação a Refugiados da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (SAOR/CASP).

Mapa 7- Distritos paulistas de residência dos beneficiários atendidos em 2020 pela Cáritas Arquidiocesana de São Paulo



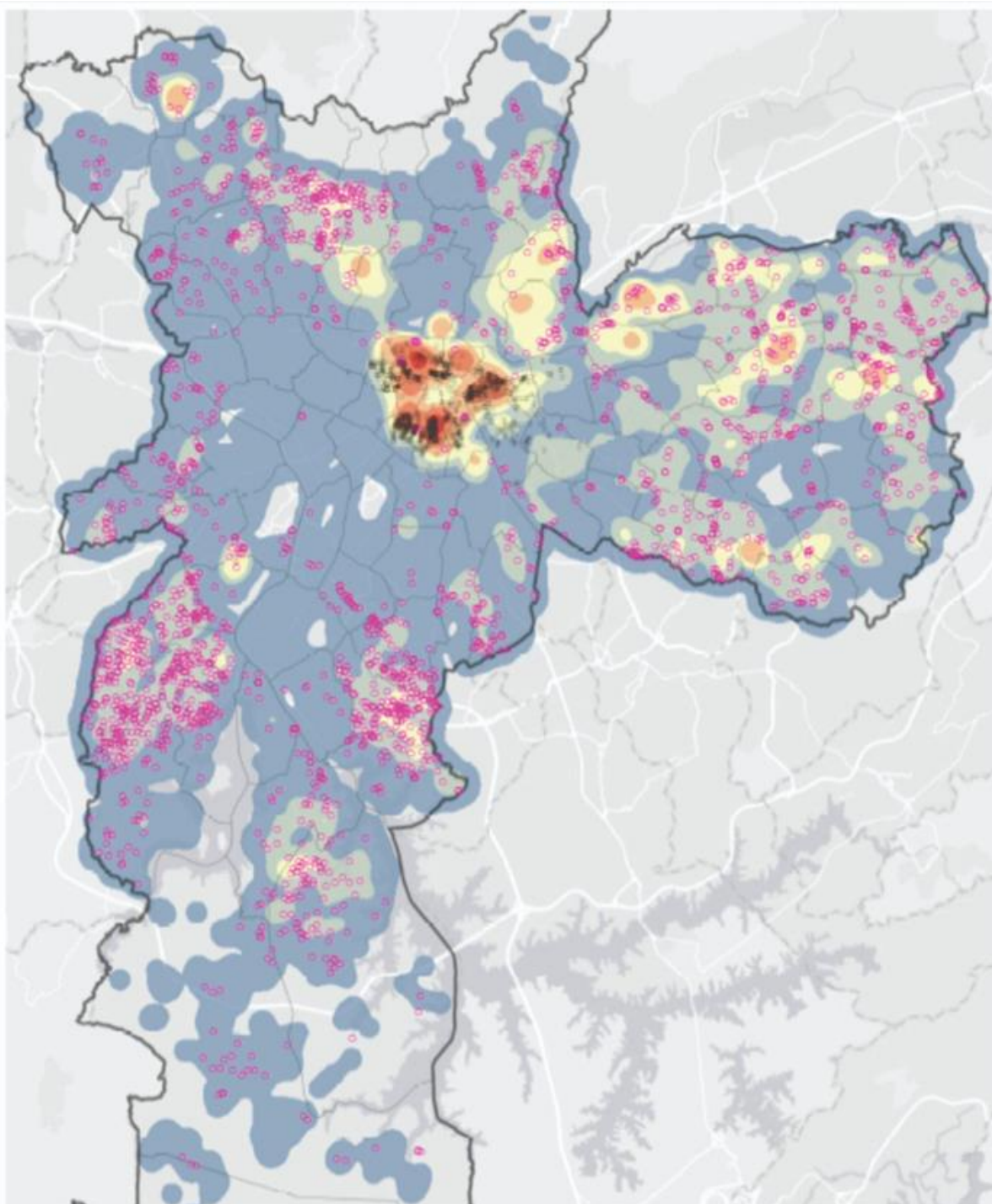
Fonte: Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (2020)

Para melhor leitura é importante destacar três pontos: 1) no ano de 2020 enfrentamos a pandemia da Covid-19, que escancarou camadas de desproteção das populações mais vulneráveis e o SAOR realizou atendimentos remotos a partir do mês de abril; 2) o SAOR possui critério de atendimento específico para pessoas em situação de refúgio ou solicitantes da condição de refugiadas e muitas dessas

comunidades referenciam-se focalmente no atendimento da Cáritas e já nem tanto no atendimento do CRAI; 3) a partir do ano de 2018, e a cada ano de forma mais intensificada, o Governo Federal em parceria com as agências das Nações Unidas (OIM e ACNUR/ONU) realizou processos de interiorização de pessoas venezuelanas vindas de Boa Vista/RR para diversos municípios em todo o país e, partir desses fluxos, é possível notar comunidades imigrantes estabelecendo-se em novos territórios, ao redor das organizações que acolheram esse processo, como é o caso das regiões de São Mateus, na zona leste, e Interlagos, na zona sul.

Nota-se mais uma vez forte concentração de moradia na região central da cidade, mas em contraposição ao mapa do ano anterior (Mapa 6), os distritos das margens da cidade ganham destaque para alta concentração de população imigrante e refugiada, nos extremos das zonas leste e sul, Sapopemba e Cidade Dutra, respectivamente. Os distritos que não apresentam registros de população imigrante são, mais uma vez, Marsilac, mas também Anhanguera, Jaguará e Barra Funda. Relacionando os dois mapas, nota-se a presença de populações imigrantes em 90 dos 91 dos distritos da capital paulista.

O Mapa 8 abaixo trata-se de um mapa quente que georreferencia famílias cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico), no qual é possível notar semelhanças com os georreferenciamentos encontrados nos mapas 6 e 7 de concentração na região central, mas com maior pulverização para os extremos das zonas leste, norte e sul.

Mapa 8- Famílias imigrantes inscritas no Cadastro Único/ Município de São Paulo

Fonte: Prefeitura de São Paulo (2021)

Para maior riqueza analítica, relacionaremos o georreferenciamento apresentado nos três mapas, que nos mostram que as populações imigrantes estão presentes quase na totalidade do território do município de São Paulo.

O Informe Urbano de Imigrantes no Cadastro Único: perfil dos cadastrados e dos beneficiários, produzido pela Prefeitura de São Paulo no ano de 2021 (São Paulo, 2021), mostra que, do número absoluto de cadastros (3.345.467), temos o baixo percentual de 1,3% de população imigrante cadastrada, mas a taxa é relevante em números absolutos, referindo-se a 42.212 pessoas.

Nota-se que apenas 12% da população imigrante registrada em São Paulo está inserida no CadÚnico, o que gera hipóteses sobre as possíveis desproteções às quais essas pessoas estão suscetíveis e expostas, que vão desde a vulnerabilidade civil à vulnerabilidade territorial, do não acesso à informação para obtenção de documentos regularizados ao não acesso à informação sobre o baixo nível de exigência documental do CadÚnico, do não acesso territorial ao vínculo com os serviços ofertados no CRAS ao não acesso territorial com a impossibilidade de deslocar-se até uma equipe do CRAS.

Os mapas 6, 7 e 8 possibilitam, portanto, analisar os deslocamentos das populações imigrantes na cidade de São Paulo e formular indagações e hipóteses a respeito das mediações da integração e do acesso habitacional: como tem sido o processo de novas territorializações de imigrantes deslocando-se das áreas centrais da capital paulista para as margens da cidade? (SANTOS, 1994) Esse processo tem sido acompanhado de possibilidades de referenciamento aos serviços públicos, acesso à educação em língua portuguesa, trabalho, transporte e outros serviços? Quais novos desafios estão surgindo para as metrópoles?

A cidade de São Paulo, dentro dessa perspectiva que eu trouxe, de recebimento de pessoas de todos os cantos do mundo, tem se configurado também como um espaço de receber, de possibilitar a permanência da população imigrante, e aí acho que uma coisa interessante que eu fui identificando, que a gente já tem bairros na cidade de São Paulo se configurando também como espaços de referência pra população imigrante. Então a gente tem na zona leste, muito embora a gente não acompanhasse, porque era um terreno - ah, eu esqueci de falar também, nesse espaço em que eu trabalhei, a gente fazia o acompanhamento, a equipe né, a equipe era dividida e fazia o acompanhamento de ocupações em terrenos também -, então a gente tinha na zona leste, em Guaianazes, Lajeado, uma comunidade de... tem de haitianos, tem de nigerianos. E aí se eu vou pra região do Brás por exemplo, a gente tem o acompanhamento de famílias que estão em prédios ocupados ali naquela região, então tá no entorno Brás, Pari, Mooca, Belém, então aí já é possível identificar predominantemente bolivianos, mas enfim, pessoas da América Latina, então, bolivianos, paraguaios, paraguaias também. Aqui na região central como eu tava falando, tem oriundos de vários países da África, do Haiti, também da América Latina, acho que sendo predominante também a

presença de pessoas bolivianas. A gente tem uma ocupação aqui na região central, eu acho, que destoa dessas outras ocupações acompanhadas por esse departamento, que é uma ocupação de artistas, então, é uma referência em São Paulo, todas essas outras que eu citei também, se as pessoas estão vindo pro Brasil, e vindo pra São Paulo. Tem uma na Mooca, que era uma antiga fábrica, que é enorme, é imensa, e lá tá muito dividido, a parte dos brasileiros e a parte dos estrangeiros. E dentro dessa parte dos estrangeiros, a gente conseguiu identificar uma área para as famílias bolivianas, majoritariamente, paraguaias, uma área para as famílias haitianas, é, acho que nigerianas também, tem outras etnias que agora eu não vou conseguir me lembrar e a parte que era das famílias brasileiras. E eu acho que isso vem mudando a configuração das próprias ocupações e da cidade de São Paulo se tornando, sempre foi né, mas acho que muito mais fortemente nesses últimos [...] Tem uma ocupação na Conselheiro Carrão de migrantes... tem de palestinos, sírios, na verdade ali especificamente eu acho que tem duas ocupações, então, vai se tornando esse ponto de referência, um ponto de acolhimento e um ponto de segurança. E não necessariamente segurança jurídica, porque eu falei que são todas ocupações com risco de reintegração de posse, mas se for falar por exemplo dos países em contexto de guerra, que as famílias conseguiram fugir ou conseguiram migrar pro Brasil, seja como passagem ou como eu falei, para permanecer no Brasil ou permanecer em São Paulo, acho que vai se configurando como esses espaços de referência e esses espaços de uma certa maneira, de uma certa forma, de preservação dos vínculos com seu país de origem, dentro do possível, dentro dos limites, porque você tá fora da sua cidade, você tá fora do seu país, é uma outra língua, é uma outra cultura, é uma outra dinâmica de convivência com a cidade, e aí acho que essa dinâmica de convivência com a cidade passa pela moradia, mas passa pela educação, passa pelo trabalho. Passa pelo trabalho né, os postos mais precarizados de emprego e de possibilidade de trabalho também vêm sendo assumidos pelas populações migrantes aqui em São Paulo... Pra nós que estamos trabalhando cotidianamente com a população, a gente vai conseguindo identificar uma transformação, não tão silenciosa, da cidade de São Paulo como um todo. (Trecho entrevista Maria, SEHAB, abril de 2024).

Se há seis ou dez anos atrás havia uma grande concentração das populações imigrantes na região central da capital paulista, este não é mais o cenário atual. Nota-se a massiva presença das populações imigrantes nos diversos arranjos habitacionais e em diversas regiões da cidade, o que revela que a desproteção urbana é vivenciada por imigrantes de forma tenaz, e que não há um espaço geocentrado na cidade que concentre essas populações, mas pelo contrário, as/os imigrantes estão espalhadas/os pela cidade, nas periferias, nas ocupações precárias em terrenos, nos prédios do centro, mostrando pela realidade vivida a necessidade de morar, sendo um dos primeiros direitos necessários a integração à cidade e aos direitos.

A segregação urbana perpetuada apresenta modos de exclusão materializados na periferia geográfica das grandes cidades, geralmente em áreas de

risco²⁵, por meio de baixa oferta de trabalho e moradia de qualidade, transporte público de difícil acesso que impossibilita o deslocamento confortável e que consome muito tempo do dia para chegar aos principais polos de trabalho, baixa ou inexistente infraestrutura de serviços básicos como esgoto, água e luz etc. (PAVIANI, 1994). Tais condições subjugam a vida das(os) sujeitas(os) à precariedade de acesso aos direitos urbanos, econômicos, sociais e civis o que para pessoas em situação de imigração se exacerba, impossibilitando a integração à cidade. Contudo, as ocupações e as favelas localizadas nas fronteiras urbanas, nas franjas da cidade e nos interstícios urbanos mais precários das áreas de risco ambiental apresentam-se como alternativa habitacional para aquelas(es) que persistem em reconstruir seu lugar no mundo (KOWARICK, 2009).

²⁵ De acordo com a Defesa Civil, áreas de risco são regiões muito expostas a desastres, tais como desabamentos e inundações.

3 - MEDIAÇÕES E POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO DAS POPULAÇÕES IMIGRANTES NO ABISMO DA CIDADE

“As andanças que fiz por diferentes culturas e lugares do mundo me permitiram avaliar as garantias dadas ao integrar esse clube da humanidade. E fiquei pensando: ‘Por que insistimos tanto e durante tanto tempo em participar desse clube, que na maioria das vezes só limita a nossa capacidade de invenção, criação, existência e liberdade?’. Será que não estamos sempre atualizando a nossa velha disposição para a servidão voluntária? [...] Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser?”

Ailton Krenak

O direito à moradia digna se desconecta com muita facilidade do direito à vida e aos valores básicos dos direitos humanos e se trata mais como aspiração de política socioeconômica do que como direito fundamental que exige respostas eficazes baseadas nos direitos e no acesso à justiça. O direito à moradia digna é a porta de entrada para o exercício de todos os demais direitos humanos, pois o chão e as condições em que se habita resultam nas possibilidades de acesso, ou de um não acesso, e de formas de se relacionar com um território que oferte saúde, educação, trabalho, lazer, transporte e cultura. Entretanto, estes direitos têm sido tratados como objetos de consumo, conforme vemos em Rolnik (2019):

A crença de que os mercados podem regular a alocação de terra urbana e da moradia como forma mais racional de distribuição de recursos, combinada com produtos financeiros experimentais e ‘criativos’ vinculados ao financiamento do espaço construído, levou as políticas públicas a abandonar os conceitos de moradia como um bem social e de cidade como um artefato público. As políticas habitacionais e urbanas renunciaram ao papel de distribuição de riqueza, bem comum que a sociedade concorda em dividir ou prover para aqueles com menos recursos, para se transformarem em mecanismo de extração de renda, ganho financeiro e acumulação de riqueza. Esse processo resultou da despossessão massiva de territórios, na criação de pobres urbanos ‘sem lugar’, em novos processos de subjetivação estruturados pela lógica do endividamento, além

de ter ampliado significativamente a segregação das cidades. (Rolnik, 2019, p. 14-15)

A possibilidade de tornar esta dissertação instrumento para luta coletiva na construção de políticas sociais adequadas para as populações imigrantes sem dúvida se aproxima dos resultados encontrados na investigação e na análise sobre como a Política Municipal para Imigrantes de São Paulo tem promovido possibilidades de integração para as populações imigrantes que buscam recomeçar suas vidas. Foram feitos esforços para coleta e exploração de dados a partir do enriquecimento do conhecimento construído coletivamente por meio da participação e do espaço legítimo das falas de pessoas imigrantes nos momentos de trocas e partilhas de informações. Trata-se de cidadãs(os) usuárias(os) de políticas públicas, trabalhadoras(es) e sujeitas(os) portadoras(es) de direitos.

A cidade de São Paulo e as políticas públicas nela construídas e executadas, com toda sua riqueza material e cultural, apresentam-se também como corpo social político protagonistas desta pesquisa, que relacionam-se de forma dialética com o processo histórico de como as populações imigrantes disputam, experienciam e se apropriam dos territórios nela existentes.

A partir das trajetórias das populações imigrantes é possível cartografar as mediações e possibilidades para ocupação do espaço urbano, construindo representações coletivas das formas de acesso à cidade, que, apesar de apresentarem características históricas, culturais e sociais heterogêneas, são componentes de um mesmo universo. Por meio do mapeamento coletivo, através das técnicas de cartografia, é possível articular leituras de resistências das práticas cotidianas de sobrevivência na cidade, formas de ocupações do território, itinerários, acesso à serviços básicos, e também o significado das vivências e práticas do lugares, que revelam construções afetivas, formas de se relacionar em comunidade ou mal-estar e violências, bem como redes de ação que enfrentam hierarquias sociais e geram processos coletivos de solidariedade (Ribeiro, 1986).

As populações imigrantes não devem ser vistas apenas como indivíduos, mas como integrantes das estruturas sociais que afetam as possibilidades de mobilidade espaciais e socioeconômicas. As decisões de deslocamento não são resultado de escolhas de pessoas isoladas, mas de unidades maiores que as

permeiam e não agem desconectadas de relações e redes sociais. Familiares e amigas(os) de redes em comum desempenham um papel importante no apoio ao processo migratório e no estabelecimento de novas comunidades nas cidades receptoras, para além da decorrência de crises econômicas. As redes migratórias constituem laços sociais que conectam migrantes e não migrantes em uma teia de papéis sociais complementares de expectativas mútuas nas comunidades de origem e nos locais de destino (Massey, 1990).

Se bem é verdade que a razão essencial da migração consiste na busca por novas oportunidades laborais, diferente da(o) trabalhadora nativa(o), a presença do imigrante conecta todos os pontos de sua existência e de imediato exige a necessidade de uma residência ou abrigo, para ou pelo trabalho (Sayad, 1998). A possibilidade de obter terra e trabalho é uma constante atração para imigrantes. Terra e trabalho são debates fundamentais de análise central para entendimento da conjuntura de toda a América Latina, onde o endeusamento do agronegócio e do atual padrão produtivo produz uma massa crescente de trabalhadoras(es) sobrantes esmagadas(os). Nesta trama, a segregação econômica e racial atua para dizer quais vidas serão preservadas e quais não.

Ao se deslocar e buscar essa nova residência e sustentar ou reconstruir suas redes sociais, as populações imigrantes deparam-se com os desafios de habitar em um novo lugar. Nesse sentido Santos (2006) complementa:

Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação.

No lugar novo, o passado não está; é mister encarar o futuro: perplexidade primeiro, mas, em seguida, necessidade de orientação. Para os migrantes, a memória é inútil.

Trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências criado em função de outro meio, e que de pouco lhes serve para a luta cotidiana. Precisam criar uma terceira via de entendimento da cidade. Suas experiências vividas ficaram para trás e nova residência obriga a novas experiências. Trata-se de um embate entre o tempo da ação e o tempo da memória. Obrigados a esquecer, seu discurso é menos contaminado pelo passado e pela rotina. Cabe-lhes o privilégio de não utilizar de maneira

pragmática e passiva o prático-inerte (vindo de outros lugares) de que são portadores. (SANTOS, Milton, 2006, p. 81)

Segundo o IBGE (2022), São Paulo possui 600 mil imóveis vazios. Acessar habitação de qualidade na cidade não diz respeito apenas às condições de uma casa, mas às condições de infraestrutura urbana e a oferta de acesso a serviços e políticas sociais que o bairro onde moram possa ofertar. As lógicas de promoção do mercado habitacional e a especulação imobiliária²⁶ engrossam as desigualdades territoriais e o déficit habitacional²⁷ em cidades como São Paulo (Rolnik, 2019).

As lutas sociais em torno do direito à cidade pautam processos redistributivos que não alcançam se alinhar aos processos de produção da cidade, que geram mais casas sem gente do que gente sem casa. Ao tentar acessar moradia, imigrantes se deparam com falta de informação, altos custos de aluguel e processos burocráticos, além de outras dificuldades já abordadas neste trabalho e, embora tendo enfrentado diversos processos de expulsão desde seus países de origem, encaram em São Paulo outros processos que também as(os) expulsam das possibilidades de acesso à cidade. Este ciclo de desproteção urbana leva uma grande parcela das populações que a ocupam a habitar áreas de riscos sociais, residenciais e ambientais em péssimas condições de vida.

A pesquisa aqui apresentada não se esgota, nem se finda. Seus resultados estão em constante movimento e as descobertas registradas podem ser

26 A especulação imobiliária tem como base o direito à moradia e à terra como mercadoria bem como à propriedade privada. Muito rentável no contexto de economia de mercado, sendo base de apoio do capital especulativo, utiliza-se do solo urbano como reserva de valor realizando um processo próximo de um tipo de "estocagem de lotes e glebas à espera de valorização, fazendo com que o tecido urbano seja permeado por imensos vazios e por uma expansão horizontal desnecessária" (MONETEIRO; VERAS, p. 7, 2017), provocando também um aumento no preço de terreno e área construída, aumentando o valor do imóvel e de seu aluguel, causando também a segregação do espaço urbano e uma certa exclusão social.

27 O conceito de déficit habitacional pressupõe o direito à habitação e moradia digna, declarados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e na Constituição Federal de 1988. Sendo hoje referendado pela Fundação João Pinheiro (FJP), o déficit habitacional é analisado a partir dos indicadores de falta de habitação e/ou inadequação domiciliar. "Déficit e inadequação habitacionais podem ser entendidos como a "falta de moradias e/ou a carência de algum tipo de item que a habitação deveria estar minimamente fornecendo" e que, por algum motivo, não fornece." (FJP, 2021). Rolnik (2012) e a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), indicam que a falta de habitação disponível no Brasil não é o seu maior problema habitacional, e que o mesmo não pode ser resolvido com a financeirização da política habitacional na construção de imóveis. A questão principal, trata-se da falta de uma política urbana de reorganização das cidades e ocupação dos imóveis já existentes.

transformadas. Desvelá-los requer criatividade e curiosidade, capacidade de modificação, além sucessivas aproximações que desabrocham para novos percursos inimagináveis, amadurecidos pela práxis cotidiana e jamais distante da experiência coletiva que dá luz ao protagonismo da capacidade construtiva das(os) sujeitas(os) nela envolvidas(os).

3.1 O lugar da “Vila dos Haitianos” no direito à cidade de São Paulo

Antes de buscar o local, o horário, a aceitação e o interesse das(os) sujeitas(os) participantes desta pesquisa, foi necessária aproximação e reconhecimento do território. A comunidade conhecida em seu entorno como “Vila dos Haitianos”, começou a ser ocupada no ano de 2018, por um primeiro haitiano que buscou refúgio²⁸ nas terras da Fazenda Itahyê da SABESP, ocupadas há cerca de vinte anos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Em entrevista, Denzel, um dos coordenadores do movimento em São Paulo, nos conta como se deu esse processo de “sobreocupação”:

Bom, na verdade, tudo começa com um haitiano, que ele chega por volta de, sei lá, 2015, 2014 mais ou menos, pedindo refúgio. Ele se dizia refugiado do Haiti por conta de toda aquela situação que acontecia... Parece que era de uma congregação evangélica que tem uma representação ali na comunidade e, foi acolhido, foi acolhido pelas lideranças da comunidade. Ele ficou um período no espaço que era nossa secretaria do acampamento e bom, enfim, ficou um período por lá, é, com essa condição de que seria provisório, até ele conseguir trabalho. Algum tempo depois ele foi morar numa área de preservação permanente, que não é uma área destinada à moradia, mas onde já estavam algumas pessoas, de forma irregular, e, bom, a partir dali, ele se estabeleceu ali, sem o nosso consentimento, infelizmente, e ali ele começa então a trazer

28 O refúgio neste contexto não se refere ao status legal de reconhecimento da pessoa imigrante, mas à busca por um local para morar.

outras pessoas, para morar lá e assim vai se formando a comunidade de haitianos no território. [...]

Ele começa a trazer essa população haitiana pra lá, tem um momento em que acontece, por volta de 2020, começa um princípio de diálogo, com a gente, no sentido da gente ajudar eles a buscar alternativas e também de um alerta em relação à estrutura da moradia deles, que tava muito precária, e a gente inclusive colocando o risco, que eles estavam correndo, [risco] de deslizamento e tal. Mas, e aí; inclusive nesse episódio tem uma certa divisão dentro do grupo deles, uma parte tem interesse de continuar dialogando com a gente; agora, esse, essa figura que inicia o processo, vai no sentido contrário e começa a expandir a comunidade haitiana de maneiras que muitas vezes acaba causando muita tensão dentro do território. É... Então acaba se consolidando, de certa forma, lá hoje a gente deve ter sei lá, mais de 30 famílias, muito mais que isso, é... Mas é isso, essa expansão, ela vem acompanhada de uma tensão grande, dentro do território, e esse grupo que tava com mais abertura para dialogar com a gente também acaba ficando minoritário, então, acaba que se consolida a comunidade dentro de um litígio com o restante do acampamento. (Trecho entrevista Denzel, MST, abril de 2024).

O MST ocupa a área abrigando cerca de trinta e cinco famílias de agricultoras(es) visando atender a demanda por terra dos movimentos sociais, ou seja, a estratégia de recuperação e manejo da área de 115,682 hectares, área que destinava-se pelo governo do Estado para ser um aterro sanitário, é parte da luta pela reforma agrária no país e a permanência das famílias visa a preservação das nascentes, recomposição florestal e produção de alimento sem veneno. Já tendo completado 22 anos de ocupação, o movimento enfrenta processo de reintegração de posse desde setembro de 2023, processo que se agrava atualmente devido à privatização da SABESP. Denzel dá mais detalhes:

O Irmã Alberta tem uma trajetória muito diferenciada, porque é uma ocupação rural, uma proposta rural, na cidade mais industrializada do Brasil [...] mas a falta da presença do Estado enquanto promotor da reforma agrária foi também consolidando um ruro-urbano [...] E aí, esse processo de despejo, que aconteceu ano passado, por um lado é ruim, óbvio, um despejo é sempre ruim, gerou muita tensão, muita insegurança, pessoas doentes, nervosas e tal, mas também tirou de uma certa amorosidade, uma certa apatia, um certo conformismo, então, vários órgãos começaram a se

mexer para tentar fazer virar a reforma agrária naquele lugar. Até porque, assim, tem uma questão muito objetiva da propriedade da terra. Nós estamos falando de uma área de 100 hectares à beira da Anhanguera, que pertence à uma empresa que tá para ser privatizada [Sabesp], então, não é nem questão de fazer terrorismo, mas é você somar, ligar os pontos. Inevitavelmente, essa área vai ser alvo de interesse por parte dessa empresa ou de quem comprar se ela for mesmo privatizada. Então a nossa avaliação é que nós estamos num momento, numa encruzilhada histórica, ou a gente avança para o projeto de reforma agrária, ou de rufo-urbano, de, enfim, de regularização de alguma forma, ou a tendência é, em breve, a gente perder e... Porque assim, o Estado e os interesses econômicos, vão buscando formas de ultrapassar barreiras, então, mesmo essa coisa dos haitianos, com todas as vulnerabilidades sociais que existem ali, mas, se precisar buscar formas de tirar o povo de lá, eles vão tirar, pra satisfazer os interesses econômicos de quem comprar a SABESP, ou a área mesmo. (Trecho entrevista Denzel, MST, abril de 2024).

Figura 29- Empresa Minalba, pertencente à Nestlé, envasadora de água mineral localizada na saída da rodovia Anhanguera, Chácara Maria Trindade, antes do acesso à Comuna da Terra Irmã Alberta



Fonte: Acervo da pesquisadora (dez/ 2023)

A ocupação do MST no território não só dá à área função social no sentido da preservação ambiental e do cultivo e produção de alimentos, mas possibilita acessos e cuidados à população que ali reside em relação à saúde, educação, trabalho e cultura, o que se estende para além das famílias agricultoras que fazem parte do movimento. Na ausência do Estado, os recursos do movimento possibilitam uma vida mais digna para quem reside na Chácara Maria Trindade, apesar de que a não regularização do assentamento faz com que as(os) agricultoras(es) tenham que buscar fontes de trabalho e recursos externos para desenvolver sua produção de

alimentos. Um exemplo disso é que, desde o ano de 2020, a partir de acordo com o MST para uso do imóvel que faz parte da área social da comuna, a equipe de Estratégia de Saúde da Família consegue atender semanalmente às(aos) moradoras(es) do território, proporcionando atendimento médico e de enfermagem, além do cuidados das(os) agentes de saúde, de forma a romper a distância que deve ser enfrentada até a UBS. Denzel também conta sobre o processo histórico de acesso ao território:

Quando o acampamento começou, durante muitos anos, as nossas crianças estudavam em Santana de Parnaíba ou Cajamar. E, inclusive, tinha um processo de preconceito com as crianças sem terra que tinha lá, tem umas histórias bem pesadas nesse sentido, do começo do acampamento. [...] A UBS começa a atender ali no ano da pandemia, em 2020. Nós estamos ali desde 2002, então foram 18 anos em que as pessoas tinham que falsificar uma declaração de residência para poder passar em Santana de Parnaíba ou Cajamar, ou pegar o intermunicipal, que custa, sei lá, R\$8,00, pra ir na UBS da Anhanguera. É, e a escola a mesma coisa. As crianças conseguiam declaração, os pais lá, de Santana de Parnaíba ou de Cajamar - que o povo vai se virando também - para poder matricular as crianças, porque não tinha, não tinha escola, a escola municipal mais perto acho que é no Morro Doce. Depois, muitos anos depois, sei lá, 2016, aí que começou a ter uma perua, uma van, que levava as crianças para escola do Morro Doce, mas porque, muito mais demanda da comunidade do lado ali do que nossa. Pra nós ali, nunca serviram, muito pelo contrário, uma coisa de "oh, deixa eles lá, quem sabe assim eles desistem e vão embora". [...] Se tivesse sido feito o assentamento ali, essas áreas todas que foram tomadas, elas estariam sob a guarda, vamos dizer, a proteção do Estado. Nós tivemos que defender essas áreas com, até com a vida né, muitas vezes, situações perigosas, ameaças e tudo mais, para tentar defender um projeto de preservação ambiental, de produção de alimentos, e o Estado totalmente ausente nisso, a gente meio que se virando ali. Então todos os problemas que aconteceram e que por ventura ainda venham a se desdobrar lá, é totalmente culpado a ausência do Estado. [...] não passa polícia, ninguém, tá, sei lá, "oh, ali, a terra plana termina ali, depois só o abismo", porque não tem nada, então é isso, ausência total do Estado ou quase total, agora temos a UBS lá. (Trecho entrevista Denzel, MST, abril de 2024).

Figura 30- Sala de espera improvisada para atendimento médico pela equipe de ESF na área social da Comuna da Terra Irmã Alberta



Fonte: Acervo da pesquisadora (abr/ 2024)

Diferentemente dos objetivos do MST, a ocupação das(os) haitianos(as) no território resulta da propagação de informações entre as redes sociais da comunidade somada à necessidade do morar onde seja possível manter uma casa dentro do orçamento acessado por aquelas(es) que encontram-se exercendo trabalhos informais, formais com baixos salários ou mesmo desempregadas(os). Nesta pesquisa houve a escolha de entrevistar Mackendy, liderança haitiana que se relaciona com a comunidade que mora na Vila dos Haitianos, mas que mora no distrito de Perus, próximo à estação de trem e se relaciona politicamente com diversas articulações que ocorrem na cidade no que diz respeito à oferta de serviços e atendimentos para as populações imigrantes, aluno do CIEJA Perus, e também houve a escolha por entrevistar uma mulher haitiana, Rebeca, que mora na Vila dos Haitianos, encontra-se desempregada e dedica-se ao trabalho do cuidado do lar e dos filhos, o que traz outras perspectivas sobre os acessos do território. Mackendy e Rebeca também contam como se deu a ocupação do território. Quando questionado sobre a motivação da ocupação e sobre os desafios da permanência, Mackendy comenta:

A resposta é a dificuldade né, que nós haitiano enfrenta pra pagar o aluguel né, e pra sobreviver dia-a-dia, aí, o que a gente recebe por mês não toma conta aqui pra gente viver e no mesmo tempo pra gente pagar aluguel. Aí assim que a gente procura, corre atrás, até que a gente chega lá, acabou de ocupar uma parte lá no terreno. Eu acho que foi indicado por conhecido que tava na mesma situação com nós, indica a gente pra lá, e no mesmo tempo a gente não perdeu tempo, ir pra lá e tentar recomeçar uma nova vida lá. Entendeu? É assim que a gente chega lá. Mas a grande dificuldade que a gente teve quando a gente foi lá e até agora, e quando chover a situação fica bem complexa. Quer dizer, muito difícil. É complicado. E também por várias coisa, ameaça, dia-a-dia, que não para né, também pra conseguir trazer o alimentação, o água, pra chegar o luz lá, porque, lá no terreno tem mulher grávida, tem criança pequena, tem todo mundo, tem pessoa de deficiente, tudo isso. [...] Ameaça de rancar e quebrar as barraca que nós ocupamos e também ameaça de até pedir pra colocar os fogo às vezes porque tem alguns deles que tá fazendo tipo preconceito com a gente lá. Quer dizer nós sai de outro país e vem ocupar os terreno dos outro aqui.

[...] O grande desafio é quando chover. E falta de água. E falta de estrutura, tudo. E energia, quer dizer, o luz regular né. E também como agora a gente tá enfrentando uma pandemia que é de dengue, como eu já falei tem mulher grávida, tem criança, tem muita gente que tá lá, que tá precisando, que tá passando por grandes dificuldades e a pandemia também não para de crescer no local porque ainda lá tem muito mato, que precisa de cuidar e que precisa de mexer no jeito normal né, que não vai atrapalhar e que não vai prejudicar o terreno.

[...] Quando chove lá não tem nenhuma segurança, porque não para de subir a lama e às vezes também tem muito pé de árvore que tá muito perto da casa que é um perigo muito grande. E eu acho que alguns deles quando tiver chovendo, que não para de fazer a oração pra as árvore não cair lá em cima dos barraco deles. Aí quando tiver que chover, todo mundo lá tá com medo, entendeu. Porque lá não tá muito seguro. Por que não tá muito seguro? Porque a infraestrutura lá não tá bem feita.(Trecho entrevista Mackendy, abril de 2024).

Sob outro ponto de vista, Rebeca também comenta a respeito de como se deu a ocupação e as razões pelas quais permanece no local:

A gente tava na casa de aluguel, a gente tava alugando casa, mas tem gente que... MST... Porque tem haitiano que tá morando lá em Cajamar, ele falou “tem organização que dá terra pra gente”, mas a gente vem e, um haitiano vem e ele traz outro haitiano aqui. É isso, a gente vem aqui, trazer outro, trazer outro. [...] é o Munick²⁹, ele é primeiro. Ele vem aqui, trabalhar na terra, mas tem um outro haitiano, ele já foi pra Estados Unidos, é ele que trazer muitos, não é Munick. Ele fala pra um amigo dele, tem um que mora lá embaixo, esse amigo falar com outro e falar, falar, falar e aí a gente vem aqui. [...]

É, eu gosto [de morar aqui] porque eu tenho minha família lá no Haiti, eu tenho que ajuda. Porque quando você paga aluguel, você não pode ajudar família. Eles precisam, minha mãe, eu tenho sobrinho, então eu tenho que mandar [...]. Vem morar aqui, eu não pago aluguel. Mas o dinheiro que eu não pago aluguel, eu manda pra ela lá no Haiti todo mês. Quando eu tava de aluguel, eu não posso, todo três mês, quatro mês, tem que guardar um pouquinho lá... Porque aqui é um pouquinho ruim, quando eu falo ruim... É, porque o dólar subindo muito, quando o dólar subi a gente não pode mandar muito dinheiro, porque você tem que ter quinhentos reais pra dar cem dólar americano, mas se você paga um aluguel você não pode mandar. Mas aqui a gente ajuda bastante a família porque eu não pago aluguel. (Trecho entrevista Rebeca, maio de 2024).

A partir das falas de Mackendy e Rebeca, é possível notar que, apesar que conhecerem a presença do MST no território, elas(es) não puderam aprofundar seus conhecimentos a respeito dos objetivos políticos do movimento e de como suas ocupações se articulam. Assim como inúmeras outras ocupações na cidade de São Paulo, seja em edifício ou em terreno, é possível notar imigrantes inseridas(os) nessas dinâmicas em razão da demanda prática de acessar um local para morar. Este cenário também foi apreendido pela Coordenação de Políticas para Imigrantes (CPMigTD):

E enquanto cenário, acho que tá um pouco limitado para entender a cidade como um todo, o que tá acontecendo, sei que tem muitas ocupações que estão na periferia, mas eu não saberia falar tão bem sobre, mas olhando

29 O nome da pessoa haitiana conhecida como o primeiro a mobilizar a ocupação também foi alterado por codinome para proteção da identidade.

mais pra cá para o centro, a gente vê um aumento de ocupações, embora não tenhamos dados, e a gente vê ocupações que são ocupadas e desocupadas muito rápido. Então, a diferença dos movimentos sociais para moradia que tem aqui no Brasil onde as ocupações são realizadas com um objetivo de garantir uma moradia digna no Brasil e tudo mais, a gente observa que a população imigrante se organiza de forma diferente em um movimento que poderíamos chamar de ocupações emergenciais. Você faz uma ocupação, mas na prática, funciona como se fosse um centro de acolhida, não tem pretensão de ganhar aquele prédio, senão que é pela emergência de não ficar na rua e ficar lá. [...]

Acho que agora tá sendo muito difícil inclusive a própria sociedade brasileira não olhar para a pauta de moradia migrante. Está sendo cada vez mais difícil os próprios movimentos sociais por moradia não olharem pra isso, tá sendo discutido, tá sendo colocado, tá tendo audiências [...] Não vai funcionar que os migrantes se adaptem ao que já existe aqui, nem a gente tentar colocar nos padrões, mas pensar em soluções novas, sintetizadas a partir das necessidades e particularidades de cada grupo, tanto no plano da sociedade, tanto por aqui dentro [da SMDHC]. (Trecho entrevista Maricarmen, CPMigTD, maio de 2024).

Denzel conta em entrevista que a primeira pessoa haitiana que buscou apoio do movimento para se instalar na comuna foi se descolando dos acordos relacionais e políticos feitos ali e que, apesar de esta mesma pessoa com o passar dos anos também não conseguir se estabelecer como liderança de referência apoiada pela própria comunidade haitiana por desenvolver atitudes que não eram acordo coletivo, essas primeiras ações desalinhadas geraram conflitos no território que até os dias de hoje atrasam possibilidades de apoio mútuo entre as famílias agricultoras do MST e as famílias haitianas. Nas palavras de Denzel:

Como todos os acordos que a gente tinha tentado construir não foram cumpridos por parte deles, então a gente também congelou um pouco essa relação, era uma coisa que gerava tensão com a nossa turma lá. Mas no ano passado por conta da ordem de despejo que a SABESP moveu e que tá movendo... acabou tendo um processo de reaproximação... então o coletivo, os haitianos, eles participaram de algumas assembleias que a gente organizou no território e até se arriscaram né, de certa forma,

participando de algumas manifestações que a gente fez, que fez o território - se arriscaram porque a gente sabe que estrangeiro é uma questão né, participar de manifestação pública.³⁰ Uma contrapartida nossa foi tentar direcionar a Defensoria Pública para cuidar especificamente do caso deles. [...]

A comunidade haitiana, ela foi se estabelecendo ali... De uma forma que assim, a gente até compreende de certa forma, que isso não é um caso isolado deles, que esses acordos que se constrói dentro do território para questão de acesso à energia, questão de acesso à água... que são acordos que nem sempre são os melhores para a própria comunidade, então acontece ali, vamos dizer assim, uma certa privatização desse acesso, a essas coisas, por parte de algumas lideranças deles. E aí a gente até entende que é um processo de uma certa exploração ali deles dentro da comunidade haitiana... E esse processo do despejo, da Defensoria e tudo, ajudou a ir criando outras referências também, referências que inclusive participaram de algumas assembleias nossas e foram dando um pouco alguns detalhes que a gente não tinha. Então por exemplo, uma coisa que eles colocaram muito lá, é que pra comunidade haitiana aquele espaço é um espaço transitório, que na verdade eles chegam, acaba sendo um espaço considerado seguro, que a galera chega ali, é acolhida num primeiro momento, pra buscar um outro lugar. Então a gente vê ali um pouco dessas nuances, se por um lado você tem gente que se estabeleceu ali e, num sentido de obter vantagens econômicas e tal, outros tão realmente porque não tem alternativa e estão na disposição de sair se for o caso. Então isso foi muito legal, do ponto de vista da gente conseguir entender um pouco mais. E nós estamos nesse pé atualmente. Existe esse grupo que a gente considera mais oficial. E existe um processo da Defensoria que tá tentando encontrar algum tipo de solução para eles. [...] Eles tão lá e, tão num clima de incerteza como a gente tá também, ninguém sabe exatamente o que vai acontecer, mas o que a gente sabe é que é uma situação que ninguém abraça assim, ninguém fala “não, eu vou resolver”, tá todo mundo meio que, os Órgãos, tudo, tá todo mundo meio fugindo né. (Trecho entrevista Denzel, MST, abril de 2024).

30 A lei federal 13.445/17 permite que pessoas refugiadas, migrantes e apátridas em território brasileiro se manifestem politicamente e sejam filiadas a movimentos sociais e sindicatos. No entanto, observa-se certo desconhecimento sobre esses direitos, sobretudo entre aquelas(es) que não se apropriaram das previsões da legislação migratória brasileira vigente.

A área que passou a ser ocupada pela comunidade haitiana já passou por alguns processos de remoção por parte da Defensoria Civil por estar, em partes, ocupando áreas de risco ambiental, que são Áreas de Preservação Permanente (APP). Ocupar essas áreas é um risco para as famílias que ali vivem e também para a preservação do solo e das águas. A comunidade, no entanto, nunca recebeu nenhum atendimento por parte da SEHAB com orientações a respeito, possibilidade de cadastro habitacional ou outras ofertas para a demanda habitacional. Denzel também fala a respeito do tema:

E a área que eles estão é isso, é uma área de, principalmente área, APP [Área de Preservação Permanente] que a gente chama, área de preservação permanente... Por que que é uma área de preservação permanente? Porque é por onde passa o rio e os veios d'água ali [...] Então, prejudica nesse sentido, porque quando a gente pensa uma área de reforma agrária, ela é tudo, é uma área de produção, mas é uma área de preservação, é uma área onde a gente procura dar um sentido total pra área, de funções. (Trecho entrevista Denzel, MST, abril de 2024).

Figura 31- Caminhão entrando em via principal de acesso à Comuna da Terra Irmã Alberta durante as primeiras obras de asfaltamento



Fonte: Acervo da pesquisadora - Maio de 2024

Mackendy e Rebeca também contam em entrevista, desde o ponto de vista da comunidade haitiana, sobre as relações no território. Nas palavras de Mackendy:

A relação do MST é, a maioria dos haitiano que mora lá, às vezes a dificuldade é de se comunicar, pra envolver no tudo que tá acontecendo, pra entender, e também pra trazer as ideias deles. A grande dificuldade foi isso. Mas como agora eu faço parte de lá, sou representante deles, aí qualquer coisa se precisar de disposição pra trabalhar e pra lutar e pra correr atrás junto com os mano do MST pra gente procurar a solução e procurar também as coisa que melhor pro povo que tá vivendo lá e que tá cuidando a terra. O desafio é só que às vezes quando um membro do MST tenta se aproximar alguns do nosso lá, a maioria achando que eles tá tentando, passando por cima. Eu acho que tudo isso foi por falta de comunicação. Mas eu acredito que não é intenção do membro do MST, como eu tô dizendo, como a maioria deles não fala e também entende um pouco, aí foi isso. Mas agora com a minha presença, nós tamo aberto pra receber e pra juntar com a população, com os membros do MST pra nós trabalhar junto e correr atrás junto e lutamo junto. (Trecho entrevista Mackendy, abril de 2024).

As diferenças contextuais entre as falas de Mackendy e de Rebeca também revelam as diferentes formas em que cada um conseguiu acessar a cidade de São Paulo, a começar pela possibilidade de frequentar curso de português, escola pública formal e por chegar a conhecer ou não os espaços de articulação política e de oferta de atendimento específica para as populações imigrantes que São Paulo oferece. Nas falas de Mackendy é possível perceber mais recursos para se expressar, seja pelo uso da língua portuguesa ou por demonstrar ciência de como existem os movimentos sociais e os equipamentos públicos. O mesmo não ocorre com a comunidade da “Vila dos Haitianos”. Em uma das primeiras incursões a campo, ao apresentar os objetivos da pesquisa a ser desenvolvida referenciando a práxis do trabalho com populações imigrantes em São Paulo, um dos homens haitianos presentes questionou “Você é da Polícia Federal?”, reação reveladora sobre que o único contato da comunidade com atendimento para imigrantes é o estritamente necessário quando da regularização documental, distante de conhecer todos os espaços e ações para e de populações imigrantes em São Paulo.

Rebeca conta em entrevista sobre a relação com MST e de sua participação em reuniões com o movimento:

Não, eu não vi [desafios] não, porque ele [MST] ajuda a gente muito. Porque se eles não avisa a gente, a SABESP, como se... eu não sei essa palavra certa, mas, a gente não, assim, ele avisa a gente, ele dá tudo [orientação], como você pode fazer, tudo, eles ajuda a gente muito. Antes quando tem reunião eles falam pra gente, mas quando tava meio bagunçado aqui, a Prefeitura [a Defesa Civil] tem que falar pra gente pra

sair, eles [MST] fazem reunião, eles faz, mas agora eles não faz mais, não sei, eles faz por eles, mas aqui eles não chama a gente pra participar. Porque se eles fazem pra chamar a gente, eu tava sabendo... Sim, eu fui em tudo [nas assembleias], meu marido, eu, as crianças, todo mundo vai. (Trecho entrevista Rebeca, maio de 2024).

É possível notar ainda que quando falamos de relações no território, essas relações dizem respeito única e exclusivamente às comunidades que o ocupam, incluindo o MST, mas em nenhum momento incluem ações ou representações do Estado. Possibilitar que a comunidade haitiana pudesse se integrar às dinâmicas do MST ou conheça ferramentas de luta política por seus direitos requer ações de educação popular e trabalho de base³¹, que ainda não foram possíveis, ou por que não houve quem tivesse condições de liderar este processo ou porque o cotidiano tem sido tomado pela necessidade de se ocupar com a sobrevivência. Ainda assim, o Movimento tem sido o único ator presente que, apesar das tensões, ampara a comunidade haitiana.

Não chegou a ter um processo de integração, não deu certo, aqui no Brasil, as tentativas que foram feitas, pelo menos por enquanto, de algum tipo de integração dos haitianos na nossa luta pela terra. Porque é isso, mesmo lá no Irmã Alberta, é até interessante, eu lembro de conversar com duas ou três pessoas que falam que eles eram agricultores lá no Haiti, que eles gostariam de ser agricultores aqui... Mas é uma minoria, a maioria vem com uma perspectiva bem urbana assim, de arrumar um trabalho e tal. E como somos um movimento camponês, a gente também tem um limite do que a gente consegue fazer fora dos nossos territórios. Então lá, do que eu tenho dialogado, a gente tem dialogado um pouco, é que eles precisam ser cadastrados no programa de moradia, urbano, e precisam ser encaminhados para algum tipo de processo de moradia. [...]

É uma situação que carece de um processo de educação, de formação, de trabalho de base mesmo, que a gente não tem condição de fazer. (Trecho entrevista Denzel, MST, abril de 2024).

31 Partindo de uma perspectiva freiriana, o trabalho de base é um conjunto de ações políticas que tem como fim a solução dos problemas cotidianos, visando através da organização coletiva a produção de quadros militantes, tendo como horizonte a transformação da sociedade de classes reconhecendo a ação como uma "luta geral contra a opressão". (PELOSO, p.71, 2012)

A análise das falas de Denzel e de Rebeca revelam as diferenças entre o objetivo de ocupar as terras da Fazenda Itahyê pelo MST e pela comunidade haitiana. O MST segue lutando constantemente nesses 22 anos para que a área seja reconhecida como assentamento destinado à reforma agrária e a forma de ocupação da comunidade haitiana acarreta o risco de desconfigurar o território como área rural. Por outro lado, para a comunidade haitiana, ocupar uma área rural concretamente expressa dificuldades no acesso ao saneamento básico, energia elétrica regular, transporte, áreas de lazer e cultura e acesso aos equipamentos públicos que ofertem serviços e políticas sociais.

Figura 32- Fossa comum domiciliar improvisada em barranco na Vila dos Haitianos



Fonte: Acervo da pesquisadora - Abril de 2024

Rebeca conta em sua fala quais são os principais desafios de ocupar o território, evidenciando que pelo fato de não terem reconhecido o endereço com comprovantes, ficam vulneráveis ao acesso às políticas sociais, sobretudo de educação, situação que se complexifica por estarem em territórios de fronteiras entre o limite das cidades de São Paulo e Cajamar:

Tem muito, muito [desafios]. Mas, tem três [principais]. Água, escola e saúde. É três. [...] Porque tem muita dificuldade pra quando a gente quer comprar uma coisa, mas, as principais é água, escola e saúde. Escola porque lá embaixo [em Cajamar] você tem que ter um [comprovante de]

endereço, porque gente aqui não tem. Porque aqui eles falam “você pode trazer só comprovante de água”. A gente tem internet, a gente tem comprovante da internet. Eles não quer, lá na Cajamar, eles não quer o comprovante da internet, só água. Então a gente não tem água, a gente não tem endereço pra colocar as criança. Por quê? Lá no Morro Doce tem haitiano que coloca a criança na Morro Doce, mas as criança que tá na escola na Morro Doce, as vez não tem escola, e só tem greve, tem o motorista não vem, o motorista tá doente, mas a gente tem, eu falo “eu não vou colocar meu filho na escola lá do Morro Doce”, porque aqui a gente vai de pé. Vai e coloca e pega as criança. Quando tem febre, quando a criança tá doente, eles te chama, mas [para ir até o Morro Doce] você tem que esperar o ônibus que vai lá na Lapa, ele demora pra chegar lá. [...] tem brasileiro [na vizinhança] que ajuda pra conseguir endereço pra colocar as criança lá no Cajamar. Mas tem um [escola] onde meu filho tá, eles sabe a gente morava aqui. Eles só fala pra gente pegar e falar com alguém pra te dá [comprovante de] endereço. Mas tem um outro [escola] lá, eles não quer. Eles fala “você não tem endereço, tem gente que tem endereço que não tem a vaga, você não pode”. Eles sabe que a gente morava aqui, eles não [querem aceitar]... Porque minha filha, eu matricula aqui, eles desliga minha filha. (Trecho entrevista Rebeca, maio de 2024)

Verifica-se que o acesso à saúde também é prejudicado dado a dificuldade de realizar exames, consultas médicas e odontológicas, além das dificuldades relacionadas ao transporte que dificulta o acesso das(os) moradoras(es) da “Vila dos Haitianos”. Sobre o acesso à saúde, Rebeca acrescenta:

Eu conheço lá na Cajamar[...] A saúde, eu conheço tudo lugar na Cajamar. Lá no [Hospital] Regional, você pode tá aqui, você pode ir lá no hospital, só dá o endereço, o CEP, ele vai te atender, mas no posto [para atenção básica] não. Dentista a gente não vai.

Eu tem um ano e seis meses [que não passo por consulta médica], porque quando eu tava grávida eu fez exame de rotina, mas eu não vou no hospital não. Eu não fez nada. Mas quando eu tava grávida, eu vou, eu pegar um endereço e vou. Porque lá no Morro Doce, eu não conheço nada na Lapa, porque eles te manda na Lapa e no Perus, mas eu não sabe nada, eu prefiro fica lá em Cajamar.

Tem uma mulher [que mora na comunidade], ela tava grávida, mas demorou um pouquinho [para conseguir atendimento médico], ela não conseguiu o bebê. Mas, é por isso, porque ela teve que descer [até o acesso à transporte] ela morava lá em cima [da ocupação], mas ela perdeu o bebê. (Trecho entrevista Rebeca, maio de 2024)

Pelas condições incipientes e absolutamente precarizadas de moradia na ocupação, o acesso à água potável se dá de maneira burocratizada e não universal, com abastecimento por caminhões pipas pagos pelas(os) moradoras(es) e impelem vulnerabilidades em relação à saúde e condições adequadas de saneamento ambiental. Rebeca detalha:

Água a gente compra, tem caminhão, mas a gente faz... Como se diz? É o poço, não é? Porque a gente, é, a gente faz poço de água pra subir, mas vem sujo, a gente tem que colocar cloro pra limpar a água, mas a cloro faz um pouquinho de negócio pra pele, mas a gente fez. Quando chover, ô Jesus, é muito bom! Porque nós haitiano que tá aqui, quando outubro, novembro e dezembro, porque tem muito chuva, a gente pega água e, mas, março, mai, junho... (balança a cabeça negativamente)

Mas tem [caminhão pipa] que não quer subir, porque a rua é ruim. Pra subi é muito ruim, tem que não quer. Mas a gente fala “tem criança”, a gente fala [insiste] um pouquinho pra ele...

A energia elétrica a gente pega lá embaixo. Mas... A gente faz uma contribuição. Todo mundo paga quinhentos reais. [E esgoto] a gente faz um buraco e água [cai]... A gente coloca tudo e passa cimenta, e... Mas fica aqui... Quando tá ficando cheio, a gente chama um caminhão e tira tudo, a gente paga. (Trecho entrevista Rebeca, maio de 2024)

Figura 33- Reservatório domiciliar de água construído em tijolos de forma improvisada, acrescentando-se os reservatórios em tambor plástico



Fonte: Acervo da pesquisadora (abr/ 2024)

Rebeca refere não saber da existência de uma Política Municipal para Imigrantes em São Paulo e tampouco conhecer qualquer lugar que ofereça apoio à imigrantes na cidade, e Mackendy acrescenta:

Bom, a resposta eu acho que não, porque, pra saber desse tipo de coisa, você tem que pesquisar e tem que estudar um pouco. E se você não entende, se você não fala, aí gera uma grande dificuldade pra você entender as política da cidade como que funciona, como que não funciona. Então é tudo isso, a gente precisa mesmo. Lá, na verdade, acho que tá faltando tudo. Tá faltando a escola pra pessoa saber os direito dele, tá faltando a escola pra pessoa aprender um pouco do que funciona as política de São Paulo. Quer dizer, precisa informação chegar até eles, entendeu? Porque geralmente eles sempre ir lá até no centro pra fazer uma consulta, às vezes tem alguns deles que foi lá no Santana de Parnaíba, pra chegar lá tem que pegar vários ônibus, tem que pagar o Uber às vezes. Não são todos deles que tá trabalhando. Aí foi um grande dificuldade pra quando alguns deles tá passando mal, pra procurar um posto de saúde. [...] Ainda não chegar ninguém que preocupe com isso, não chegar ninguém que ir lá vê como que tá. As pessoas que ir lá às vezes só pra dar ameaça, pra provocando, pra trazer a tristeza e não a alegria, só isso. Sempre disso.

[E para se integrar à cidade de São Paulo] a resposta ainda é não. Porque, pra chegar lá na cidade de São Paulo provavelmente essa pessoa vai precisar 20 a 25 reais. Por quê? Ônibus que sai de lá é ônibus metropolitano, não SPTrans, que o valor da passagem tá um pouco alto, mais que o busão de SPTrans. Porque lá não tem ônibus de SPTrans que chega lá. Então pra chegar lá, se não tiver dinheiro suficiente, não tem como. É grande dificuldade pra pessoa que mora lá pra chegar na cidade. Aí foi muito difícil, porque pra chegar, por exemplo, lá na Polícia Federal, pra renovar um documento, pra chegar lá procurar trabalho se não tiver lá perto aonde eles moram, pra tá fazendo tudo isso, é muito difícil. [...]

Lá parece que eles estão vivendo um outro mundo, quer dizer, que não é São Paulo. Porque lá tá tudo longe deles, entendeu? Aí pra chegar numa escola também, tem que ser na cidade, pra ir num posto de saúde, tem que ser na cidade, pra ir lá fazer um plano de dentista, qualquer coisa tem que ser na cidade. E cidade é longe deles, pra chegar na cidade tem que ter dinheiro pra pagar passagem, e às vezes tem dinheiro pra pagar passagem e demora pra chegar ônibus. Domingo é muito difícil. Por exemplo, se alguém tá passando mal no dia de domingo, se não tiver carro próprio, se não tem dinheiro pra pagar Uber, essa pessoa tem risco de perder a vida, porque o transporte público de domingo não funciona normal, entendeu? O intervalo é muito grande. É cada uma hora e meia que passa um ônibus aqui de domingo, entendeu? Tudo isso é dificuldade eles tão enfrentando lá. [...]

(Trecho entrevista Mackendy, abril de 2024)

Não foi possível, durante o tempo de desenvolvimento desta pesquisa, acessar informações precisas sobre a existência de um acompanhamento da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) ou o detalhamento do acompanhamento da Defensoria Pública do Estado em relação a encaminhamentos passíveis da ação de reintegração de posse da Fazenda Itahyê.

Quando você [pesquisadora] tava no CRAI tinha um cenário onde era mais possível fazer um trabalho de vinculação em alguns espaços, fazer uns trabalhos mais intensos e isso não tem sido mais possível por uma questão de volume, basicamente, que tem a ver com o cenário [...] que pressionou todos os órgãos para outras direções. Então a gente tem trabalhado muito nessa perspectiva de entender quais são as nossas atribuições, o que a gente pode fazer, oferecer e trabalhar nas ocupações nesse sentido, então a gente faz uma oferta de serviços que estão ao nosso alcance, a gente

trabalha na perspectiva de acesso à Justiça para as pessoas que estão em ocupações, falar sobre o acesso à DPE (Defensoria Pública do Estado), a gente tem entrado também em visitas técnicas articuladas com a Assistência Social conjuntamente e muito com a Ouvidoria de Direitos Humanos, é uma articulação interna, para fazer essas visitas e que seja feita essa oferta de serviços ao mesmo tempo, acesso à regularização migratória, que tem a ver com acesso a benefícios e tudo, que é a Política que a SMADS trabalha... Não é tão comum, mas a gente trabalhou também no acesso à água e à eletricidade - a regularização -, que sinceramente é um desafio muito grande, não tá na nossa mão, mas através da nossa Ouvidoria a gente tem tentado acionar esses órgãos para fazer essa regularização, uns têm dado certo, outros nem tanto. E também trabalha muito nessa tradução para os imigrantes que estão lá, às vezes ou não, estão sofrendo um processo de reintegração de posse e de entender o que tá acontecendo. A gente se coloca muito nesse papel de acesso à serviços e de tradução do momento. (Trecho entrevista Maricarmen, CPMigTD, maio de 2024).

Esse cenário revela o abismo em que a comunidade da “Vila dos Haitianos” habita. Um abismo não apenas por falta de acesso aos direitos e serviços públicos, mas por falta de acesso à informação. Um lugar que já não pertence ao Haiti, e que apesar de pertencer ao São Paulo, não é reconhecido, é invisibilizado e negligenciado pelo Estado Municipal, um lugar que não pertence a Cajamar, não pertence a Santana de Parnaíba, mas contraditoriamente não parece pertencer ou ter vínculo com o distrito de Ananguera, e tampouco pertence ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. A realidade e a experiência vivenciada pelas(os) haitianos(as) expressa um não lugar, uma destituição política, econômica, civil e de acesso às políticas públicas e sociais da cidade.

3.2 A construção coletiva da cartografia como forma de desafiar relatos dominantes e registrar experiência cotidianas

A proposta de utilizar a cartografia e seu respectivo diálogo com as entrevistas semiestruturadas como forma de entender como as populações imigrantes se integram na cidade de São Paulo morando em ocupações precárias na periferia da periferia se vislumbra como ferramenta que dá centralidade às narrativas destas populações e as contrapõe com o proposto pela Política Municipal para Imigrantes, suas mediações e possibilidades. Os mapas construídos

coletivamente são insuficientes para representar as dinâmicas e os itinerários percorridos diariamente pelas(os) imigrantes haitianas(os) que moram à “Vila dos Haitianos”, na Chácara Maria Trindade, em área pertencente ao projeto de assentamento Comuna da Terra Irmã Alberta.

Figura 34- Preparação de ícones para construção de cartografia crítica



Fonte: Acervo da pesquisadora - Maio de 2024

A proposta desta pesquisa passou previamente por autorização do Comitê de Ética da PUC-SP através da Plataforma Brasil. Após seis meses de observação participante e incursões a campo explicando para a comunidade quais os objetivos da pesquisa e como a construção da cartografia poderia se dar, com o apoio de liderança local, foi realizada mobilização comunitária para um encontro coletivo em um domingo pela manhã, horário indicado pelas(os) sujeitas(os) como o melhor possível para reunir as pessoas e aplicar a pesquisa em grupo.

Figura 35- Grupo de pessoas reunidas para construção de cartografia crítica na Vila dos Haitianos – I



Fonte: Acervo da pesquisadora - Maio de 2024

Todas as incursões à campo requereram de articulações com atores do território para apoio com diálogos e visitas, seja com o MST, com a equipe de ESF ou com Mackendy, a fim que qualquer contato estabelecido fosse apoiado nos vínculos de confiança da comunidade, estimulando a participação e o protagonismo das pessoas imigrantes nos resultados. No entanto, a complexidade dessas articulações para garantia da mobilização decorreu em que apenas um único encontro que reunisse toda a comunidade fosse possível durante o período de investigação desta pesquisa. Além da liderança haitiana, a atividade também foi apoiada por lideranças do MST, outras pesquisadoras da temática migratória e professores do CIEJA.

Figura 36- Grupo de pessoas reunidas para construção de cartografia crítica na Vila dos Haitianos- II



Fonte: Acervo da pesquisadora - Maio de 2024

O grupo contou com a presença de mais de 30 haitianas e haitianos, iniciando-se majoritariamente com homens, mas aos poucos timidamente contando com a participação ativa das mulheres. O espaço onde foi possível organizar a reunião tratava-se de uma via comum na parte mais alta da ocupação, em chão de terra, que contava com a sombra de uma árvore e um pequeno banco de madeira. As condições climáticas, sendo uma manhã de sol forte e bastante vento, também interferiram nos resultados da cartografia. A atividade se iniciou com uma fala da liderança à comunidade, reunida em roda, sobre as condições habitacionais da ocupação e as disputas territoriais e logo contou com uma breve contextualização do objeto e dos objetivos de pesquisa, explicando o uso da cartografia e a importância de sua construção de forma coletiva.

Figura 37- Crianças colorindo desenhos no chão na Vila dos Haitianos durante atividade de cartografia



Fonte: Acervo da pesquisa - Maio de 2024

Foi aplicado termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), explicando que as pessoas não seriam identificadas nominalmente e solicitando autorização para fotografar o encontro. Para o preparo da atividade, houve organização do espaço com objetos que pudessem proporcionar um pouco mais de sombra, panos que pudessem acolher quem quisesse se sentar no chão, desenhos e gizes de cera para atender as crianças e a partilha de frutas, água, suco, bolos, biscoitos e pães. A construção da cartografia se deu a partir da divisão de dois pequenos grupos, nos quais participaram efetivamente de 5 a 7 pessoas em cada.

Figura 38- Exposição de mapa da Chácara Maria Trindade e legenda dos ícones pendurado em porta de madeira de casa na Vila dos Haitianos



Fonte: Acervo da pesquisadora - Maio de 2024

Havia materiais previamente preparados, como mapas do território e da cidade em tamanho A1 e A0, símbolos gráficos, colagens, desenhos, canetas coloridas, adesivos, barbantes, tesouras e colas. Para incentivar a participação, iniciou-se com partilha de informações, troca de reflexões e perguntas a respeito dos acessos a direitos e serviços públicos ao morar naquele território. Mas o grande mote disparador que realmente estimulou o entendimento e a participação foram os ícones gráficos que haviam sido criados e preparados previamente a partir das percepções daquilo que há de relevante no território a ser registrado e das trocas coletivas feitas durante o período de observação.

Figura 39- Pessoas reunidas analisando ícones e materiais para construção de cartografia crítica na Vila dos Haitianos




Fonte: Acervo da pesquisadora - Maio de 2024





Os mapas foram apresentados em três escalas: Cidade de São Paulo e Região Metropolitana (de elaboração própria), área administrativa da Prefeitura Regional de Perus (extraído do site da Prefeitura) e bairro Chácara Maria Trindade e seus arredores. O mapa da Prefeitura Regional de Perus terminou por não ser utilizado e o que mais provocou a participação foi o mapa de escala do bairro, produzido artesanalmente em papel kraft. O mapa é produto de uma perspectiva metodológica qualitativa, e expressa portanto, a interação e indicação de fatores coletivos representativos para a comunidade haitiana estudada, tendo como mote a representação de suas interações de acesso ou não à cidade, de suas dificuldades e potencialidades territoriais. Portanto, a escala registrada é a da comunidade local,

com algumas interseções com a cidade, produzindo um levantamento diagnóstico qualitativo sobre o espaço.

Nem todos os ícones que foram preparados foram de fato escolhidos para uso no momento da cartografia. No Quadro 3 a seguir, encontram-se os ícones utilizados, suas representações, justificativa de escolha para criação de cada desenho e respectivas análises:



Quadro 3- Análise de ícones e representações utilizadas nas cartografias





| Ícone | Representação e análise |
|---|---|
|  | <p>O ícone representa acesso à rede de equipamentos e serviços da Política de Assistência Social. O ícone colado abaixo do pedágio significa o CRAS Anhanguera, junto a outros ícones representados nesta área do mapa que significa o bairro Morro Doce. No entanto, outro ícone representando Assistência Social foi colado na área correspondente à Chácara Maria Trindade, representando a presença da Van do CadÚnico anualmente no território do Morro da Mandioca, ação que possibilita à maioria das famílias haitianas algum contato com a Assistência Social. Isso demonstra que não há relação dessas famílias com o CRAS ou serviços de convivência que possibilitem fortalecimento de vínculos familiares ou proteção social básica, mas que mais uma vez que, a Política de Assistência Social para famílias imigrantes se resume ao Programa Bolsa Família ou outros programas de transferência de renda e recebimento de cesta básica de alimentos.</p> |
|  | <p>O ícone representa áreas de lazer ou cultura, como parques, casas de cultura ou outros espaços abertos que possibilitem o encontro das pessoas e principalmente e o livre brincar das crianças.</p> |





| | |
|---|--|
|  | <p>O ícone representa escolas de ensino fundamental ou médio, para crianças, jovens ou adultos/os.</p> |
|  | <p>O ícone representa creches ou escolas infantis.</p> |
|  | <p>O ícone representa acesso à saúde básica. Podemos observar na cartografia que há um colado no Morro Doce, representando a UBS Parque Anhanguera, mas há outro colado na Chácara Maria Trindade, representando a presença da equipe de Estratégia de Saúde da Família que faz uso da área social da Comuna da Terra Irmã Alberta semanalmente, cedida pelo MST. Durante a construção da cartografia, ao serem questionadas/os sobre o conhecimento ou relação com o SUS no nível de atenção básica, houve falas como “só conheço o Agente de Saúde que vem à minha casa”.</p> |
|  | <p>O ícone representa acesso à saúde de média e alta complexidade. Durante as visitas ao território acompanhando as/os Agentes Comunitários de Saúde - ACS, havia diálogos com as famílias que demonstravam encaminhamento para exames de alta complexidade nas regiões de Perus, Lapa ou Brasilândia. A ACS reforçava veementemente a necessidade de que as pessoas que fossem realizar exames estivessem acompanhadas, explicando repetidas vezes que devem pedir comprovante de comparecimento que deve servir como atestado de horas para justificar a ausência no trabalho, buscando que as famílias tomassem ciência de que a ausência por cuidados em saúde é um direito da pessoa trabalhadora. No entanto, ela também partilhava seus</p> |





esforços em remarcar exames que eram difíceis de conseguir agenda disponível, devido a faltas de pacientes por receio de serem prejudicados no trabalho, ou ainda, por falta de recursos financeiros para o deslocamento. Chegamos a visitar uma mulher que estava há meses sofrendo desmaios repentinos, precisava do acompanhamento de seu marido para realização de exames e estava recebendo um segundo encaminhamento para tomografia cerebral em um hospital da Brasilândia, para onde, na última oportunidade, não havia tido condições de pagar as passagens para garantir o comparecimento.





O uso deste ícone durante o mapeamento coletivo foi principalmente escolhido para representar os hospitais existentes nos municípios vizinhos, Santana de Parnaíba e o mais acessado, em Cajamar. As pessoas haitianas ali relatam buscar estes equipamentos quando estão se sentindo mal e precisam de atendimento de urgência. Contam do percurso que fazem para chegar aos hospitais, descendo o morro de terra onde moram até a avenida principal em direção à Cajamar, o que representa cerca de 7 a 10 minutos de caminhada (a depender das condições climáticas e de se residem mais abaixo ou mais acima na ocupação), sendo que, o Hospital em Cajamar fica bastante próximo à ocupação, gerando um gasto de menos de R\$10,00 com carros de aplicativo quando necessitam atendimento. Enquanto íamos buscando os ícones que mais se adequassem e os espaços onde deveriam ser colados no mapa, um homem relata que apesar da proximidade, é difícil conseguir carro de aplicativo que se disponha a fazer o trajeto saindo do local onde moram, principalmente se há necessidade durante a noite, domingos ou períodos de chuva. Não consideram usar o ônibus, pois a frequência de acesso é muito mais demorada e o valor para que duas pessoas usem



| | |
|---|---|
| | <p>esse transporte público no trajeto necessário chegaria a sair quase o dobro do que o uso do carro de aplicativo. Devido a essas dificuldades com transporte, somado a dificuldade de comunicação em língua portuguesa e ao racismo e xenofobia que relatam muitas vezes sentir, este homem conta que sua esposa perdeu um bebê no oitavo mês de gestação, pois não conseguiram acessar atendimento de saúde há tempos e nem orientação médica clara e efetiva que pudesse encaminhá-la/os em outras alternativas possíveis de socorro. Já sobre o Hospital em Santana de Parnaíba, as pessoas haitianas participantes do mapeamento coletivo fazem questão de evidenciar que para chegar a este equipamento é imprescindível ter dinheiro disponível para pegar um ônibus até parte do trajeto e depois também um táxi. Improvisamos a representação dessa parte do trajeto no momento da construção cartográfica a partir de um pedaço de fio de barbante branco e acordamos que essa cor de barbante representaria então trajeto feito em carro; também colamos o ícone de um carro.</p> |
|  | <p>O ícone representa cuidado odontológico. Durante a construção da cartografia, ao serem perguntadas/os sobre o acesso a tratamento e/ou acompanhamento odontológico, ninguém se pronunciou a respeito. Já durante a entrevista com uma mulher haitiana representando a comunidade, pergunto mais incisivamente e ela responde que não acessam em nenhum momento esse tipo de atendimento.</p> |
|  | <p>O ícone se refere a Correios e recebimento de correspondências. As pessoas referem durante a atividade de construção da cartografia que esse tipo de serviço só chega nas ruas regularizadas, para baixo da ocupação, e caso necessitem acessá-lo, devem pedir para alguém que more próximo em endereço regularizado com CEP para que faça o</p> |






| | |
|---|--|
| | favor de receber. |
|  | <p>O ícone representa um caminhão pipa de abastecimento de água. Seu uso foi escolhido devido aos diversos relatos durante as visitas a campo de que a comunidade não possui acesso à água canalizada regularmente e que para fazer uso da água nas necessidades domésticas, providenciam grandes tambores para armazenar água de chuva nos quintais das casas ou constroem reservatórios de tijolos com a função de caixas d'água para quando conseguem dividir custos entre famílias para a compra de um caminhão pipa. Mesmo quando chegam a ter dinheiro suficiente para pagar a compra do abastecimento de água, há dificuldade para que os caminhões subam até a comunidade para a distribuição de água nas casas.</p> |
|  | <p>O ícone representa a falta de água encanada ou poços.</p> |
|  | <p>O ícone representa saneamento básico. É importante ressaltar que estamos tratando de uma área de propriedade da SABESP. Durante a construção da cartografia, as pessoas haitianas que estavam participando quiseram usá-lo desenhando um "X" em vermelho por cima, para demonstrar a falta de saneamento básico.</p> |
|  | <p>O ícone representa águas contaminadas. É importante ressaltar que estamos tratando de uma área rica em nascentes d'água e redes de cursos de água. Devido às casas terem sido construídas de forma irregular e não possuírem fossa séptica ou esgoto, cada família construiu sua própria fossa comum, contaminando o lençol freático e as</p> |



| | |
|---|---|
| | <p>nascentes da região, contribuindo para a insalubridade geral do espaço em que estão inseridas/os, sujeitos a que no período de chuvas os coliformes subam ou fiquem mais expostos. A fossa em um barraco também abre a possibilidade de diminuir a firmeza da terra, aumentando as chances de deslizamento de terras nas áreas de encosta. A pesquisa evidencia questões relacionadas a precariedade ambiental e sanitária da região.</p> |
|  | <p>O ícone representa acesso regular à energia elétrica. Durante a construção da cartografia, as pessoas haitianas que estavam participando da atividade quiseram usá-lo desenhando um X em vermelho por cima, para demonstrar a falta de acesso regular à energia elétrica. As casas possuem acesso irregular à energia elétrica e cada nova casa construída paga R\$500,00 pela instalação feita por um homem já conhecido pela comunidade.</p> |
|  | <p>O ícone representa um caminhão de coleta de lixo e resíduos. No mapa, o caminhão foi colado na rua principal abaixo da ocupação, o que significa que para descarte de lixo, as pessoas precisam descer e caminhar cerca de 7 minutos para deixar os resíduos em ponto de coleta.</p> |
|  | <p>O ícone representa espaço de coleta de lixo e resíduos. No mapa, a lata de lixo foi colada na rua principal abaixo da ocupação, o que significa que para descarte de lixo, as pessoas precisam descer e caminhar cerca de 7 minutos para deixar os resíduos em ponto de coleta.</p> |
|  | <p>O ícone representa acesso à internet de conectividade sem fio. O ícone foi colado na área do mapa que representa Cajamar, o que tende a significar acesso à internet pública e gratuita.</p> |




| | |
|---|--|
|  | <p>O ícone representa trajeto de deslocamento feito em carro.</p> |
|  | <p>O ícone representa trajeto de deslocamento feito em metrô ou trem.</p> |
|  | <p>O ícone representa o ponto de ônibus. Ao pensar o planejamento da cartografia, enquanto tomava conhecimento do território, o ponto de ônibus mais evidente e visualizado era o da entrada da Chácara Maria Trindade, onde passam os ônibus municipais da SPTrans, que dá acesso à Rodovia Anhanguera, devido a que meu acesso era feito por São Paulo. Entretanto, durante a construção da cartografia, ficou nítido que as pessoas haitianas que moram na ocupação se relacionam mais com o ponto de ônibus mais próximo de onde estão, que dá acesso à Cajamar e Santana de Parnaíba, onde passam ônibus intermunicipais.</p> |
|  | <p>O ícone representa a praça de pedágio. O pedágio na rodovia Anhanguera que dá acesso vindo de São Paulo para a Chácara Maria Trindade possui um valor de R\$12,40. Há instruções de que moradoras/es da região devam buscar a Subprefeitura de Perus para solicitar isenção do pagamento, a fim de não precisarem pagar este valor para acessar a cidade de São Paulo com veículo próprio. No entanto, para realizar esse procedimento, é necessário ter comprovante de residência regularizado e as informações completas e os passos para formalização desse processo possuem um nível de burocracia tão complexo, que não garante o acesso integral das/os moradoras/es da região. A existência do pedágio nesse ponto da rodovia já dificulta o acesso à cidade</p> |





| | |
|---|---|
| | <p>de São Paulo mesmo por transporte público e isola a Chácara Maria Trindade do município a qual pertence. Também há relatos das/os trabalhadoras/es da Saúde e da Assistência Social de que para realizar atendimentos e visitas domiciliares, nem sempre têm garantido o pagamento do pedágio durante o deslocamento a trabalho, o que prejudica o acesso, fazendo com que muitas vezes a equipe tenha que pagar o valor do próprio bolso ou mesmo impede a chegada.</p> |
|  | <p>O ícone representa acesso a postos de trabalho remunerado, formais ou informais. Durante a construção da cartografia, a maioria das pessoas haitianas afirmou acessar oportunidades de trabalho em Cajamar e Santana de Parnaíba, mas o mapa que possui a escala do município de São Paulo, mostra que também há pessoas trabalhando na Lapa, ou dialogando com ícones de compras na região do Brás, é possível entender que também há possibilidades de comprar mercadorias na região do Brás e trabalhar vendendo-as em outros pontos.</p> |
|  | <p>O ícone representa comércios em geral. No mapa com a escala do território de Anhanguera, houve a escolha de colar o carrinho em Cajamar. No mapa com escala da cidade de São Paulo, houve a escolha de colá-lo também na região do Brás.</p> |
|  | <p>O ícone representa locais para compra de alimentos. A escolha das/os participantes foi em colá-lo nas áreas do mapa que representam Cajamar, onde afirmam encontrar mercados e mercearias a 10 ou 15 minutos de caminhada, e em Santana de Parnaíba.</p> |
|  | <p>O ícone representa espaços de acolhimento. Durante a construção da cartografia, ao visualizar o desenho, as pessoas haitianas participantes questionaram o significado possível dessa representação e ao entenderem que se</p> |

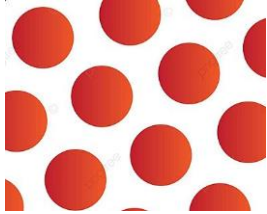
| | |
|---|--|
| | <p>tratava de espaços de acolhimento, afirmaram veementemente que não gostariam de colar em nenhuma área do mapa, pois não há nenhum lugar em que se sentissem acolhidas.</p> |
|  | <p>O ícone representa locais que ofereçam a possibilidade de aprendizado da língua portuguesa. Durante a construção da cartografia, as pessoas haitianas que estavam participando quiseram usá-lo desenhando um “X” em vermelho por cima, para demonstrar a falta de acesso a oportunidades de aprendizagem formal da língua portuguesa no território. O único local que oferta aprendizagem do português, e de forma gratuita, na região administrativa de Perus e Anhanguera, é o CIEJA Perus I. No entanto, devido à dificuldade de acesso pelo trajeto e mesmo à desinformação da existência do centro de educação, o equipamento não foi mencionado durante o mapeamento. O professor de geografia e a professora de artes do CIEJA Perus I apoiaram a atividade de construção das cartografias críticas e na oportunidade informaram a comunidade sobre a possibilidade de se matricularem no centro de educação, bem como, da concessão de bilhete de ônibus com passe livre e gratuito, da concessão de benefício no valor de R\$300,00 para compra de materiais escolares e da oferta de cinco refeições por dia no local. Semanas após a atividade, a referida unidade de educação passou a ter as/os primeiras/os alunas/os haitianas/os moradoras/es da Chácara Maria Trindade matriculadas.</p> |
|  | <p>O ícone representa acesso à regularização documental no Brasil, como acesso ao RNM e CPF.</p> |

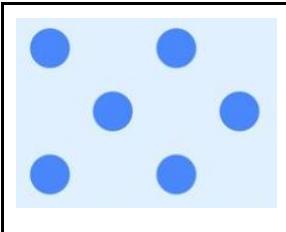
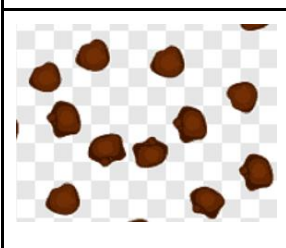
| | |
|---|---|
|  | <p>O ícone representa acesso à regularização migratória, como passaporte ou outros documentos do país de origem.</p> |
|  | <p>O ícone representa migração para os Estados Unidos. Há relatos da comunidade de que muitas/os haitianas/os que chegaram a morar na Chácara Maria Trindade, deixaram a cidade e migraram novamente, dessa vez para os Estados Unidos. Também pessoas que vivem ali relatam ter outros familiares que decidiram deixar o Haiti para migrar para os Estados Unidos.</p> |
|  | <p>O ícone representa a autoconstrução das moradias, ou seja, as próprias famílias construindo suas casas. Quando o desenho foi apresentado, houve animação em inseri-lo na cartografia com a afirmação “É claro que sim, nós somos pobres, nós não temos dinheiro para pagar quem vá construir, fomos nós mesmos que construímos nossas casas!”.</p> |
|  | <p>O ícone representa a agricultura familiar. Ao tomarem ciência do desenho durante a construção da cartografia, algumas pessoas fizeram questão de inseri-lo, afirmando “Sim, eu planto muitas coisas no quintal da minha casa!”, no entanto, não houve qualquer menção à presença e atividades do MST no território.</p> |
|  | <p>O ícone significa despejo. A caveira de paletó representa o Capitalismo, que, tomando imóveis ou terras, expulsa as/os trabalhadores/as, pode ser lido como desproteção urbana. Além do processo de expulsão de terras que ocasiona migrações internacionais, internas e mesmo de algumas áreas da cidade que oferecem melhores acessos, neste caso, o ícone também representa a ameaça de reintegração de</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>posse que as pessoas que moram na área da Fazenda Itahyê estão sofrendo por parte da SABESP desde setembro de 2023.</p> |
|  | <p>O ícone representa especulação imobiliária. Algumas famílias haitianas relataram que antes de construírem suas casas à Chácara Maria Trindade, moravam em casas de aluguel em Santana de Parnaíba, Cajamar, ou em outros bairros de São Paulo, mas que não conseguiam manter o pagamento do aluguel, por isso optaram por deixar esses locais. Ressaltam que o não pagamento de aluguel as/os possibilita enviar dinheiro para o sustento de outras familiares que ficaram no Haiti e passam por diversas necessidades.</p> |
|  | <p>O ícone representa obras na via. Durante os últimos meses de pesquisa em campo, a principal via que dá acesso às entradas da Comuna da Terra Irmã Alberta, núcleos 1, 3 e 4, Rua Leonel Martiniano, foi asfaltada. O período de obras causou bastante transtorno para quem precisava acessar a região, mesmo para a equipe de Estratégia de Saúde da Família. A comuna foi usada como desvio de rota para muitos motoristas. A conclusão da obra é um grande aspecto indicativo de urbanização para o território, facilitando a passagem de automóveis. Muitas pessoas usam a via para, a partir da Rodovia Anhanguera, acessar a região de Alphaville, no município de Barueri. No entanto, essa facilitação de aumento de fluxo de automóveis dificulta a preservação da área rural.</p> |

| | |
|---|--|
|  | <p>O ícone representa racismo. Observando a cartografia, é possível notar que nos mesmos lugares onde foram indicados os principais acessos da vida cotidiana como comércio, escola, hospital ou trabalho, são também os lugares onde foi feita a escolha por indicarem terem sofrido situações de racismo.</p> |
|  | <p>O ícone representa xenofobia. Observando a cartografia, é possível notar que nos mesmos lugares onde foram indicados os principais acessos da vida cotidiana como comércio, escola, hospital ou trabalho são também os lugares onde foi feita a escolha por indicar terem sofrido situações de xenofobia. Um dos aspectos evidenciado em relação à xenofobia durante a construção da cartografia foi o acesso à escola. As famílias contam que há duas escolas infantis em Cajamar, com distância possível de se ir caminhando diariamente. Uma das escolas abriu diálogo e possibilidade de matrículas para as crianças, demonstrando entender que apesar de as famílias haitianas não serem moradoras de Cajamar, moram bastante próximo, e longe das escolas de São Paulo (as escolas de referência do território seriam as localizadas no Morro Doce, em Anhanguera) e orientaram as famílias a conseguirem comprovantes de residência de terceiros, com maior flexibilidade para cumprimento das exigências burocráticas. Já a segunda escola, recusou receber as crianças haitianas, afirmando “você não mora aqui!”, havendo relatos de que algumas crianças chegaram a ser matriculadas e tiveram suas matrículas canceladas.</p> |
|  | <p>O ícone representa a igreja cristã. Durante a construção da cartografia, também foram apresentados outros ícones que poderiam representar outras diversidades de religiões, também não cristãs, mas optaram por não usarem os outros ícones e este foi o escolhido. O ícone foi colado em Cajamar,</p> |

| | |
|---|--|
| | <p>com a narrativa de que neste município estão as igrejas evangélicas onde é possível assistir a cultos em crioulo haitiano, mas também foram colado em Santana de Parnaíba, com a narrativa de que quem quer praticar português, frequenta os cultos neste outro município.</p> |
|  Linha de barbante vermelho | <p>A linha de barbante vermelho representa trajetos que são feitos com metrô ou trem. Pela orientação do mapa, a linha vermelha deveria ter sido puxada até a rodovia Anhanguera, ao centro, para depois ser puxada novamente para o Norte, dando acesso à estação da CPTM de Perus, ou ao Sul, pois há um ônibus que passa pelo local e seu trajeto leva diretamente até a Lapa. No entanto, devido a que a comunidade haitiana se referencia muito mais ao ponto de ônibus mais próximo de suas casas, onde passam os ônibus intermunicipais, do que com o ponto de ônibus mais próximo da Rodovia Anhanguera, onde passam os ônibus municipais, representaram o trajeto completo pela saída para Cajamar.</p> |
|  Linha de barbante branco | <p>A linha de barbante branco representa os trajetos que são feitos com carro.</p> |
|  Linha de barbante azul | <p>As linhas de barbante azul representam trajetos feitos com ônibus intermunicipais.</p> |
|  Linha de barbante verde | <p>As linhas de barbante verde representam trajetos feitos a pé. Com os tamanhos escolhidos para colagem dos barbantes verdes, é possível notar que o ponto de ônibus que dá acesso à Cajamar requer um deslocamento a pé $\frac{1}{3}$ mais curto do que o trajeto para o ponto de ônibus que dá acesso para São Paulo.</p> |

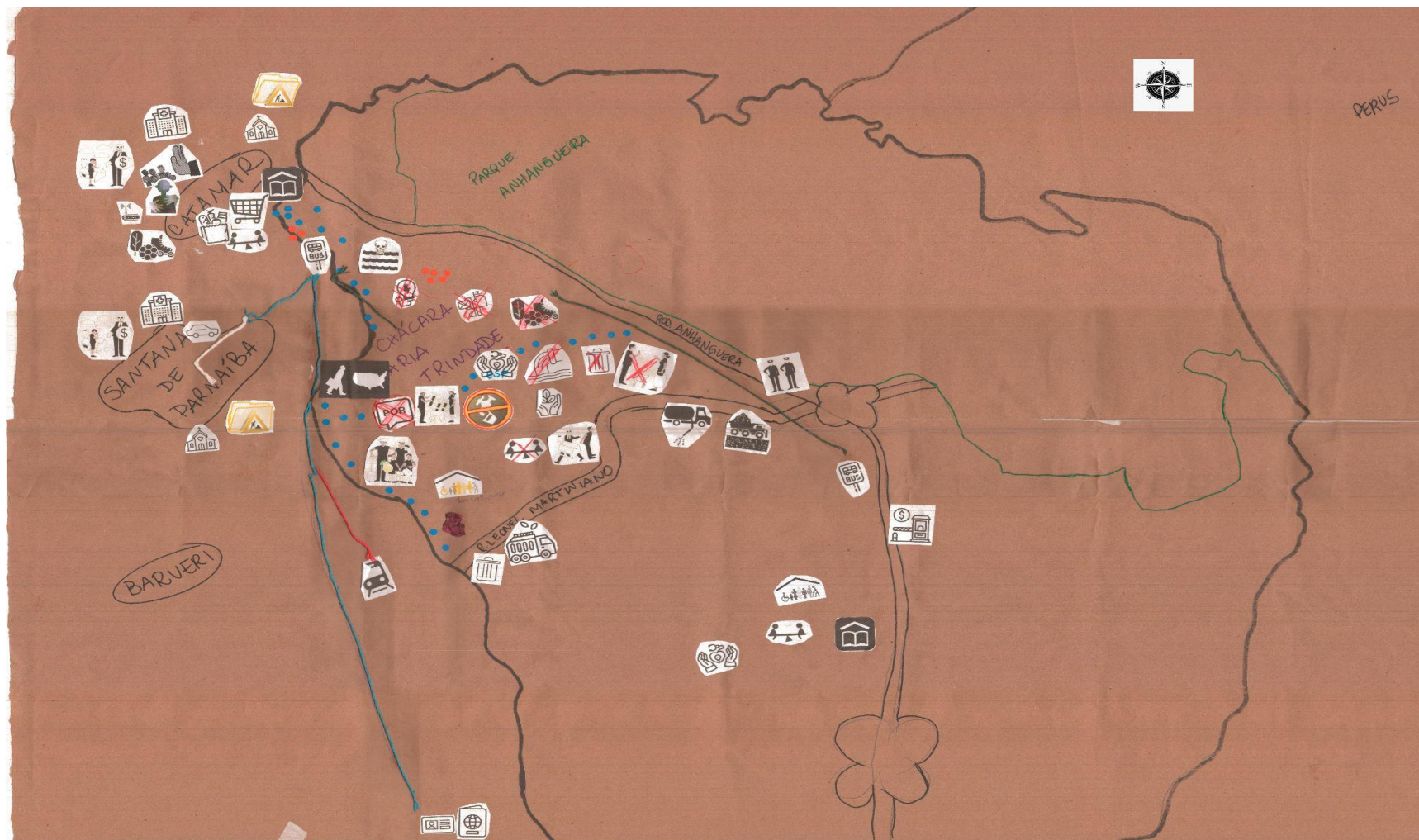
| | |
|---|---|
|  | <p>As bolinhas vermelhas adesivas representam áreas de risco, onde as pessoas sentem desconforto, medo ou insegurança. Durante as conversas, a comunidade relata ambiguidade de sentimentos. O território as/os faz sentir segurança entre vizinhas/os, entre as demais famílias haitianas, mas este mesmo local também desperta sentimentos de insegurança. Na legenda de representações possíveis apresentadas durante a construção da cartografia, havia também bolinhas amarelas adesivas que poderiam representar segurança, conforto ou felicidade, mas as pessoas participantes optaram por não utilizá-las.</p> |
|---|---|

| | |
|---|--|
|  | <p>As bolinhas azuis adesivas representam cursos de águas. Sua representação é aproximada.</p> |
|  | <p>As bolinhas marrons em papel crepom significam deslizamento de terras ou lama.</p> |

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Na sequência (Mapa 9), observa-se a imagem das cartografias finalizadas e escaneadas:

Mapa 9- Mapeamento coletivo dos acessos feitos a partir do bairro Chácara Maria Trindade através das técnicas de cartografia



Fonte: Acervo da pesquisadora

Nota-se que a maioria dos ícones escolhidos para registro na Chácara Maria Trindade são ícones que representam a falta de possibilidades e acessos à serviços básicos, que representam características de infraestrutura ou práticas coletivas. A maioria dos acessos práticos foram registrados nas áreas que correspondem aos municípios de Cajamar e Santana de Parnaíba. Há também alguns ícones de acesso representados na parte inferior do mapa, abaixo do ícone do pedágio, área que equivale a região do Morro Doce/Anhanguera.

Na escala da cidade de São Paulo, foram escolhidos alguns ícones que também foram representados apenas entre o distrito de Anhanguera e as fronteiras com os municípios de Cajamar e Santana de Parnaíba, porém, acrescidos de alguns acessos para trabalho nos distritos da Lapa e Brás. (Mapa 10)

O futuro lá, é, cuidar terra, é cuidar terra, não fazer as coisa que vai prejudicar terra e tanto eles [haitianas e haitianos], e tanto terra. E nós esperamos um dia que autoridade na região vem conversar com a gente, ajuda nas várias formas, várias necessidades que a gente precisa lá e pra deixar lá na Chácara maravilhoso, limpinho, bonito, bem feito, e cuidar terra bem pra todo mundo viver bem, entendeu, pras criança ter acesso com educação, pras pessoa ter acesso com a saúde, e pra todo mundo ter acesso de transporte, entendeu. (Trecho entrevista Mackendy, abril de 2024)

Rebeca complementa:

Eu quero que tem primeiro escola, porque escola é a vida, é tudo. Escola, hospital, água e precisa fazer a construção, fazer a rua. Pra ter parque... E ter tudo que tem numa cidade normal. É, tudo. A gente faz oração bastante pra isso acontecer, porque a gente tem que viver... (Trecho entrevista Rebeca, maio de 2024)

Quando de seu processo de nascimento, entre os anos de 2010-2014, a PMPI foi particularmente impulsionada pelo fluxo de haitianas(os) que chegavam em São Paulo. Dez anos mais tarde, em um momento em que a Federação está construindo novos acordos e planos de ação para melhor receber haitianas(os) no país, habitar as margens da cidade quando ainda não se teve acesso à apreender a língua portuguesa, o funcionamento das políticas sociais ou informar-se a respeito de seus próprios direitos, evidencia a camada de invisibilidade sob a qual existe a “Vila dos Haitianos” e revela contradições no processo de acolhimento da PMPI, que, entrando na fila do desmonte e da precarização das demais políticas da cidade, ainda não integrou o acesso à moradia às definições de acesso à direitos para as populações imigrantes.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compor as considerações finais deste percurso de pesquisa, após refletir e buscar as aproximações com as possibilidades e as mediações da integração de imigrantes na cidade de São Paulo e o acesso à moradia, a partir da amostra das dinâmicas que ocorrem no território da Chácara Maria Trindade, distrito de Anhanguera, à luz da PMPI, e fazer o diálogo com as contradições do processo de acolhimento às populações imigrantes a partir das iniciativas do poder público municipal, revelam que o município de São Paulo, mesmo sendo pioneiro em resoluções do poder público em prol das populações imigrantes encontra dificuldades para a efetivação das políticas de integração e direito à cidade.

A Política Municipal para Imigrantes de São Paulo traz importantes avanços legislativos em termos de política para imigrantes, mas possui muitos desafios em sua implementação em termos de política habitacional, uma vez que se depara primordialmente com a necessidade e contradição de reafirmar o acesso à moradia como direito perante às lógicas capitalistas que mercantilizam a propriedade imobiliária, e, em seguida, reafirmar o direito a migrar como direito perante as lógicas colonialistas que insistem em colocar a pessoa em situação de deslocamento no lugar de estranha e não pertencente.

É importante registrar que este estudo não tem a intenção de esgotar as possibilidades de resultados sobre a problemática analisada. As concepções de integração para as populações imigrantes na cidade se movimentam, tal qual se movimentam as necessidades da pessoa migrante a partir da bagagem histórica, emocional e social que cada indivíduo traz, como se movimenta a construção da cidade. Construir planos de implementação de uma política que busque impedir a violação de direitos requer constantes aproximações com as demandas da população e estratégias para mapeamento de como as populações estão ocupando a cidade, que podem ser construídas, por exemplo, junto às Prefeituras regionais e aos conselhos municipais, criando ações ligadas à realidade socioterritorial, no diálogo e proximidade com as(os) sujeitas(os) imigrantes, desenvolvendo propostas que estejam conectadas às suas necessidades.

Para analisar esta realidade, a escolha das entrevistas nesta pesquisa foi feita em duas escalas: Entre as Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania e Secretaria de Habitação para entender como a política se movimenta de forma ampla, e entre lideranças e sujeitas(os) do território para entender como neste chão as mediações da PMPI se efetivam. Neste sentido, os esforços em seguir investindo em ações emergenciais quando da chegada de novos fluxos migratórios em São Paulo, como ocorreu na recepção de afegãs(os) entre os anos de 2022 e 2023, somado ao processo de desmonte das iniciativas implantadas durante seus oito anos de existência, como a não tipificação de serviços de atendimento específicos para as populações imigrantes, a não ampliação das escolas do Programa Portas Abertas de ensino de português para imigrantes nas rede municipal de educação, a não contratação de agentes de saúde imigrantes e o não cumprimento das metas estabelecidas no I Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (2021-2024), revelam a característica de provisoriedade inerente às ações ligadas a população imigrante para a sociedade, mesmo do ponto de vista da construção das políticas.

Para a comunidade que mora na “Vila dos Haitianos”, a cidade e suas políticas não proporcionam condições para serem acessadas, colocando-a na lâmina da desproteção urbana. Ao não acessar moradia digna, também não se acessa dignamente outros direitos básicos, tais como saneamento básico, saúde, educação, assistência social e trabalho, e, por muitas vezes, sequer uma moradia segura do ponto de visto dos riscos ambientais. Essa conjuntura favorece a emergência de conflitos entre pessoas em situação de desproteção, brasileiras e imigrantes. A impossibilidade de acessos não é exclusiva da comunidade imigrante no território, mas quando da falta de redes sociais e de apoio, não conhecimento do funcionamento das políticas ou possibilidade de plena comunicação na língua portuguesa, essas problemáticas são evidenciadas, ou seja, a presença de imigrantes no território não sobrecarrega a capacidade de atendimento dos serviços públicos, apenas dá luz às suas deficiências e necessidades de melhora.

No território onde se luta pela regularização do assentamento Comuna da Terra Irmã Alberta, área da Fazenda Itahyê, no bairro Chácara Maria Trindade, pertencente ao distrito de Anhanguera e região administrativa da Subprefeitura de Perus, as políticas do município não se materializam, e às(aos) imigrantes não foi

possível apreender a existência da PMPI. Há neste território particularidades de conflitos de terra que não são conhecidos em sua totalidade pela comunidade imigrante e também particularidades de uma região de tríplice fronteiras municipais, que, pelo rigor das estratégias de atendimento por territorialização, também dificultam os acessos de quem vive ali. Os resultados inerentes à desproteção urbana revelados a partir deste estudo são uma amostra de realidades que também ocorrem em ocupações em terrenos em outras regiões da cidade de São Paulo, que passaram a abrigar populações imigrantes de diversas nacionalidades, nas periferias das periferias, isolando-as do acesso à informação que a região central possibilita, como é o caso da Ocupação Chácara das Corujas, em Interlagos, extremo Sul, à beira da represa Billings, ocupações na Fazenda da Juta, extremo leste, entre outras.

As diretrizes apresentadas pelo Decreto Municipal nº 57.533/2016, que regulamenta a Política Municipal para Imigrantes, bem como as metas e ações previstas no Decreto nº 59.965/2020 a partir do I Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (2021-2024) revelam o potencial da capital paulista nas questões que versam sobre os direitos das pessoas imigrantes presentes em seu território. Se implementadas de forma transversal e intersetorial, resultariam na garantia dos direitos desta população na capital paulista, inclusive nos temas relacionados à habitação. No entanto, o que se observa é a grande dificuldade de articulação entre as pastas do poder público, ocasionada pela negligência da municipalidade na implementação da PMPI.

Os caminhos de refinamento desta Política apontam para a criação e o fortalecimento de mecanismos de diálogos intersecretariais entre a CPMigTD (SMDHC) e as demais Secretarias, sobretudo Secretarias de Habitação, Assistência Social, Educação e Saúde, acompanhamento como as pautas do governo executivo municipal absorvem as previsões da PMPI, mecanismos que poderiam ser conduzidos principalmente através da efetiva participação de seus representantes nas articulações feitas pelo CMI, somado a aumentar as capacidades estatais para implementação de ações voltadas para as populações imigrantes, bem como, fortalecer as possibilidades de trabalho da CPMigTD, o que inclui planos de governo das gestões municipais alinhados e comprometidos com essas previsões, considerando-as em seu plano de metas, plano plurianual e orçamento.

No âmbito da política habitacional, é necessário explorar continuamente como as pautas migratórias são assimiladas pela Secretaria de Habitação e criar planos de trabalho que rompam a provisoriedade do olhar para as populações imigrantes e possibilitem a integração, entendendo que novas demandas requerem a capacidade de construção de novas respostas. Há modelos e iniciativas de aluguel social implementadas inclusive pelo terceiro setor, que dão pistas para possibilidades habitacionais que equilibrem a urgência entre proporcionar uma moradia e as dificuldades enfrentadas a partir da especulação imobiliária.

Na perspectiva de ações duradouras, por certo, proporcionar melhores condições de trabalho àquelas(es) que desenvolvem a práxis cotidiana da efetivação da PMPI e do atendimento às populações imigrantes urge na garantia de direitos, implementando capacitações permanentes para as redes de trabalhadoras(es) em relação às especificidades do trabalho com imigrantes, ofertando o acesso ao aprendizado de outros idiomas que oportunizem o acolhimento das pessoas atendidas em sua língua materna e remunerando-as(os) com melhores condições salariais.

Há ainda no objeto aqui exposto, a necessidade de um olhar mais apurado por parte do Serviço Social à temática migratória, entendendo que o Serviço Social é, por excelência, uma das profissões que se encarregam para que as políticas se inclinem e contemplem direitos econômicos, sociais, políticos e culturais, para muito além dos aspectos de proteção jurídica.

O Serviço Social possui um projeto profissional que conta com diretrizes éticas contrapostas à ordem social instituída. Como especialização de trabalho, tem como objeto as expressões da questão social e em seu código de ética profissional, visa a defesa intransigente dos Direitos Humanos e atua buscando a emancipação política e humana. Nesta perspectiva, os Direitos Humanos tornam-se imprescindíveis e cabe apreciá-los como meios de assegurar as conquistas alcançadas pela classe trabalhadora, que são constantemente ameaçadas pela lógica do capital. É necessário efetivar ações profissionais competentes e compatíveis que não gerem maiores restrições às(os) afetadas(os) pelas violações de direitos. Isso exige da(o) profissional atuação crítica, denunciando as armadilhas do pensamento conservador (Silva, 2016).

O grande desafio do trabalho social é assegurar condições de acesso às políticas, aos direitos e a apropriação do espaço público de forma participativa.

Apresenta-se aqui um cenário novo que deve pensar possibilidades de integração das pessoas em situação de imigração — advindas(os) de diversas culturas, com concepções diversas de políticas públicas e sociais, falantes de diversos idiomas — às questões de participação e organização social para construção da cidadania no âmbito local, visando ampliação para as lutas mais gerais da sociedade (Diniz; Paz, 2018).

O projeto ético-político do Serviço Social deve estar teórica e criticamente preparado para compreender os limites e possibilidades da luta por direitos, usando-a como estratégia para superação da ordem social vigente. Este cenário, de um tempo cada vez mais fragmentado, é um grande desafio para as(os) assistentes sociais, que devem seguir criando estratégias de defesa de direitos, do trabalho e da classe trabalhadora em meio a crises que pressupõem novos padrões de produzir e gerir o trabalho e fazem crescer a exclusão social, econômica, política e cultural. Haja vista os onze princípios fundamentais do Código de Ética da Profissão, dos quais destaca-se: o reconhecimento da liberdade como valor ético central, a autonomia, a emancipação, a defesa intransigente dos direitos humanos, o aprofundamento da democracia, a justiça social, a eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo (CFESS, 1993).

Ao realizar um movimento histórico, técnico-científico e ético-político de investigação das mais diversas expressões da questão social, o Serviço Social vem apresentando um acervo de produções e estratégias, em torno da chamada responsabilidade social, reestruturação econômica e reforma do Estado. A profissão exprime as relações sociais no contexto de projetos societários em confronto. É necessário atingir a óptica da totalidade da dinâmica da vida social. Profissional da proposição, além de execução, o assistente social tem formulado, implementado e gerido políticas sociais e políticas públicas. No plano internacional, será necessário lutar contra o bloqueio econômico, as várias formas de protecionismo em favor dos países ricos contra os pobres e o armamento bélico e, no âmbito sociocultural contra as barreiras sociais, a xenofobia, a intolerância social, sexual, étnica, política e cultural e as várias formas de apatenação. (Silva, 2016).

Urge que o Serviço Social debruce-se às especificidades da questão migratória e do atendimento às populações imigrantes enquanto categoria profissional e enquanto capacidade de produção técnico-científica e de investigação acadêmica, dispondo sua capacidade de intervenção nas dinâmicas sociais da

sociedade em prol da garantia de direitos e criando mecanismos para apoiar as(os) profissionais na apropriação de conhecimentos fundamentais no trabalho, tais como o domínio de outros idiomas, inclusive direcionando esforços à internacionalização de conhecimentos desde uma perspectiva decolonial latinoamericana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR – Agência das Nações Unidas para Refugiados. **I Relatório cidades solidárias Brasil: proteção e integração de pessoas refugiadas no plano local.** Brasília, DF: Agência da ONU para Refugiados - ACNUR, 2022.

AGER, Alastair; STRANG, Alison. Understanding integration: a conceptual framework. **Journal of Refugee Studies**, v. 21, n. 2, 2008, pp. 166-191.

ARREGUI, Carola C.; WANDERLEY, Mariangela B. A vulnerabilidade social: conceito-chave da sociedade pós-moderna ou instrumento da razão neoliberal? *In: SILVA, Ademir Alves da; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da (Org.). Políticas Públicas e Direitos Sociais no contexto da crise capitalista contemporânea.* São Paulo: Paulinas, 2019.

BAENINGER, R. et al. (Org.). **Migrações Sul-Sul.** 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo/Unicamp, 2018.

BARROCO, Maria Lucia S. A historicidade dos Direitos Humanos. **Revista PUC Viva: 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Associação dos Professores da PUC-SP, v. 9, n. 33, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Apresentação. *In: SAYAD, Abdelmalek. A Imigração ou os paradoxos da alteridade.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017.** Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República, Secretaria Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 27 jan. 2024.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à Moradia Adequada.** Brasília: Coordenação Geral da Educação em SDH/PR, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000225430>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS.** Tabnet. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em <https://datasus.saude.gov.br/>. Acesso em 16 jul. 2022.

BRASIL. Sistema de Registro Nacional Migratório. Disponível em: <<https://servicos.dpf.gov.br/sismigra-internet/home.seam>>

DEFENDI, C.; CORDEIRO, S. CRAI Ocupa: trabalho social com imigrantes em ocupações. *In: Congresso Internacional de Política Social d Serviço Social: Desafios Contemporâneos*, 3., 2019, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2019.

DEFENDI, C. R.; SILVA, V. A. F. Mapeamento de Políticas para Imigrantes nos Municípios Brasileiros (2016-2022) *In: XI Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 2023, São Luís/MA. **Anais** [...]. São Luís, UFMA, 2023.

DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi; PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. **O trabalho social na política habitacional**: a vitalidade do Serviço Social. ENPESS, 2018.

FAUSTO, Boris. **Fazer a América**: a imigração em massa para a América Latina. 2. ed. São Paulo: Edusp Memorial Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

Fundação João Pinheiro. **Cartilha Déficit Habitacional e Inadequação de Moradias**. 2021. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/cartilhas-e-metodologias/>. Acesso em: 26 jul 2024.

GOMES, Irene. Apenas 5,5% dos municípios com imigrantes têm serviços focados nessa população. **Agência IBGE de notícias**. 25 set. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25516-apenas-5-5-dos-municipios-com-imigrantes-tem-servicos-focados-nessa-populacao>. Acesso em: 29 jan. 2024.

GOOGLE. 2012. **Google Maps**. <https://www.google.com/maps/@-23.5473194,-46.661632,15z?entry=ttu>. Acesso em 20 jan. 2024.

GOOGLE. 2024. **Google Street View**. https://www.google.com/maps/@-23.6123091,-46.4782126,3a,37.5y,348.97h,90.16t/data=!3m7!1e1!3m5!1sJHjKvQbCM_AJR9a6LmUdpQ!2e0!6shhttps:%2F%2Fstreetviewpixels-pa.googleapis.com%2Fv1%2Fthumbnail%3Fpanoid%3DJHjKvQbCM_AJR9a6LmUdpQ%26cb_client%3Dmaps_sv.share%26w%3D900%26h%3D600%26yaw%3D348.9702635006056%26pitch%3D-0.15617781475175718%26thumbfov%3D90!7i16384!8i8192?coh=205410&entry=ttu. Acesso em 23 jul. 2024.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

INSTITUTO TOMIE OHTAKE. O Haiti é aqui...em Perus! YouTube, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sE1oLzYjAJQ&ab_channel=InstitutoTomieOhtake> Acesso em: 18 jul. 2024.

KOGA, Dirce. DINIZ, Rodrigo. O território do Direito Social e dos Bens Coletivos e os Territórios do Consumo. *In: SILVA, Ademir Alves da; PAZ, Rosângela Dias*

Oliveira da (Org.). **Políticas Públicas e Direitos Sociais no contexto da crise capitalista contemporânea**. São Paulo: Paulinas, 2019.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.

KOWARICK, Lucio. **Viver em risco**: Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MALO, Marta. **Nociones comunes**: Experiencias y ensayos entre investigación y militancia. Madrid: Traficantes de sueños, 2004.

MARCIANO, Diogo. **Produção técnica para o CIEJA Perus na data de 12 de junho de 2024**.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999. [Série Núcleo de Pesquisa 1].

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845- 1846. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASSEY, Douglas et al. – **The social organization of migration**, in Return to Aztlan – the social process of international migration from Western Mexico, Berkeley, University of California Press, 1990, pg.139-171.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. R. A questão habitacional no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16015, 2017

NOSOTRXS, **Dispositivos de investigación colaborativa, mapeo colectivo itinerante, cartografías críticas y recursos pedagógicos para uso comunitario**. Disponível em: <<https://iconoclasistas.net/nosotros>>. Acesso em: 19 jul. 2024).

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO. **Banco Interativo**: Número da Imigração Internacional para o Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/>. Acesso em: 23 mai. 2023.

ONG REPÓRTER BRASIL. Haitianos: migração e educação em São Paulo (SP). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=TN3QSZObLSS&ab_channel=Escravo%2CNemPensar%21>. Acesso em: 18 jul. 2024.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. **Informe sobre las migraciones en el mundo 2022**. Disponível em: <https://worldmigrationreport.iom.int/wmr-2022-interactive/?lang=ES>. Acesso em: 27 jan. 2024.

ONU – Organização das Nações Unidas. **International migration policies**. New York: ONU, 1998.

PAVIANI, Aldo. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994, p. 182.

PELOSO, Ranulfo. **Trabalho de base**: seleção de roteiros organizados pelo Cepis. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PMSP, PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. GEOSAMPA - Mapa digital da cidade de São Paulo. [S.l.]. (http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx).

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 4. ed. Tradução João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Lisboa: Gradiva, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres e outras. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade. **Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, ano 1, n. 1, jan./abr. 1986.

RISLER, Julia; ARES, Pablo. **Iconoclastas. Manual de mapeo colectivo**: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ROLNIK, R. Entrevista ao Jornal Brasil de Fato. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/11/06/nosso-deficit-nao-e-de-casas-e-de-cidade/>. Acesso em: 26 jul 2024.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994, p. 15.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SÃO PAULO (Cidade). Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Dados territoriais para a Conferência regional de assistência social de Perus (impresso)**. São Paulo: SMADS, 2023.

SÃO PAULO (Cidade). **Cartilha de apoio à assistência pré-natal para as mulheres haitianas**. São Paulo, 2023. Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_t_rabalho_decente/publicacoes/index.php?p=331850 Acesso em 18 jul. 2024.

SÃO PAULO (Cidade). **Decreto nº 57.533 de 15 de dezembro de 2016**. Regulamenta a Política Municipal para População Imigrante. São Paulo: Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 2016a, p.1.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria de Direitos Humanos. **Informações sobre acolhimento**. São Paulo, 05 jun. 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_t_rabalho_decente/crai/index.php?p=186982. Acesso em: 27 jan. 2024.

SÃO PAULO (Cidade). Imigrantes na cidade de São Paulo: cinco anos de atendimento do Centro de Referência de Atendimento para Imigrantes – CRAI. **Informes Urbanos**. São Paulo, n. 41, dez. 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/41_IU_IMIGRANTES_final.pdf. Acesso em: 29 jan. 2024.

SÃO PAULO (Cidade). Imigrantes no Cadastro Único: perfil dos cadastrados e dos beneficiários. **Informes Urbanos**. São Paulo, n. 48, mai. 2021. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/licenciamento/arquivos/informes_urbanos/48_Imigrante_CadUnico.pdf. Acesso em: 29 jan. 2024.

SÃO PAULO (Cidade). **Lei Municipal nº 15.764 de 27 de maio de 2013**. São Paulo: Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 2013, p.1.

SÃO PAULO (Cidade). **Lei Municipal nº 16.478 de 08 de julho de 2016**. Institui a Política Municipal para População Imigrante. São Paulo: Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 2016b, p.1.

SÃO PAULO (Cidade). **Situação das ocupações na cidade de São Paulo**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Situacao-das-ocupacoes-na-cidade-de-Sao-Paulo.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Tradução Angélica Freitas. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, A. A. de. **Políticas Sociais**: arenas de lutas por acesso à riqueza social. São Paulo: Veras Editora, 2016.

SOUZA, Maria Adélia A. de. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território**: Globalização e Fragmentação. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994, p. 21.

TILLY, Charles. Transplanted Networks. *In*: YANS-MCLAUGHLIN, Virginia (ed.). **Immigration Reconsidered**. NY, Oxford: Oxford University Press, 1990, pp. 79-95.

UN DESA - United Nations Department of Economic and Social Affairs. International Migrant Stock 2020. 2023. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/pd/content/international-migrant-stock>. Acesso em: 28 mai. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees. **World Refugee Day**: Global forced displacement tops 50 million for first time in post-World War II era. Disponível em: <https://www.unhcr.org/news/stories/world-refugee-day-global-forced-displacement-tops-50-million-first-time-post-world-war>. Acesso em: 07 jul. 2024.

UNMP **Nosso déficit não é de casas, é de cidade**. 2012. Disponível em: <https://unmp.org.br/nosso-deficit-nao-e-de-casas-e-de-cidade/>. Acesso em: 26 jul 2024.